

MAIÊUTICA
CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI
Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89084-405 - INDAIAL/SC
www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

UNIASSELVI 2023

Presidente do Grupo UNIASSELVI
Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI
Prof. Janes Tomelin

Pró-Reitor de Ensino de Graduação Presencial
Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância
Prof.^a Neuzi Schotten

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância
Prof. Érico Ribeiro

Diretor de Educação Continuada
Prof. Tiago Stachon

Editor da Revista Maiêutica
Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica
Prof.^a Luciane da Luz
Prof. Gesiel Anacleto
Prof. Márcio José Cubiak
Prof. Kevin Daniel dos Santos Leyser
Prof. André Gaulke
Prof. Kelvin Custódio Maciel
Prof. Sandro Luiz Bazzanella
Prof.^a Antonia Irismar de Souza
Prof. Marcelo Blanck
Prof.^a Mariane Beatriz Wittmann
Prof. Simão Henrique Jakobowski
Prof.^a Simone Teixeira
Prof. Thiago Buzatto Storck
Prof. Thiago Leandro da Silva Dias (colaborador externo)

Editoração e Diagramação
Equipe Produção de Materiais

Revisão Final
Equipe Produção de Materiais

Publicação *On-line*
Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

A Revista de **Maiêutica de Ciências Humanas e Sociais** do Centro de Universitário Leonardo Da Vinci – **Uniasselvi** é de publicação anual e está entrando em seu nono ano de existência, tendo sido lançado o seu primeiro exemplar em 2014. O objetivo dessa revista é fornecer uma plataforma para a publicação de pesquisas e estudos nessas áreas, permitindo que nossos acadêmicos, assim como a comunidade externa, compartilhem suas descobertas com outros pesquisadores e com o público em geral. Nossa Maiêutica propõe o diálogo e o debate sobre questões sociais, culturais e políticas, envolvendo os demais temas que afetam a vida humana, como identidade, justiça social, questões éticas entre outras. Ao fornecer um fórum para discutir essas questões, nossa revista pretende ajudar a promover uma compreensão mais profunda e complexa do mundo em que vivemos.

Hoje a revista possui um fluxo bem definido de avaliação e devolutiva dos artigos recebidos e conta com um uma comissão científica de colabores externos e internos a Uniasselvi, composta por mestres e doutores das áreas das ciências humanas e sociais, o que qualifica e dá transparência ao processo de seleção dos artigos aprovados a cada edital da revista.

Do ponto de vista dos artigos submetidos internamente, a meta deste periódico é articular iniciação científica, extensão e ensino, publicando trabalhos de docentes e discentes, abrangendo produção de iniciação científica, artigos elaborados a partir dos trabalhos de conclusão de curso, dos seminários e práticas interdisciplinares, dos relatórios de estágios, de revisão bibliográfica, resenhas e outras modalidades de trabalhos acadêmicos que reflitam as possibilidades de fazer ciência praticados e pretendidos pela Uniasselvi no âmbito das ciências humanas e sociais.

Dessa forma, a revista busca o desenvolvimento da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade e seus múltiplos diálogos e verticalidades. Nesse sentido a revista está aberta a ideias e abordagens emergentes, criando laços entre o conhecimento e a sociedade.

Por este motivo a Revista Maiêutica de Ciências dos cursos de Ciências Humanas e Sociais agradece aos seus colaboradores, desejando-lhes inspiração e aprofundamento nas pesquisas, esperando o crescimento de todos, o reconhecimento da qualidade de suas produções e a inserção de novos saberes no âmbito das ciências humanas e sociais.

Professora Luciane da Luz.

Coordenação.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SOFRIMENTO E ESPERANÇA NO TEXTO DE ISAÍAS: uma exegese de Isaías 65:17-25	
Suffering and hope in the text of Isaiah: an exegesis of Isaiah 65:17-25	
Fabio Ribeiro da Silva	
Eduardo Sales de Lima	
Jonas Brustulin Ramos.....	5
O TRANSPORTE DE VALORES NO BRASIL E OS DESAFIOS COM O AUMENTO DA CRIMINALIDADE	
TRANSPORT OF VALUES IN BRAZIL AND THE CHALLENGES WITH THE INCREASE IN CRIMINALITY	
Yan gomes dos Santos	
Felipe Pereira de Melo	
Juliane Moreira rocha	15
OS IMPERATIVOS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS E AS IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS	
CONTEMPORARY ECONOMIC IMPERATIVES AND PSYCHIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPLICATIONS	
IMPERATIVOS ECONÓMICOS CONTEMPORÁNEOS E IMPLICACIONES PSÍQUICAS, SOCIALES Y AMBIENTALES	
Príncipe Santana da Cruz	
Jairo Marchesan	
Sandro Luiz Bazzanella	
Leonardo Dresch Eberhardt	27
A CIDADANIA DESVIRTUADA: um estudo da memória social de um modelo à brasileira	
The disappointed citizenship: a study of social memory of Brazilian model	
Talles Garcia Santana.....	45
O OUTRO LADO DA ADOÇÃO: relato de experiência	
The other side of adoption: experience report	
Adriana Prado Santana Santos	61
A FLUIDEZ EM BAUMAN E A DURAÇÃO BERGSONIANA: Um Diálogo	
Sobre Educação	
Fluidity In Bauman And Bergsonian Duration: a Dialogue On Education	
Luciana Fiamoncini Frainer.....	73

SOFRIMENTO E ESPERANÇA NO TEXTO DE ISAÍAS: uma exegese de Isaías 65:17-25

Suffering and hope in the text of Isaiah: an exegesis of Isaiah 65:17-25

Fabio Ribeiro da Silva ¹

Eduardo Sales de Lima ²

Jonas Brustulin Ramos ³

Resumo

Neste artigo, pretende-se desenvolver uma pesquisa sobre a Bíblia como mensagem de esperança frente às adversidades da vida. A problemática se relaciona com o cenário de sofrimento causado pelo Covid-19. Essa pesquisa se justifica em razão dos múltiplos questionamentos atuais sobre o sofrimento e perdas de tantas vidas. Também se justifica em razão da necessidade de subsídio epistemológico atual para o cuidado pastoral comunitário e para uma reflexão individual sobre o sofrimento. O objetivo geral é propor uma releitura bíblica a partir da mensagem de esperança frente às adversidades da vida, tendo como base o livro de Isaías. Será uma pesquisa qualitativa, bibliográfica parcial e aplicada. Desenvolver-se-á por meio de exegese no texto de Isaías 65:17-25, usando o método semio-discursivo. Espera-se que ao término desta pesquisa possamos reconhecer uma possibilidade de intervenção em favor da esperança em tempos difíceis.

Palavras-chave: Covid-19. Sofrimento. Esperança.

Abstract

In this work we intend to develop a research on the Bible as a message of hope in the face of life's adversities. The problem relates to the scenario of suffering caused by Covid-19. This research is justified because of the multiple current questions about the suffering and loss of so many lives. It is also justified because of the need for current epistemological support for community pastoral care and for individual reflection on suffering. The general objective is to propose a biblical rereading from the message of hope in the face of life's adversities based on the book of Isaiah. It will be a qualitative, partial and applied bibliographic research. It will be developed through exegesis in the text of Isaiah 65:17-25, using the semio-discursive method. It is hoped that at the end of this research we can recognize a possibility of intervention in favor of hope in difficult times.

Keywords: Covid-19. Suffering. Hope.

INTRODUÇÃO

A Bíblia, sobretudo o livro do profeta Isaías, influenciaram, influenciam e continuarão a influenciar pessoas (SCHMITT, 2013). Esse livro configura importante papel nas religiões cristã e judaica, isto devido à sua influência na formação do imaginário sagrado popular que extrapola o contexto religioso. O texto de Isaías é uma obra de admirável linguagem poética e simbólica, sua grandeza está em ser uma obra voltada para o cuidado de comunidades que enfrentaram situações de calamidade social, colaborando para manter a esperança dos que sofrem (MATOS, 2013).

¹ Acadêmico da Graduação em Teologia – Unicesumar – PIVIC.

² Orientador. Doutor. Docente Unicesumar. Eduardo.lima@unicesumar.edu.br

³ Co-orientador. Mestrando. Docente Unicesumar. Jonas.Ramos@unicesumar.edu.br

Os principais personagens são Deus, Isaías, o povo de Israel e os povos vizinhos. Estruturalmente, o livro começa com uma alusão à morte e termina com uma referência à vida (SICRE, 1996), o que já aponta para sua proposta. Era um período de sofrimento em que surgiram profetas com mensagens que abordavam o juízo e o castigo divino, alguns nem eram religiosos, mas, no geral, seus textos eram realistas e trágicos ao mesmo tempo em que pregavam uma leitura de esperança e fé. Um dos pontos de concordância entre os teólogos do Antigo Testamento é a compreensão de que a voz profética desses escritos é portadora de esperança, restauração e alegria, temas recorrentes no livro de Isaías (RAD, 2006; CROATTO, 2000; LANE, 2011).

O objetivo deste artigo é identificar na profecia de Isaías uma mensagem de esperança frente às adversidades. Pretende-se analisar a mensagem de forma geral e prática, como resposta às crises e sofrimentos, sobretudo àquelas vividas nas realidades urbanas, em que, milhares de pessoas buscam respostas para os seus anseios.

Neste segmento, desde 2019 o mundo tem testemunhado e lutado contra a pandemia de Covid-19 e entre os resultados possíveis, milhões de mortes em todas as faixas etárias. Diante de todo esse sofrimento desproporcional, diversos textos sagrados foram resgatados no imaginário popular, seja por dúvidas, seja por esperança. E, nestes casos, ouvir um discurso religioso que não condiz com a realidade de amparo pode intensificar o sofrimento e gerar outros casos de ansiedade e depressão. Fato é que as pessoas têm que lidar com temas pertinentes ao sentido último da vida e o esperado é que a mensagem de esperança e fé forneça conforto e amparo. O cuidado pastoral, neste momento precisa atentar em como utilizar os textos para evitar expor a pessoa a maiores sofrimentos, dúvidas e dor (SCHMITT, 2019).

METODOLOGIA

Essa pesquisa justifica-se em razão dos múltiplos questionamentos atuais sobre o sofrimento e principalmente sobre a morte. A metodologia usada será de pesquisa bibliográfica exploratória; serão estudados artigos e livros de referência para exegese no texto bíblico. Serão usados os bancos de dados do Google Acadêmico, do portal de Periódicos da CAPES e por meio de portais de pesquisa internacionais como o *ResearchGate* e a plataforma *Academia.edu*, o recorte temporal será nos últimos 5 anos. Também será utilizada a versão da bíblia hebraica a partir da Bíblia Hebraica *Stuttgartensia*.

A perspectiva seguirá o método semio-discursivo. A utilização deste método se deve à cientificidade e objetividade. Nesta pesquisa seguiremos as perspectivas clássicas de exegese, primeiro uma análise do texto no original e suas versões, análise histórica e cultural, análise dos discursos e possíveis aplicações. Espera-se que, ao término da pesquisa reconheçamos nesse texto a possibilidade de utilização de mensagens bíblicas a fim de fornecer esperança em momentos de sofrimento.

CENÁRIO: A pandemia de COVID-19

Entre o final de 2019 e começo de 2020, surgiram na cidade de Wuhan, China, os primeiros casos de uma gripe incomum (Síndrome Respiratória Aguda Grave) denominada Covid-19, causada por um vírus denominado Sars-CoV-2. Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se manifestou afirmando que estávamos diante de uma pandemia global (COUTO *et al.*, 2021). Nas Américas, o número de pessoas infectadas aumentou drasticamente. Foram registrados números próximos a 74 milhões de pessoas infectadas com Sars-CoV-2 resultando em mais de 1,9 milhões de mortes (OPAS, 2021); segundo dados de 2022,

com o surgimento de novas variantes, as infecções mundiais passaram a marca de 350 milhões de pessoas e mais de 5 milhões de mortes, contabilizando apenas os casos notificados, deduz-se que o número real é superior.

Uma das formas usadas para evitar a propagação do vírus foi o afastamento físico (*social distancing*). Vários países adotaram este método com o objetivo de inibir a propagação do vírus, mas teve graves consequências para a sociedade como o impedimento de abertura de comércios, escolas e indústrias produzindo um caos econômico (COUTO *et al.*, 2021). Segundo Macedo e Macedo (2020, p. 48), o Sars-CoV-2 desestruturou uma “sociedade tecnologicamente mais avançada do que era cem anos atrás” e com isso provocou uma interrupção nos “fluxos de produção, consumo e financeiro”, amplificando os sofrimentos dos mais pobres e intensificando a desigualdade.

Diante desse sofrimento, diversos textos sagrados foram resgatados no imaginário popular, levantando mais questionamentos à procura de mensagens de esperança. É neste contexto que Isaías 65:17-25 oferece uma abordagem profética, podendo ser usado para atender a pessoas que esperam não só alívio e conforto, mas também salvação e libertação da opressão política e religiosa por parte de classes dominantes (LANE, 2011).

Croatto (1997) afirma que o Trito-Isaías (referência ao texto de Isaías dos capítulos 56-66) está permeado de oráculos de crítica e juízo, mas também de esperança e salvação. Em nossa pesquisa, identificamos maior presença de estudos e exegeses no Proto-Isaías (1-39) e no Deutero-Isaías (40-55), mas não são tão comuns os estudos sobre a terceira parte (56-66), afirma Barredo (2016). Desta forma, por meio de exegese no texto Isaiano, especificamente Isaías 65:17-25, procuraremos identificar a possibilidade de mensagem de esperança para o contexto psicossocial em que a sociedade atual vive sob os impactos do Covid-19.

O TEXTO

A perícopes delimitada nos vv. 17-25 de Isaías 65 é reconhecida como um anúncio de salvação. Dentre as propostas de delimitação, precisamos considerar duas abordagens: 1) Segundo Lane (2011) diversos autores acreditam que o capítulo todo é uma unidade, porém, outros afirmam que ele pode ser dividido em duas ou mais unidades, vv. 1-16 e vv. 17-25; 2), também há quem entenda que a unidade se estende até o 66.4 ou 66.5. Para apresentação do texto seguiremos a proposta tradicional que compreende a perícopes dos versos 17-25.

A seguir apresento o texto hebraico e uma tradução provisória. Para essa pesquisa utilizamos a Bíblia Hebraica Stuttgartensia (grifo nosso), principal referência para estudos no texto da Bíblia Hebraica.

Tabela 1. Texto Hebraico e Tradução de Isaías 65:17-25

17. Pois crio os céus novos e terra nova. E não lembro as primeiras e não subirão para o coração	הַשָּׁמַיִם הַחֲדָשִׁים וְהָאָרֶץ הַחֲדָשָׁה מִיְמֵי אֲרֻב יִנְגַה־יִכְּ בְלִי-לֵע הַגִּילְעָת אֱלֹהֵי תוֹנְשֵׁי אֶרֶץ הַגְּרִפְזוֹת אֱלֹהֵי
18. Mas, gozareis e alegrareis para sempre na criação que eu tenho feito, para Jerusalém alegria e gozo para seu povo.	יִכְ אֲרֻב יִנְגַה רֵשָׁא דְעֵי-יָדַע וְלִיגְו וְשִׁישׁ-מֵא-יִכְ שׁוֹשֵׁמ תִּמְעֹו תִּלְיִג מְלִשׁוּרֵי-תָא אֲרֻב יִנְגַה
19. E me alegrarei em Jerusalém e gozarei com meu povo, e nela nunca mais será ouvida voz de choro nem de clamor	עֲמֵשִׁי-אֱלֹהֵי יִמְעֵב יִתְשֵׁשׁוּ מְלִשׁוּרֵיב יִתְלָגְו הַקְעֹז לִנְקוּ יִכְבּ לִנְק דֹּעֵ-הָב

20. Ali não haverá mais criança de dias, nem velho que não cumpra seus dias, porque a criança morrerá com cem anos e o pecador de cem anos será maldito.	רֵשָׁא וְקָזוּ מִיָּמַי לִדְעַד דְּלֹעַ פֶּשַׁם הַיְהִי־אֵל הָאֲמֵ־נָב רַעֲנָה יָב וַיִּמְי־תָּא אֶלְמִי־אֵל לְלִקְוֵי הַנֶּשׁ תְּאֲמֵ־נָב אֲטוּחֶהוּ תוּמִי הַנֶּשׁ
21. E edificarão casas e morarão nelas e plantarão vinhas e comerão o fruto delas.	סִירְפּ וּלְכֹאֵוּ מִיִּמְרָכ וְעֵטְנֹו וּבְשִׁיּוּ מִיִּתְבּ וּנְבוּ
22. Não edificarão para que outro habite; não plantarão para que outro coma; porque segundo os dias das árvores serão os dias do meu povo e meus escolhidos desfrutarão a obra de suas mãos.	לְכֹאֵי הַחֲצוּ וְעֵטִי אֵל בְּשִׁי הַחֲצוּ־וּנְבִי אֵל יִרְיָחֵב וּלְבִי סְהִי־אֲצֹאֵן הַמָּה הַוְהִי יְכוּרֵב עֵרָז
23. Não trabalharão em vão, não darão seus filhos para destruição, porque são semente bendita de YHWH e com eles os seus descendentes.	יָב תְּלַהֲבֵל וְדָלִי אֵלֹו קִירְל־וְעֵגִי אֵל פִּתָּא סְהִיאֲצֹאֵן הַמָּה הַוְהִי יְכוּרֵב עֵרָז
24. E acontecerá que, antes de clamarem, eu responderei, enquanto ainda falam, eu ouvirei.	דְּלֹעַ הַנֶּעֱא יִנְאוּ וְאַרְקִי־סְרִט הַיְהוּ עֲמִשָּׂא יִנְאוּ מִיִּרְבֵּדֵמָּה
25. O Lobo e o Cordeiro pastarão juntos; o Leão e o Boi comerão palha; a serpente comerá o barro; não haverá destruição nem mal em todo meu santo monte, diz YHWH.	נְבִית־לְכֹאֵי רִקְבֵכ הַיְרָאוּ דְחֹאֲכ וְעֵרִי הַלְטֹו בְּאֵז ־אֵלֹו וְעֵרִי־אֵל וְגִמְחֵל רִפְעַ שְׁחִנֹו

Fonte: autores (2022).

O LIVRO E SUA COMPLEXA REDAÇÃO

Dentre as várias teorias possíveis sobre sua redação, inicialmente o livro massorético de Isaías era tido como combinação de duas sessões, tendo dois autores distintos e escritos em épocas diferentes. Na primeira sessão (1-39), o autor é identificado como Isaías, nascido em Jerusalém e filho de Amoz e teria profetizado durante a metade do século VIII a. C., abrangendo os reinados de quatro reis: Uzias, Jotão, Acaz e Ezequias (Is 1:1). A segunda sessão (40-66), escrita por um autor anônimo que teria vivido, aparentemente, na época do pós-exílio, foi acrescentada a obra de Isaías. Todavia, mesmo com as descobertas de Qumran, não há nada que aponte para alguma separação entre as duas sessões. No entanto, no século XIX, a forma de ler o livro de Isaías incluiu uma terceira divisão (56-66).

Iniciado em torno de 740 a.C., com o profeta Isaías, a longa obra é terminada quase quatro séculos depois (CROATTO, 1989). Souza (2020) afirma que uma escola isaiana é reconhecida pela crítica moderna onde o Livro do Profeta Isaías é dividido em três partes: Proto-Isaías (Is 1-39); Dêutero-Isaías (40-55) e Trito-Isaías (56-66), sendo possível encontrar ao longo dos 66 capítulos desse livro, vários estilos como: alegorias, parábolas, poemas, narrativas históricas e oráculos, sendo este um chamado ao arrependimento e os poemas, por se turno, denunciam a idolatria e anunciam a nova criação. Schmitt (2020) descreve que em meio às pesquisas bíblicas sobre o Dêutero-Isaías, Bernhard Duhm, no seu comentário “*Biographisches Lexikon für Ostfriesland*”, escrito em 1892, identificou que os capítulos 56-66 tratavam de um período e temas diferentes dos capítulos 1-55, ponderando sobre a hipótese do Trito-Isaías. Essas teorias, entretanto, devem ser tomadas com cuidado visto que a redação e estrutura final do livro apresentam passagens fora da ordem cronológica e, além disso, a grandeza e diversidade do material aduzem à possibilidade de mais do que três autores.

A partir do decurso histórico descrito entre os capítulos 1-66 de Isaías, compreende-se que o povo de Judá foi forçado, em períodos distintos. Sofreu a dominação assíria, caldeia e persa e enfrentou o fim da monarquia, seguida da escravidão no exílio babilônico. Mas, também experimentou tentativas de restauração sob o governo persa, e dentro destes contextos pode-se identificar os possíveis escritores do Proto-Isaías (profeta histórico), do Dêutero-Isaías (o profeta do exílio) e do Trito-Isaías (profeta pós-exílico) e, apesar desta divisão ser aceita pela maioria dos exegetas, alguns ainda unificam o bloco de 40-66 (CROATTO, 1989).

O CONTEXTO DO TRITO-ISAÍAS

No texto do Trito-Isaías, é possível identificar que a comunidade judaica já está organizada em Judá, no retorno do exílio, e o templo possivelmente estava em funcionamento (Is 56:7-66:1). Segundo Nakanose, Pedro e Toseli (1998), o exílio teve sua causa no fato de o rei de Judá, Joaquim, que reinou entre 598-597 a.C., ter se recusado a pagar tributos ao império babilônico, então, Nabucodonosor, rei da Babilônia, tomou a cidade de Jerusalém em 597 a.C. (2Rs 24:10-17), levando cativo não somente o rei e os principais líderes do país com o objetivo de evitar possíveis resistências locais. Para Schmitt (2020), o exílio foi o evento mais traumático ao longo da história de Israel.

Deixado por Nabucodonosor para liderar a parcela do povo que ficou, Sedecias (597-587) cedeu à pressão feita pelo poder egípcio e, aproveitando as movimentações no poder da corte babilônica, não pagou o tributo devido para o império babilônico e sofreu a consequente represália (SOUZA, 2020). O templo foi destruído por Nabucodonosor em 587 a.C. e as elites da cidade de Judá (líderes políticos, religiosos, militares, ecônomos, serralheiros, fabricantes de armas e ferramentas) foram deportados e o país perdeu sua “autonomia”, deixando de ser um Estado independente, passando a ter status de Colônia.

Em poucos anos ocorreu uma segunda deportação, aumentando o sofrimento do povo (Is 42:22). A libertação se tornou um desejo dos dois grupos deportados para a Babilônia, mas esse retorno assumiu ideais diferentes, havia o desejo de reaver seus bens e assumir o poder de Jerusalém novamente e, ao mesmo tempo, o desejo de reconstruir Jerusalém sob os pilares da justiça, equidade e solidariedade, o que justifica em parte a diversidade literária do período exílico (NAKANOSE; PEDRO; TOSELI, 1998).

Segundo o texto de Isaías, um rei persa, identificado no Dêutero-Isaías (Is 45,1; 44,28-45; 13; 41,2-3,25) como Ciro, libertou o povo do jugo da servidão, concretizando, assim, o desejo dos judeus em 539 a.C. ao conquistar a Babilônia e permitir a recolonização de Judá, o que também fez para os outros povos que haviam sido deportados (NAKANOSE; PEDRO; TOSELI, 1998; SOUZA, 2020).

Em 515 a.C., o Templo foi reinaugurado e passou a exercer um forte simbolismo sobre o povo judeu que, sem uma monarquia estabelecida, foram liderados pelos sacerdotes. No retorno continuaram como colônia da Pérsia, como fonte de recursos por meio de tributos e como aliados contra o Egito. A narrativa de Neemias também informa que, quando Artaxerxes assumiu o reinado da Pérsia, priorizou a organização tanto da economia de Judá quanto o funcionamento do templo em 445 a.C. tornando Judá uma base militar. E, segundo a narrativa de Esdras (400 a.C.), também houve uma reforma no aparato religioso e ideológico por meio da “Lei de Deus”. Dessa forma, o governo persa assumiu o controle religioso e político de Judá (NAKANOSE; PEDRO; TOSELI, 1998).

Essa “nova” sociedade organizada por sacerdotes e escribas legislavam sobre a condição social e espiritual do povo. Eram responsáveis por decidir quem era puro ou não, cobravam preços elevados para que as pessoas pudessem cultivar e participar do convívio social, ainda que

por meio de várias exigências e normas. O problema é que as pessoas, sem poder aquisitivo, não podiam pagar o que os sacerdotes estipulavam. O povo continuava sendo explorado inclusive com aval dos líderes de Judá, (NAKANOSE; PEDRO; TOSELI, 1998; SCHMITT, 2020; SOUZA, 2020).

Para finalizar, Nakanose, Pedro e Toseli (1998) descrevem o problema que assolava comunidade de Judá da seguinte forma:

Por trás das leis do templo, existe, na verdade, um rigoroso sistema de arrecadação de tributos, que sustenta a elite religiosa judaica e o império persa. As famílias pobres sofrem a dor da miséria, da fome, da doença, do desemprego, da falta de moradia, da morte... E sofrem a humilhação de serem consideradas pelo sistema do templo gente inferior, impura, desprezível. São excluídas da sociedade e, segundo a religião oficial, rejeitadas por Deus. É dessa profunda condição de abandono que sobe o grito de esperança e de fé da comunidade de Terceiro Isaías: é possível mudar a história e construir um mundo novo, baseado no direito e na justiça.” (NAKANOSE; PEDRO; TOSELI, 1998, p. 14).

ANÁLISE TEXTUAL

O versículo 17b narra um acontecimento extraordinário em que Deus “criará” novos céus e nova terra. Lane (2011) comenta que a função verbal indica uma ação presente e contínua – “crio” ou “criando”. Westermann (1969), de forma semelhante a Lane (2011), explica que o verbo **אָרוּב** (criar) possui o sentido de uma criação nova, porém, isto não significa afirmar que céu e terra serão destruídos, mas que todas as coisas serão renovadas milagrosamente. No contexto, essa nova criação está relacionada com a vida e a sociedade livre da violência e exploração testemunhadas no exílio e na colonização Persa.

A parte b do versículo 17 ressalta que nesta nova terra não haverá lugar para lembranças que causem tristeza. Primeiro, demonstra o sofrimento e a presença da tristeza como sentimento no pós-exílio e, diante disso propõe uma superação, não apenas da memória de sofrimento, mas também de todo histórico passado do povo hebreu que segundo a teologia da época, motivou o exílio (p.ex. Is 40:2). Ou seja, a possibilidade de restauração necessitava de uma superação das memórias de dor. Elas existem, mas não teriam mais lugar no coração.

É identificado no versículo 18a um imperativo para que os judeus se alegrem (LANE, 2011). O profeta diz que os judeus devem se regozijar para sempre (v. 18b). Paul (2012) ressalta que nesse novo momento Jerusalém seria o epítome, o próprio símbolo da alegria. O tema da alegria e do regozijo assumem o tom central da passagem como uma forma de resposta, uma mensagem de esperança diante do sofrimento passado.

O verso 19 narra a alegria do próprio Deus pela então reconstruída Jerusalém e o prazer que terá no seu povo escolhido. Paul (2012) observa a possível influência de Jeremias 31:15-16 neste versículo, onde a lógica da alegria é proposta como recompensa ao choro. Segundo Westermann (1969), é o fim do pranto e das lamentações.

A exagerada mudança temporal com relação a idade das crianças e dos idosos no versículo 20 tem sentido poético (hiperbólico) e aponta, segundo Lane (2011), para uma mudança no espaço da vida, como uma nova realidade diante da anterior de violência e exploração cujos impactos eram sentidos na perda de qualidade e na abreviação da vida frente a opressão colonial. Os novos céus e terra são um espaço criado para uma vida onde a longevidade surgiria como bênção (PAUL, 2012).

Na nova Jerusalém, o povo não construirá casas ou plantará vinhas em vão, (versos 21 e 22a). Segundo Lane (2011) esta combinação aponta para atividade urbana e rural sem a interferência e exploração inimiga, era uma mensagem de esperança sobre a possibilidade de um mundo onde haveria justiça nas relações trabalhistas, onde o fruto do trabalho poderia ser usufruído pelo próprio trabalhador (WESTERMANN, 1969).

O versículo 23 denuncia a geração de filhos para morrer na guerra de forma precoce (LANE, 2011). A mensagem propõe uma parábola e chama os filhos de semente bendita de YHWH, objetivando o crescimento futuro da nação.

Antes mesmo de clamar, o povo será ouvido (verso 24). Essa mensagem assume o retorno da relação de YHWH com o povo, essa mensagem de esperança garante que ao invocarem a Deus, não somente serão ouvidos, mas seguramente terão sua resposta (WESTERMANN, 1969), uma clara restauração da aliança que a teologia no pós-exílio (Ne 9) entendeu estar rompida devido ao pecado dos pais (LANE, 2011).

O verso 25, para Westerman, (1969), segue de forma abrupta e não se ajusta bem com o texto anterior. Paul (2012) chama a atenção para a metáfora onde o lobo e o cordeiro estão dividindo a mesma área de pastagem. A passagem colocada na sequência textual, ainda que não indique o mesmo escrito, aponta para a intenção do redator. Ao selecionar e justapor estas passagens, dessa forma, o sofrimento e aflição pela exploração no contexto do exílio e da colonização persa seriam superados pela nova criação. Nesta, a violência e a exploração simbolizadas pelos animais vorazes seria conciliada com a situação pacífica e carente do povo, simbolizada pelos animais dóceis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tomada de Jerusalém por Nabucodonosor resultou no exílio, uma situação de desespero e sofrimento, tanto pela nova condição quanto pela dor do pós-guerra e por tudo que perderam. Diante desse quadro de sofrimento, o livro de Isaías atuou como mensagem de esperança para reconstrução do projeto de vida no retorno do exílio. Segundo Zabatiero (2006), o texto de Isaías apresenta a história de Judá sendo julgada por Deus devido aos seus pecados, mas que independentemente disso continuava sendo o povo de Deus; portanto, perdão e renovação da aliança eram possibilidades reais, pois o Senhor, seu Deus, mantinha-se fiel. A mensagem de esperança de Is 65:17-25 possui status de promessa de que a esperança não estava perdida e que eles viveriam o tempo de júbilo e descanso no Deus da salvação.

A pandemia tem sido desafiadora para todos e, de forma semelhante a Judá, devemos manter a esperança de que todo sofrimento será convertido em alegria e que experimentaremos um novo tempo. No Brasil, são aproximadamente 625.000 óbitos até fevereiro de 2022 (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022), mas, em meio a dor e sofrimento temos como alento um número próximo a 22.000.000 de casos de pessoas que se recuperaram (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022).

Assim como Judá, que recebeu a promessa de que poderia se manter firme na esperança de que novos céus e nova terra se tornariam realidade (Is 65:17), que vida longa os alcançaria (Is 65:20) em um lugar de completa paz e prosperidade inigualável (Is 65:21-25), há a possibilidade de a comunidade de fé manter a esperança de que a atual realidade está sob o controle de um Deus que se mantém fiel à sua aliança.

Considerando a análise da perícopes de Is 65:17-25, realizada ao longo deste trabalho, é possível concluir que a intenção primária do autor do Trito-Isaías era de transmitir uma mensagem de esperança para um povo que se encontrava desesperançado pelas pressões ocorridas ao longo do cativeiro babilônico.

Judá experimentou grande fracasso no seu relacionamento com Deus devido a sua infidelidade, atraindo desta forma juízo e dor, mas também teve o privilégio de ter sua aliança restaurada pelo Senhor de Israel.

Hoje, é possível refletir no referido texto isaiano, entendendo o potencial de esperança e cura da mensagem de um futuro próspero e de paz. Essa proposta identificou a possibilidade de identificação entre passagens bíblicas direcionadas à situações de sofrimento como referenciais para uma abordagem de problemas e sofrimento na atualidade, como os vivenciados nos piores momentos da pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS

BARREDO, M. Á. Encaje de Is 56-66 Enel Arco Exegético sobre el libro de Isaías. Enel s. XX e Inicios Del Actual. **Carthaginensia**, v. 32, p. 1-31, 2016.

BENEA. **Bíblia de Estudo Nova Almeida Atualizada**. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

BROTZMAN, E. R.; TULLY, E. J. **Crítica Textual do Antigo Testamento: Uma Introdução Prática**. São Paulo: Vida Nova, 2021.

BRASIL. **COVID-19**: Painel de controle. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

COUTO, M. T. *et al.* Considerações sobre o impacto da COVID-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-11, 2021.

CROATTO, J. S. **Isaías: A Palavra Profética e sua Releitura Hermenêutica**. São Paulo: Editora Sinodal, 1989.

CROATTO, J. S. El Origen Isaiano de Las Bienaventuranzas de Lucas. **Revista Bíblica**, n. 65, ano 59, p. 1-16, 1997.

CROATTO, J. S. Del sufrimiento, al de La esperanza: comentário exegetico de Isaías 65,17-25. **Cuadernos de Teología**, v. 19, p. 1-37, 2000.

LANE, W. L. **Salvação integral: uma análise sêmio-discursiva de Isaías 65.17-25**. 2011. (Tese de Doutorado) – Escola Superior de teologia, Programa de Pós-Graduação em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2011.

MACEDO, L. D.; MACEDO, J. R. D. A pandemia de Covid-19: aspectos do seu impacto na sociedade globalizada do século XXI. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 30, ano 17, p. 1-14, 2020.

MATOS, S. H. M. de. **Não Temas! Gritei Por Teu Nome: Estudo da Concepção Materna de javé em Dêutero-Isaías a partir da Análise Exegética de Is 43, 1-7**. 2013. (Dissertação) – Faculdade de Humanidades e Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, 2013.

NAKANOSE, S.; PEDRO E. P.; TOSELI, C. **O Terceiro Isaías (56-66)**. São Paulo: Editora Paulus, 1998.

OPAS. **Novos casos de COVID-19 aumentam em muitos países das Américas**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/14-7-2021-novos-casos-covid-19-aumentam-em-muitos-paises-das-americas>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PAUL, S. M. **Isaiah 40–66**: Translation and Commentary. Grand Rapids, MI; Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2012.

RAD, G. **Teologia no Antigo Testamento**. São Paulo: ASTE, 2006.

SCHMITT, F. Um Chamado para a Vida. **Rev. Pistis Prax.**, Teol. Pastor., Curitiba, v. 5, n. 2, p. 381-403, 2013.

SCHMITT, G. **Um projeto de esperança**: os oráculos de salvação em Dêutero-Isaías. 2020. (Tese de Doutorado) – Escola Superior de teologia, Programa de Pós-Graduação em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2020.

SICRE, J. L. **Profetismo em Israel**: o profeta, os profetas. A Mensagem. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

SOUZA, J. N. Dêutero-Isaías: Entre Desolação e Consolação. **Perspect. Teol.**, Belo Horizonte, v. 52, n. 1, p. 211-225, 2020.

WESTERMANN, C. **ISAIAH 40-66**. The Westminster Press., Philadelphia, Pennsylvania, 1969.

ZABATIERO, J. P. T. A Boa-Nova em Isaías 40-66: um evangelho antes do Evangelho. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 24, n. 89, p. 25-32.2006.

O TRANSPORTE DE VALORES NO BRASIL E OS DESAFIOS COM O AUMENTO DA CRIMINALIDADE

TRANSPORT OF VALUES IN BRAZIL AND THE CHALLENGES WITH THE INCREASE IN CRIMINALITY

Yan gomes dos Santos ¹

Felipe Pereira de Melo ²

Juliane Moreira rocha ³

RESUMO

O cenário da criminalidade no Brasil apresenta uma realidade cada vez mais alarmante no tocante aos ataques realizados ao transporte de valores nos estados Brasileiros, visto que devido à grande quantidade de estradas e a carência de efetivo policial, a atuação das instituições de segurança pública tornam-se limitadas. Neste sentido, torna-se latente a preocupação com a segurança das instituições bancárias, bem como da própria sociedade econômica em geral. Diante deste cenário, a pesquisa trouxe como problemática identificar os principais desafios da atividade de transporte de valores no Brasil com uma abordagem qualitativa de natureza aplicada de caráter exploratório, sendo seu procedimento a pesquisa de campo, utilizando em sua análise o método de Bardin. Ainda, as poucas pesquisas neste segmento apontam uma necessidade de ampliação da temática no meio acadêmico, tendo em vista que há uma lacuna teórica de grandes proporções a respeito do tema.

Palavras-chave: Transporte de Valores; Segurança Privada; Organizações Criminosas; Brasil.

ABSTRACT

The criminality scenario in Brazil presents an increasingly alarming reality with regard to attacks carried out on the transport of valuables in the Brazilian states, since due to the large number of roads and the lack of police force, the performance of public security institutions becomes if limited. In this sense, the concern with the security of banking institutions, as well as of economic society in general, becomes latent. In view of this scenario, the research brought as problematic to identify the main challenges of the activity of transporting values in Brazil with a qualitative approach of applied nature of exploratory character, being its procedure the field research, using in its analysis the method of Bardin. Still, the few researches in this segment point to a need to expand the theme in the academic environment, considering that there is a theoretical gap of great proportions regarding the theme.

Keywords: Transport of Values; Private security; Criminal Organizations; Brazil.

¹ Graduado em gestão de segurança privada, UNICESUMAR, Av. Guedner, nº 1610 maringá-PR. Site: www.uniasselvi.com.br.

² Orientador, Docente do Curso de Gestão de Segurança Privada, UNICESUMAR, Av. Guedner, nº 1610 maringá-PR. Site: www.uniasselvi.com.br.

³ Docente do curso de gestão de segurança privada, UNICESUMAR, Av. Guedner, nº 1610 maringá-PR. Site: www.uniasselvi.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a ABTV (Associação Brasileira de Transporte de Valores), de janeiro de 2019 a junho de 2020 foram registradas 72 situações de sinistro, sendo que 36 foram consumados, um número bem menor do que o ano de 2018, mas conseqüentemente ainda é um número relativamente alto trazendo impactos significativos para toda a sociedade (ESTATÍSTICAS, 2020).

Dentre os fatores de influência para a crescente ação de criminosos envolvendo o transporte de valores, pode-se afirmar o alto desenvolvimento de Organizações Criminosas, que tentados pela quantidade de numerários financeiros transportados em carros-fortes, promovem ações de extrema violência a fim de atingir seu intento criminoso.

Além de trafegar por rodovias parcialmente desertas, os Vigilantes ainda enfrentam outro problema, sendo este a questão do armamento defasado e antigo, de acordo com o presidente da SindForte/RN (Sindicato de Transporte de Valores do Rio Grande do Norte) Márcio Figueiredo em entrevista à *Tribuna do Norte*, os Vigilantes não estão dando mais conta de deter as ações com revólveres .38 e espingardas calibre .12, ainda de acordo com Márcio Figueiredo, seria necessário reformular toda a lei que rege a segurança privada no Brasil (Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983). Pensando nestas perspectivas relacionadas à fragilidade da temática essa pesquisa procura trazer sugestões a fim de que se possa ter maior eficiência e eficácia na atividade de transporte de valores na Segurança Privada.

É perceptível que a falta de segurança tem assolado a maioria dos brasileiros e é um grande problema em nossa sociedade atual, portanto, para suprir essa necessidade, estes indivíduos têm procurado cada vez mais empresas especializadas no setor privado de segurança, contudo este segmento de trabalho, com o avanço da criminalidade, tem tido muita dificuldade em prestar seus serviços, estas dificuldades são causadas principalmente pela legislação defasada, pouco poder bélico e organizações criminosas especializadas em ataques a veículos de transporte de valores.

Esta pesquisa está dividida em sete tópicos, introdução, segurança privada no Brasil, transporte de valores, metodologia, análise de dados e resultados, considerações finais e referências.

2 SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL

No Brasil, com a evolução do período imperial, tendo este durado de 1822 a 1889 e passando por dois imperadores, Dom Pedro I e Dom Pedro II, quando nosso país se declarou independente, não mais sendo uma mera colônia de Portugal, a segurança privada já existia, mas naquela época ainda se confundia o que era público e privado, no entanto, quando se instaurou a República, a segurança evoluiu das milícias privadas para os serviços orgânicos de segurança pública e privadas. Foi então que, por meio dos Decretos-Lei nº 1.034, de 9 de novembro de 1969 e nº 1.103, de 21 março de 1970, as empresas de segurança e vigilância armada privada, surgiram em nosso País (MORETTI, 2020).

Posteriormente, esses decretos foram revogados pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelecendo normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploravam os serviços de vigilância e de transporte de valores em nosso país, um ponto importante é que na década de 1960, os assaltos às instituições financeiras foram cruciais para o surgimento das empresas de segurança privada no Brasil (BRASIL, 1983).

Surgiram com o objetivo de proteger patrimônios, pessoas e realizar transporte de valores. Os primeiros trabalhadores tinham variadas denominações, como: vigias, guardiões, rodantes, fiscais de pátio, fiscais de piso e similares; atuavam em estabelecimentos industriais, comerciais ou residenciais, tais trabalhadores eram contratados por empresas de segurança gerenciadas por coronéis aposentados, que adotavam a disciplina militar. Pode se dizer que o começo da segurança privada no Brasil foi marcado por uma disciplina paramilitar.

A segurança privada atualmente está em constante crescimento, conforme mostra os dados do estudo do setor de segurança privada tendo 4.425 empresas especializadas registradas na Polícia Federal e de acordo com o mesmo estudo, o setor também emprega cerca de 520.179 vigilantes (MORETTI, 2020).

Como cita Marcondes (2016), a segurança privada se divide em cinco segmentos, sendo eles: vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal privada, curso de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.

Tais segmentos, por sua vez, atuam de diferentes formas e cada um com suas especialidades propriamente designadas especificamente para cada área de atuação, ainda conforme Marcondes (2016), é importante ressaltar que para cada uma das cinco áreas citadas a qual se divide a segurança privada, o profissional denominado como vigilante faz cursos de extensão que o qualifica a exercer cargos anteriormente citados que se denominam como extensões, levando em consideração que o vigilante também fará cursos de reciclagem a cada dois anos também oferecidos pelas escolas de formação de vigilantes, todavia fiscalizadas pela Polícia Federal.

Os segmentos, descrições e áreas de atuação estão sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – seguimentos de atuação da Segurança Privada

Segmento	Descrição	Área de atuação
Vigilância patrimonial	Preservação de bens e patrimônio, prevenção de risco provenientes de ações criminosas.	<ul style="list-style-type: none"> - Bancos. - Organizações comerciais e industriais diversas. - Órgãos públicos. - Condomínios fechados, prédios ou residências, shopping centers, estádios de futebol, centros de exposições, casas de eventos e espetáculos diversos, cinemas, bares, restaurantes etc.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção (geralmente empresários, executivos etc.).	<ul style="list-style-type: none"> - Empresários, políticos, VIPs e outros.
Curso de formação	Treinamento e qualificação de vigilantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Atende empresas de segurança e profissionais de segurança privada e pública.

Escolta armada	Acompanhamento motorizado armado (geralmente de empresários, executivos, políticos, outros).	- Veículos de cargas, empresários, executivos, políticos, outros.
Transportes de valores	Transporte de bens e numerários de autovalor.	- Bancos e instituições financeiras.

Fonte: elaborado pelos autores.

Assim, esse segmento de trabalho tem auxiliado a segurança pública, tendo em vista que está presente em determinados pontos de centros urbanos e rurais defendendo não apenas bens tangíveis, mas também intangíveis, sejam eles consumidores de seus serviços ou não. Conforme explica Melo, Tenório e Franco (2021), a segurança privada atualmente está mais presente no meio urbano do que podemos imaginar, é uma área de extrema importância para a sociedade tendo em vista que ela auxilia na prevenção de crimes.

3 O TRANSPORTE DE VALORES NO BRASIL

O transporte de valores é a utilização de veículos blindados que transporta grandes numerários e que substitui um transporte comum, esta modalidade só é permitida a empresas autorizadas pela Polícia Federal. É importante ressaltar que não apenas empresas especializadas podem fazer transporte de numerários ou bens com veículos especiais, mas empresas orgânicas que possam optar por elas mesmas fazerem o transporte de seus bens e numerários conforme detalha o art. 1º da Portaria nº 992, de 25 de outubro de 1995, que enquadra como segurança privada os serviços de segurança desenvolvidos por empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para a execução dessas atividades (BRASIL, 1995). Mesmo tendo a opção de cuidarem de sua própria segurança e transporte, várias empresas e instituições bancárias optam por terceirizar esses serviços por conta dos altos níveis de risco. Melo, Tenório e Franco (2021) afirmam que escolta armada ou transporte de valores são as atividades de segurança privada, aquela que visa garantir o transporte de qualquer carga ou de valores, abrange tanto a ida quanto o retorno da equipe com o armamento e demais equipamentos e pernoites, estritamente necessários.

Também chamado de *carro-forte*, o veículo especial utilizado pela segurança privada é dotado de algumas especificações regidas pela Portaria nº 139/1984 Brasil (1984), tais como: ter guarnição mínima de quatro vigilantes, carroceria furgão que resista a impactos a partir da munição 9 mm, cabine metálica com vidros à prova de balas, divisões internas separando o cofre da guarnição, sistema de escotilhas para tiro com tampa inviolável na parte externa do veículo, tonelagem mínima de 1,35 T, tanque de combustível protegido com chapa de blindagem, sistema de radiocomunicação VHF (ou UHF) e SSB, pneus traseiros com rodagem dupla.

Atualmente, esses veículos sofreram mudanças drásticas e têm evoluído com o passar dos anos por conta de ataques de organizações criminosas. Mudanças estas que fizeram com que as empresas de transporte de valores e fabricantes dos veículos mudassem o seu modelo e adotassem designs diferenciados para o melhor desempenho de sua respectiva função.

Além do carro-forte, o transporte de valores também ganhou outro veículo para o transporte de valores, que é a adaptação de caminhões com maior capacidade carga totalmente blindados, com um ou dois compartimentos. O modelo novo de transporte de valores está sendo bastante utilizado por empresas que precisam transportar cargas de acentuado valor comercial, sendo que atualmente apenas três empresas possuem autorização para utilizar estes veículos: Brinks, Prosegur e Proforte.

De acordo com Osuna (2012), a implantação do veículo especial para o transporte de valores chegou no Brasil por meio de empresas estrangeiras preocupadas em incutir a mentalidade do transporte com segurança nas instituições financeiras, ainda segundo o autor o setor privado ditou as regras do desenho e das características de segurança dos carros-fortes, desde 1966 até a regulamentação pelo Estado, em 1984, por meio da Portaria nº 139, tendo sido alterada meses mais tarde pela portaria nº 511, de 5 de dezembro 1984 (BRASIL, 1984).

É importante ressaltar que mesmo sendo robusto e contendo uma grossa camada de blindagem, esses veículos ainda são alvo de criminosos que muitas vezes tem êxito em concluir suas práticas, utilizando explosivos e armamentos de contenção.

As organizações criminosas atualmente são um dos maiores problemas em nosso país, de acordo com Reginato e Moreira (2015), as organizações criminosas estão entrelaçadas em quase todos os setores e classes sociais do país, estas organizações estão ligadas à corrupção e má administração pública. Ainda segundo os autores, com o início do regime militar, que durou de 1964 a 1985, começaram a surgir as primeiras organizações criminosas, que tinham por intuito desestabilizar o governo para que mudasse a forma do regime urgentemente, para concretizar seu objetivo este grupo denominado “frente armada” efetuavam assaltos a banco, atendados terroristas, sequestros e atendados a bomba. É importante ressaltar que devido a esses ataques a instituições financeiras surgiu a Segurança Privada no Brasil.

Atualmente no Brasil existem diversas organizações criminosas, se destacando entre elas o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. Dentre as ações emanadas, tem-se o “novo cangaço”, como uma das ações mais violentas protagonizando verdadeiro atentado à sociedade. O termo é agregado a esse segmento criminoso por conta das práticas utilizadas pelos criminosos, que lembram o antigo cangaço brasileiro. Pinheiro e Abrel (2018) salientam que o que mudou desde a época de Lampião foi apenas os meios de locomoção, o *modus operandi* continua o mesmo, sendo eles, ação planejada e específica; considerável poder bélico; prática de disparos de arma de fogo em via pública; ataques contra quartéis; enfrentamento às forças policiais; utilização de material explosivo e, em alguns casos, o uso de reféns. Conforme os mesmos autores os alvos desses criminosos são cidades pequenas com pouco contingente policial e segurança pública, por serem localidades urbanas com baixo índice de criminalidade e perto de rodovias, facilitando, assim, sua fuga.

3.2 ATAQUES A CARROS-FORTES

Entre 2015 e 2019, conforme explica Araújo (2019), em sua matéria no *Jornal Metrôpoles*, foram registrados um total de 355 ataques a carros-fortes em todo o país, resultando em 151 vigilantes feridos e 24 que evoluíram a óbito, um número espantoso e alarmante. O autor também reforça que os atuais veículos não são tão seguros contra alguns determinados armamentos e que um dos pontos mais vulneráveis é parte de trás do veículo, que não possui escotilhas para retardar a ação criminosa e, na maioria das vezes, é onde acontecem as abordagens utilizando explosivos.

Os dados mostram que o constante enfrentamento entre vigilantes e criminosos em todo o território nacional, principalmente em rodovias onde as forças de segurança são mais ausentes, faz com que existam cenas de guerra e terror. Torna-se perceptível que os locais onde aconteceram os maiores números de sinistros foram nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, sendo que esses ataques acontecem, na maioria das vezes, em rodovias estaduais e federais abandonadas. Um dos casos mais recentes aconteceu no dia 4 de janeiro de 2022, no Pará, entre as cidades de Bragança e Augusto Correia na BR 308, onde criminosos tentaram assaltar um carro-forte utilizando explosivos, porém não obtiveram êxito em sua empreitada por não conseguirem abrir o cofre, conforme cita o jornalista Cavaliere (2022).

Com tantos atos de sinistro acontecendo e as ações do chamado novo cangaço, as empresas de transporte de valores vêm adquirindo novas tecnologias para tentar suprimir as ações dos criminosos, como rádios em diversas frequências, rastreamento por satélite, cofres com criptografia e serviços de telefonia 4G, como detalha a Associação Brasileira de Transporte de Valores (ESTATÍSTICAS, 2020).

Para Barros (2019), todos os veículos de escolta ou transporte de valores devem ter um sistema de rastreamento e um botão de pânico, em determinados locais o serviço telefônico ou via rádio transmissor pode falhar, sendo assim, o botão de pânico pode ser uma válvula de escape de um possível sinistro.

A necessidade de implementação de novas tecnologias faz-se necessária não somente em aquisição de equipamentos, mas também de instrumentos e ferramentas que viabilizem a melhoria dos processos em segurança privada.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa de natureza aplicada de caráter exploratório, sendo seu procedimento a pesquisa de campo. O objetivo desta pesquisa que é investigar os maiores problemas do transporte de valores no Brasil, utilizando para tanto de entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam na atividade de Segurança Privada, no segmento de transporte de valores.

Com relação à abordagem qualitativa, segundo Creswell (2013 p. 25) “é uma abordagem voltada para a exploração e para entendimento do significado que indivíduos e grupos atribuem a um problema social e humano”. É qualitativa uma vez que vai em busca das percepções dos profissionais do transporte de valores, avaliando contextos, condições, perspectivas, dentre outros. Trata-se ainda de pesquisa aplicada, vez que possui o intuito de fazer com que os conhecimentos obtidos possam atender as consequências práticas da temática. É exploratória pois trata-se de um tema pouco explorado em pesquisas e com grande carência de referenciais teóricos.

Quanto à pesquisa exploratória, tem-se que segundo Gil “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (2002 p. 41).

No que diz respeito aos procedimentos, foi abordado por uma pesquisa de campo, a qual, também de acordo com Gil (2002 p. 53), trata-se do “estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

A seguir são apresentados os delimitadores da pesquisa.

4.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para realizar o levantamento de dados sobre o transporte de valores do Brasil, assim como compreender os conceitos de seus maiores problemas, respectivamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a fim de que se obtivesse o arcabouço teórico necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Conforme Gil (2002, p. 29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”.

Para se obter melhores dados, foi realizada uma pesquisa documental em fontes abertas a todo o público e disponíveis de forma on-line, baseada em Legislações Federais, e também matérias feitas por jornais etc.

Quanto ao objetivo específico, como técnica de coleta de dados utilizou-se de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

A pesquisa foi realizada com a amostra formada a partir da técnica de amostragem não probabilística por conveniência, em que participaram da amostra pessoas dispostas a colaborar. Trata-se de um método extremamente útil a fim de que se possa estudar populações com maior nível de dificuldade de serem acessadas ou estudadas, ou ainda as quais não há precisão de quantitativos. As dificuldades são latentes no tocante ao quantitativo de agentes da segurança privada, visto se tratar de informação estratégica e também por receio de sanções administrativas por parte das empresas, como na dificuldade de obter-se confiança para participação da entrevista, demonstrando seu grau elevado de complexidade. Ainda realizou-se a seleção pela técnica denominada “bola de neve” (ALBUQUERQUE et al., 2014). Essa técnica corresponde a uma forma de amostra, em que os entrevistados iniciais de um respectivo estudo indicam novos possíveis participantes para a pesquisa, estabelecendo-se um vínculo de confiança em uma rede de colaboração, conforme o universo a ser estudado, os quais, dando segmento, indicam novos participantes a fim de que seja possível obter êxito nos objetivos propostos.

Portanto, foram entrevistados quatro profissionais da área de segurança privada que atuam ou atuaram no transporte de valores, sendo que três entrevistados trabalharam como cobertura e um como motorista no transporte de valores. Foram elaboradas 16 perguntas, sendo elas:

1. Qual o seu cargo no transporte de valores?
2. A quanto tempo atua na área?
3. Quais os maiores problemas do transporte de valores no Brasil segundo sua perspectiva?
4. Quais as soluções e medidas que devem ser tomadas por parte das empresas e do governo para os problemas que você apontou?
5. Já esteve em alguma situação de sinistro na sua atividade?
6. Como lida com essa situação caso ela aconteça?
7. O que acha do atual cenário do transporte de valores?
8. Por que escolheu essa profissão?
9. Quais pontos nas estradas você considera mais perigosos e por quê?
10. Acha que os estudos atuais sobre assaltos a carros-fortes ou bases estão corretos?
11. A algum plano de contingência que você e sua equipe usem formulados pela empresa ou só usam o que aprenderam no curso? Qual o plano?
12. Como você lida com o estresse do seu trabalho?
13. O que acha do atual cenário da criminalidade?

-
14. Acha que os vigilantes de transporte de valores deveriam ter mais treino e preparo como uma força de elite? Se sim, por quê?
 15. Como você solucionaria os problemas que descreve?
 16. Você se sente seguro dentro do carro-forte? Se não, por quê?

Os dados obtidos foram analisados e comparados com as estimativas de anos anteriores, a partir do ano de 2005 até o ano de 2020, comparando o número de ataques, roubos a carros-fortes, vigilantes feridos ou que evoluíram a óbito, dentre outros dados que surgiram no decorrer da pesquisa para ter uma análise mais detalhada de forma percentual.

Após as entrevistas, estas foram transcritas. A técnica utilizada para análise dos dados obtidos foi a análise de conteúdo, pela perspectiva de Bardin. Seguindo essa metodologia de Bardin (2011), o projeto de análise qualitativa deve ser dividido em três fases, sendo elas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Ainda, compreende em seus procedimentos:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2011, p. 44).

As quatro entrevistas foram organizadas e separadas em forma de textos individuais, sendo que com base no conhecimento individual dos entrevistados, muitas expressões e termos foram explicitados de formas diferentes para relatar os mesmos assuntos referentes as perguntas.

4.2 ASPECTOS ÉTICOS

Por conta da atual pandemia do covid-19 não foi possível que o entrevistador fosse ao encontro do entrevistado, dito isto, as entrevistas foram feitas via vídeo chamada e gravadas pelo aplicativo Google Meet. Cabe ressaltar que se obteve a coleta dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs), os entrevistados não são identificados por uma questão de sigilo, visto que atuam no transporte de valores e também por conta de suas identidades profissionais junto as organizações. É importante ressaltar que, para serem feitas as respectivas entrevistas que lidam com pesquisa humana, as perguntas foram submetidas ao comitê de ética e pesquisa da Universidade Cesumar, tendo sido aprovadas.

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

O conteúdo das entrevistas, que discorre sobre o transporte de valores no Brasil e seus maiores problemas perante a criminalidade, foi transcrito de modo textual e separado em quatro documentos pré-analisados, depois buscou-se explorar o material obtido com as entrevistas, na sequência foi possível tratar os resultados obtidos, suas interferências e interpretações segundo a metodologia de Bardin (2011), para se ter uma melhor coleta de dados dos problemas encontrados junto a pesquisa bibliográfica, e achar indicadores de possíveis soluções ou estratégias que possam amenizar os problemas em questão.

Quando os entrevistados foram indagados sobre os maiores problemas do transporte de valores no Brasil, foi perceptível que todos apontaram quase os mesmos problemas, sendo eles: necessidade de mudança na legislação e portarias que regem a segurança privada, armamento defasado, o alto poder bélico da criminalidade que executa esses tipos de ações, a quantidade de

numerário que é transportado de uma só vez em longas distancias e também o abandono do Estado em relação à segurança nas rodovias estaduais e federais do país. Quando indagados se os estudos atuais de roubos a carros-fortes estavam corretos, o Entrevistado 1 respondeu que não, pois, segundo ele, “Todo dia ou quase todo dia, acontecem tentativas de assaltos a carros-fortes no Brasil inteiro, só não estão registrados”. Entrevistado 1 (2021).

Os Entrevistados 2 e 3 alegaram não saber a dimensão correta dessa análise, por não estarem acompanhando esses assuntos de forma efetiva, já o Entrevistado 4 alegou que estão corretas, tendo em vista que houve uma diminuição no índice de tentativas.

É perceptível que para atuar nesse segmento de trabalho, é necessário um treinamento específico e todo um aparando técnico, após serem questionados se os vigilantes deveriam ter mais treinamento os Entrevistados 1 e 2 responderam que o tempo máximo exigido para uma reciclagem é de dois anos, e que este respectivo tempo é muito longo para voltar a um treinamento e que seria necessário um período de um ano. Já o Entrevistado 4, afirmou que varia muito de empresa para empresa, segundo ele: “A empresa que eu trabalho, é uma empresa que quando você é contratado não quer saber do curso que você teve lá na escola de formação de vigilante, ela já te manda para que você possa fazer um novo curso com um especialista de carro-forte, de ano em ano a empresa faz esse investimento”. Entrevistado 4 (2021).

É importante ressaltar que quando indagados sobre o plano de contingência utilizado em caso de sinistro, todos eles relataram a mesma resposta, que não há um plano de contingência específico em caso de sinistro sobre combate, são instruídos para se evadir do local, se possível, relatar a sua base operacional sobre o ocorrido e procurar um dos postos de segurança pública.

Quanto à solução pelos problemas apresentados todos os entrevistados parecem entrar em consenso de que, a legislação vigente da segurança privada deve ser reanalisada para os dias atuais, levando em consideração o alto índice de criminalidade, dando um melhor poder bélico aos agentes de segurança privada para que possam reagir a abordagem dos criminosos. Dentre todos esses aspectos um em particular deve ser levado em consideração, o Entrevistado 4 relatou que a organização em que trabalha tem utilizado um plano para melhorar a segurança em seus transportes, segundo ele, a empresa tem utilizado outro veículo especial para escoltar o carro-forte que leva o numerário em vias mais perigosas e que já houve situações de sinistro, redobrando a segurança e diminuindo a probabilidade de ataques.

Outro problema recorrente na atividade de transporte de valores é a questão do estresse dos vigilantes que, de acordo com o Entrevistado 2, é bem recorrente, em determinado trecho da entrevista ele chega a citar que mesmo não atuando mais na área do transporte de valores ainda vai ao psicólogo, segundo ele, é uma medida necessária que, por sua vez, muitos vigilantes não utilizam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão teve como objetivo principal analisar os maiores problemas do transporte de valores no Brasil e propor ações para a melhoria deste segmento de trabalho, tendo em vista que foi necessário fazer um levantamento na literatura sobre todo o histórico da segurança privada e suas vertentes, compreender os seus respectivos segmentos e analisar sua legislação vigente. Para diagnosticar tais problemas, foi necessário fazer uma pesquisa de campo no modelo de entrevistas semiestruturadas no qual foram entrevistados indivíduos que trabalham ou já trabalharam nesse ramo, sendo que dos quatro entrevistados três atuavam como cobertura e um como motorista de veículo especial. Na busca por referências bibliográficas foi notável que todo o setor privado de segurança tem uma lacuna teórica impressionante, visto que é um serviço de extrema importância e necessidade.

Foi perceptível que atualmente, nas rodovias federais e estaduais de todo o Brasil, está acontecendo um grave embate entre vigilantes e criminosos, de modo que a maioria dos ataques acontecem em rodovias por serem parcialmente abandonadas pelo poder público, essas guarnições rodam por todo o país em estradas parcialmente desertas e esquecidas, muitas vezes com um alto valor de numerários, o que é muito atrativo para criminosos.

Foi possível diagnosticar, entre os entrevistados, que os vigilantes não concordam que o curso de reciclagem seja feito a cada dois anos, de acordo com eles, deveria ser em um espaço mais curto de tempo, tendo em vista que o risco que correm é grande, o treinamento e aperfeiçoamento deveriam ser feitos no período máximo de um ano ou menos, muitas organizações investem em treinamento dentro de seus próprios núcleos, mas isso corresponde a uma pequena parcela.

Embora o treinamento seja muito importante no combate à criminalidade, muitas vezes não é suficiente. Assim, a segurança privada no Brasil vive, hoje, um cenário de completo abandono por parte do poder público, chega a ser irônico, tendo em vista que ela surgiu e auxiliou em um dos momentos mais críticos da história de nosso país, os agentes de segurança privada, atualmente, contam com armamentos defasados, velhos e ultrapassados, armas da década de 1970, enquanto os criminosos parecem cada vez mais investir em poder bélico, como fuzis, dispositivos explosivos e até mesmo metralhadoras .50, táticas ousadas, não apenas para cometer suas práticas ilegais, mas também para intimidar qualquer um que se oponha a eles.

Um fator de extrema importância é que muitos dos vigilantes sofrem com problemas de estresse acarretados pelo trabalho, e estes não procuram ajuda ou tentam lidar com isso de forma saudável e, na maioria das vezes, nem mesmo as empresas possuem um especialista na área psiquiátrica para que possa ajudar.

Conclui-se, então, que o transporte de valores, apesar de ser um segmento de extrema importância para a sociedade, não é bem visto e é esquecido pelas políticas de Estado, tendo em vista que esse segmento de trabalho é de suma importância, não apenas para o setor privado de segurança mas também para as forças de segurança pública, é necessário que haja uma nova reestruturação nas leis que regem a segurança privada, facilitando, assim, que essas organizações possam adquirir melhores equipamentos e utilizá-los para combater ou inibir as ações criminosas.

O compartilhamento de informações e conhecimentos entre as empresas de transporte de valores e as forças de segurança pública são de extrema importância para o combate aos assaltos a transportes de valores, prática que não é adotada e, se fosse, reduziria drasticamente esse tipo de ação.

É necessário compreender que a segurança privada complementa a segurança pública em diversos aspectos, ajudando, assim, a manter a segurança de toda a sociedade. Durante as entrevistas foi notável e perceptível o comprometimento dos vigilantes para com o seu trabalho e sua integridade, todavia é necessário que haja mais estudos sobre as temáticas por sua extrema importância e por sua lacuna teórica vigente.

7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Saulo. Carros-fortes, homens indefesos. **Metrópoles**, São Paulo, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/materias-especiais/ataques-a-carros-fortes-nas-estradas-mutilam-e-matam-vigilantes>. Acesso em: 1 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino *et al.* Methods and techniques used to collect ethnobiological data. *In*: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino *et al.* **Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology**. New York: Humana Press, 2014. p. 15-37.

BARROS, Adalto. S. **Gestão de patrulhamento e escoltas**. Maringá: Unicesumar, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia. J. aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista eletrônica de pós-graduação em sociologia política da UFSC**, Florianópolis, v. 2 n. 3, p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983**. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1983.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 511, de 5 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre veículos especiais de transporte de valores e regras normativas para seu uso e fabricação. Brasília, DF. Ministério da Justiça, 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. **Portaria DPF nº 992, de 25 de outubro de 1995**. *Dispõe sobre as normas e procedimentos relacionados às empresas de segurança privada, segurança orgânica e segurança de estabelecimentos financeiros*. Brasília, DF: Departamento da Polícia Federal, 1995.

CAVALIERI, Yuri. Quadriha explode carro-forte em rodovia do Pará. **1º Jornal**, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/primeiro-jornal/ultimas/quadriha-explode-carro-forte-em-rodovia-no-para-16468900>. Acesso em: 7 jun. 2022.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approach**. California: Sage, 2013.

ESTATÍSTICAS. **ABTV**, São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <http://abtvalores.com.br/estatisticas/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

MARCONDES, José. S. Segurança privada, o que é? Conceitos e atribuições, tipos. **Blog Gestão de Segurança Privada**, [s. l.], 23 jun. 2016. Disponível em: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/conceito-de-seguranca-privada/>. Acesso em: jul. 2021.

MORETTI, Claudio D. S., **A segurança privada no Brasil: histórico e evolução**. Monee, Illinois: Independently published. 2020.

MELO, Felipe P. D.; TENÓRIO, Cristian R.; FRANCO, Paula D. A. **Segurança empresarial e patrimonial**. Maringá: Unicesumar, 2021.

OSUNA, Leandro. V. O veículo especial na segurança privada. **Periódicos DPF**. Brasília, DF, v. 5 n. 2, p. 61-80, julho a dezembro 2012.

PINHEIRO, Adriano. D. A; ABREU, Viviane. C. **Novo cangaço** – explosões de caixas eletrônico. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018.

REGINATO, Stéfano. S; MOREIRA, Glauco. R. M. O crime organizado no Brasil. *In*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 2015, Presidente Prudente. **Anais** [...]. Presidente Prudente: Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, 2015.

OS IMPERATIVOS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS E AS IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

CONTEMPORARY ECONOMIC IMPERATIVES AND PSYCHIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPLICATIONS

IMPERATIVOS ECONÓMICOS CONTEMPORÁNEOS E IMPLICACIONES PSÍQUICAS, SOCIALES Y AMBIENTALES

Príncipe Santana da Cruz¹

Jairo Marchesan²

Sandro Luiz Bazzanella³

Leonardo Dresch Eberhardt⁴

RESUMO: O presente artigo aborda a relação entre a economia e a psicologia, ou seja, discute como os aspectos econômicos cotidianos vinculados ao modo de produção capitalista, dentre os quais a economia financeirizada, as relações entre o débito e o crédito, dentre outros, interferem nos seres humanos, constituindo subjetividades conformadas às exigências econômicas e sociais em curso. Para tanto, metodologicamente, neste artigo, dialoga-se com autores como Zygmunt Bauman, Hannah Arendt e Sigmund Freud. Freud, considerado o pai da psicanálise, discorre sobre as relações de sofrimento e prazer que compõem a humanidade. Hannah Arendt proporciona a reflexão sobre ação, trabalho, labor e as dependências humanas nas relações de sobrevivência. Com as contribuições de Bauman, analisa-se a condição humana nos contextos líquidos modernos e contemporâneos. Também há outros autores, que se fazem presentes neste estudo por meio de conceitos e reflexões. Neste artigo, portanto, foram analisados alguns aspectos do conceito de economia ao longo da história da sociedade humana; inicialmente, destaca-se a relação das pessoas com a economia na perspectiva da sobrevivência e, posteriormente, suas relações com o mercado. Paralelamente, como a economia intervém ou influencia psicologicamente e negativamente na conformação da subjetividade humana, interferindo nas relações humanas e na qualidade de vida da sociedade humana atual.

Palavras-chave: Economia; subjetividade; relações humanas; sociedade contemporânea.

ABSTRACT: This article addresses the relationship between economics and psychology, in other words, it investigates how the everyday economic aspects linked to the capitalist mode of production, among which, the financialized economy, the relationship between debt and credit, affect human beings, constituting subjectivities conforming to ongoing economic and social demands. So, methodologically, this article dialogues with authors such as Zygmunt Bauman, Hannah Arendt and Sigmund Freud. Freud, considered as the father of psychoanalysis, discusses the relationships of suffering and pleasure that make up humanity. Hannah Arendt provides a reflection on action, work, labor and human dependencies in survival relationships. With Bauman's contributions, the human condition is analyzed in modern and contemporary liquid contexts. There are also other authors who are present in this study with their concepts and reflections about these issues. Therefore, for this research, firstly, some aspects of the concept of economy throughout the history of human society were analyzed such as the relationship between people and the economy from the perspective of the human condition of survival and, later, the human relationship with the market. At the same time, with theses analyzes, how the economy interferes or influences the formation of human subjectivity, interfering in human relationships, and in the quality of life of today's human society.

¹ Mestranda no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Canoinhas/SC Brasil. Site: www.uniasselvi.com.br

² Doutor em Geografia (UFSC). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Canoinhas/SC Brasil. Site: www.uniasselvi.com.br

³ Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Canoinhas/SC Brasil. Site: www.uniasselvi.com.br

⁴ Doutor em Saúde Pública (FIOCRUZ). Site: www.uniasselvi.com.br

Keywords: Economy; subjectivity; human relations; contemporary society.

RESUMEN: Este artículo aborda la relación entre la economía y la psicología, es decir, discute cómo los aspectos económicos cotidianos vinculados al modo de producción capitalista, entre los cuales la economía financiarizada, la relación entre el débito y el crédito, entre otros, interfieren en el ser humano, constituyendo subjetividades conformadas hacia las exigencias económicas y sociales en curso. Para ello, metodológicamente, este artículo dialoga con autores como Zygmunt Bauman, Hannah Arendt y Sigmund Freud. Freud, considerado el padre del psicoanálisis, habla de las relaciones de sufrimiento y placer que componen la humanidad. Hannah Arendt brinda una reflexión sobre la acción, el trabajo, la labor y las dependencias humanas en las relaciones de supervivencia. Con los aportes de Bauman se analiza la condición humana en contextos líquidos modernos y contemporáneos. También hay otros autores, que están presentes en este estudio por medio de conceptos y reflexiones. En este artículo, por lo tanto, se analizaron algunos aspectos del concepto de economía a lo largo de la historia de la sociedad humana; inicialmente se destaca la relación de las personas con la economía desde la perspectiva de la supervivencia y, posteriormente, su relación con el mercado. Al mismo tiempo, cómo la economía interviene o influye psicológicamente y negativamente en la conformación de la subjetividad humana, interfiriendo en las relaciones humanas y en la calidad de vida de la sociedad humana actual.

Palabras clave: Economía; subjetividad; relaciones humanas; sociedad contemporánea

1 INTRODUÇÃO

As sociedades humanas, para além de suas especificidades, se caracterizam fundamentalmente pelas relações que estabelecem entre si, com os outros e com o seu entorno. A partir dessa interação, é constituída a subjetividade⁵ humana, que, na abordagem psicanalítica freudiana e lacaniana, é definida como a singularidade de cada ser, compostas pelas primeiras referências para este processo de formação, que são as figuras parentais e, posteriormente, pelos vetores da cultura, da educação e do trabalho, dentre outros, que produzem implicações no modo de vida das pessoas (DINIZ; CAMPOS, 2017).

Para a constituição e o desenvolvimento de uma sociedade organizada social, política e economicamente, há a necessidade do estabelecimento de relações de confiança entre os seres humanos (ARRUDA, 2001), visto que é nas relações com o outro que nos conhecemos, nos constituímos socialmente e expressamos o nosso "mundo interior". A partir destas interfaces, nos desenvolvemos psicologicamente e socialmente e, ainda, construímos relações sociais permeadas por estratégias e práticas econômicas que podem estar a favor da manutenção da vida, atendendo as necessidades humanas.

Assim, considerando a economia concebida para além dos reducionismos monetários e financeiros, que influencia na gênese da subjetividade humana e que reflete na formação de uma sociedade, cabe perguntar: Como a dimensão econômica, ou seja, como os aspectos cotidianos da economia financeirizada, do débito e do crédito, vinculada ao modo de produção capitalista na atualidade, impõe formas de subjetivação que incidem na vida e nas relações humanas?

⁵ Na psicanálise freudiana e lacaniana, a subjetividade é o resultado de uma trajetória pela qual o sujeito passa para se subjetivar. Esta trajetória inicia-se com os cuidados que a mãe tem com o filho nos primeiros momentos da vida e as consequências que podem advir dessa relação narcísica da mãe com a constituição do seu filho. Ao longo do desenvolvimento físico e mental, o sujeito vivencia etapas como a do Complexo de Édipo e a da Castração que também irão influenciar o desenvolvimento da constituição subjetiva do sujeito (PSICANÁLISE CLÍNICA, 2020).

Igualmente, Cruz (2022a) considera a subjetividade como um processo, tanto individual quanto social, que ocorre de forma simultânea, isto é, "a constituição subjetiva", que é um processo dinâmico, ocorre tanto relacionado aos aspectos individuais de cada sujeito (suas experiências, vivências, percepções etc.) quanto relacionado aos aspectos do convívio social (cultura, educação, política etc.). Isso significa que a subjetividade é uma ação constitutiva, resultante do processo de desenvolvimento humano e da interação social que caracteriza a forma de ser de cada um e de cada sociedade (CRUZ, 2022b).

Sob tais pressupostos reflexivos, o presente artigo analisa as interfaces da economia e seu impacto nas relações humanas e, por decorrência, na constituição da subjetividade. Afinal, os seres humanos são sociais, se comunicam, estabelecem relações entre si e com o ambiente e se organizam em sociedades estruturadas social, política e, economicamente.

Sendo assim, para entender a organização econômica das sociedades e o modo de vida das pessoas, é imprescindível compreender o conceito de economia⁶, que pode ser definido como um fenômeno humano resultante do conjunto de práticas sociais e econômicas. As práticas sociais se referem às formas de vida; já as práticas econômicas se remetem às satisfações das carências ligadas às reproduções sociais e com produção e distribuição de bens e serviços (JAEGGI, 2018, p. 511). Neste contexto, as relações sociais, políticas e, principalmente, a dimensão econômica, contribuem para definir as formas de subjetividade individual e social.

A partir desta compreensão, é possível considerar que, quanto mais organizada uma sociedade esteja em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, maior pode ser seu tempo de existência, pois a constituição subjetiva, se voltada aos interesses do bem-estar coletivo, contribuiria para a durabilidade das sociedades humanas com vivências pautadas no bem-estar subjetivo. A compreensão das relações econômicas em curso, portanto, é fundamental para o conhecimento da dinâmica organizacional das sociedades e dos modos subjetivantes da formação das pessoas e suas implicações na saúde mental.

Para a construção deste artigo, a pesquisa amparou-se na análise bibliográfica de artigos científicos e obras selecionadas, dentre as quais, destacam-se *A condição humana* (ARENDDT, 2007), a qual discorre sobre a existência humana na sociedade; *Capitalismo parasitário* (BAUMAN, 2010), no qual o autor analisa a relação das pessoas com o sistema capitalista; e *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1996), que, segundo o entendimento freudiano, as relações humanas e os modos de vida são uma forma de obter satisfação das necessidades nas quais os instintos de vida e de morte⁷ se manifestam, configurando os cenários sociais.

Assim, este trabalho é uma abordagem qualitativa e analítica, a partir das contribuições do pensamento dos autores supracitados – Hannah Arendt (1906-1975), Sigmund Freud (1856-1939) e Zygmund Bauman (1925-2017) –, salvaguardadas suas diferenças teóricas e conceituais sobre a dimensão dos aspectos sociais e econômicos do sistema capitalista em curso e sobre como estes interferem na constituição da subjetividade humana.

O desenvolvimento desta pesquisa assenta-se no método fenomenológico que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), consiste em mostrar o que é dado, esclarecendo-se aquilo que é visto mediante a consciência do analista. Sob tais pressupostos, portanto, o objetivo geral deste artigo é analisar como os aspectos econômicos atuais impactam na subjetividade humana e na saúde mental das pessoas.

⁶ Para além do supraexposto, compreende-se economia à luz do pensamento do filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (2011), para quem a economia se apresenta como o conjunto de ações, relações, saberes, instituições, aspectos morais, de normas e leis, cujo objetivo é conformar uma forma de governo, de controle, de normalização e orientação que age sobre a vida de indivíduos e populações, com o intuito de otimizar comportamentos, gestos, pensamentos vinculadas a capacidade de produção e de consumo no seio de uma sociedade espetacularizada.

⁷ Segundo a teoria freudiana, os instintos de vida são voltados à sobrevivência básica, ao prazer e à reprodução, importantes para sustentar a vida do indivíduo, bem como para a continuação da espécie, por também estarem associados aos atos de amor, cooperação e outras ações pró-sociais. Já os instintos de morte se voltam ao comportamento autodestrutivo, mas que quando dirigida para fora e para os outros, é expressa por meio de atos de agressão e violência (PENSAMENTO LÍQUIDO, 2018).

1.1 RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E AS CONDIÇÕES DE VIDA

Para compreender a sociedade humana atual, é necessário conhecer a organização da produção, da distribuição e do consumo, constitutivos da dinâmica da economia e como esta influencia na vida e na subjetividade das pessoas, nas escalas locais e regionais.

Em Bauman (2010), é possível observar o seguinte:

[...] sabemos que a força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. E também no oportunismo e na rapidez, dignos de um vírus, com que se adapta às idiossincrasias de seus novos pastos (p. 6-7).

Para o autor, a vida voltada ao capitalismo, com o consumismo exacerbado, gera consequências, como a exploração dos bens naturais para a produção de novos produtos, além do sofrimento mental que flagela os seres humanos:

[...] a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência (BAUMAN, 2010, p. 11).

Esta relação homem-economia já foi diferente, sem a característica do consumismo e da vida voltada ao sistema econômico capitalista atual. Para a compreensão de como era a relação dos homens com o sistema econômico, é importante o entendimento da etimologia do vocábulo economia, que tem sua origem na cultura grega – *oikonomia*.

Oikos significa casa, moradia ou habitação. O vocábulo *nomos* significa administração, organização, distribuição (ARENDDT, 2007; ARTHMAR; BRADY; SALLES, 2010), ou seja, para os gregos antigos, o sentido da economia era prover a casa, especialmente a oferta de um espaço para habitar, para alimentar-se, para descansar e para conduzir as atividades de manutenção da vida. Assim, a economia dizia respeito ao conjunto de relações produtivas entre os membros da família, incluídos os servos, de provisionamento da casa, das condições básicas e materiais essenciais de sobrevivência dos componentes da família.

Para Arendt (2007), a economia em sua etimologia volta-se à condição do labor, ou seja, ao ciclo natural da produção do necessário para a subsistência; já o trabalho, que é realizado com o uso de ferramentas, aumenta a produção e incita o consumismo para além das necessidades de subsistência:

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seus produtos, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (p. 16-17).

Na abordagem arentiana (2007), o uso de artefatos, técnicas e tecnologias nos meios de produção e na vida das pessoas possibilitaram nova organização social. Já Freud (1996), por ser gregário, devido aos instintos de vida, analisava a manifestação dos humanos na perspectiva da busca da felicidade.

[...] os próprios homens, por seu comportamento, mostram ser o propósito e a intenção de suas vidas. O que pedem eles da vida e o que desejam nela realizar? A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer. Em seu sentido mais restrito, a palavra ‘felicidade’ só se relaciona a esses últimos (p. 49).

Dessa forma, um dos propósitos humanos na vida em sociedade é a busca da felicidade; porém, às vezes, ao submeter o outro aos desejos imperativos individuais, essa procura se respalda no uso da violência. Ao mesmo tempo em que o homem ameaça a civilização com sua agressividade, o mesmo a constrói, pois necessita da segurança para evitar as consequências de sua própria agressividade. A ilusão de ser possível alcançar tanto a segurança quanto a felicidade move o homem ao trabalho, à produção e ao consumo, mesmo à custa da exploração humana e ambiental.

Nessas relações, ao longo do tempo os seres humanos se organizaram em novas formas de conceber a economia – a vida voltada ao sistema econômico, a qual reforça o consumismo na busca pela felicidade –, que resulta em várias mazelas sociais, sendo uma delas a desigualdade.

Acerca da desigualdade social, Bauman (2013, p. 78) destaca a condição daqueles que não conseguem participar plenamente do sistema econômico vigente, que se encontram à margem da sociedade, considerados refugos, descartados pelo próprio sistema por não serem úteis como consumidores, ao afirmar que:

Indivíduos e grupos ou categorias de pessoas têm negada sua subjetividade humana e são reclassificados pura e simplesmente como objetos, localizados de modo irrevogável na ponta receptora dessa ação. Tornam-se entidades cuja única relevância (o único aspecto levado em consideração quando se planeja o tratamento que irão receber) para os responsáveis pelas “medidas de segurança” em favor daqueles cuja própria segurança é considerada ou declarada sob ameaça é a ameaça que eles já constituem, podem constituir ou ser acusados (com plausibilidade) de constituir. A negação da subjetividade desqualifica os alvos selecionados como parceiros do diálogo; qualquer coisa que possam dizer, assim como o que teriam dito se lhes dessem voz, é a priori declarado imaterial, se é que se chega a ouvi-los.

Dessa forma, compreender a condição humana em Arendt (1906-1975), Bauman (1925-2017) e Freud (1856-1939), é compreender as relações do homem com a economia e o impacto desta nos modos de vida das pessoas, haja vista que uma das bases da sociedade humana é a econômica.

Segundo Arendt (2007), o ser humano, ao nascer, é inserido ou acolhido pela dinâmica de um ambiente constituído pela esfera da ação constitutiva do espaço público do entorno, bem como da condição política.

Assim, segundo a abordagem arentiana, a subjetividade humana está vinculada à condição humana, que, mediada pela dinâmica do trabalho, das relações sociais e do consumo, moldam o estilo de vida das pessoas e seus processos de subjetivação. Nesta visão, portanto, a subjetividade do ser humano se constitui nesta relação do homem com o trabalho e o consumo.

Da mesma forma, para Bauman, a economia em curso passa a ser determinantemente influente sobre a vida humana e, por conseguinte, na constituição da subjetividade. Como somos uma sociedade capitalista pautada no intenso trabalho, na produtividade e no consumo, tais relações implicam na saúde das pessoas, inclusive a saúde mental.

De todo modo, o que aproxima Arendt (2007) de Bauman (2010) é, sobretudo, essa condição humana de ser pleno consumidor de bens ou produtos que se caracterizam por relações humanas destrutivas entre si e destas com a natureza. Isso significa que os seres humanos estão

submetidos à lógica do capital que explora o ser humano em sua condição humana, que expropria o trabalho humano e que o lança nos imperativos do consumo como o ideal da existência. A vida voltada ao consumismo impacta na psicodinâmica das relações humanas, o que acarreta o mal-estar civilizatório ao qual Freud (1996, p. 83) se refere: “[...] quanto da eterna luta entre Eros⁸ e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontam com a tarefa de viverem juntos”.

O ser humano, na sociedade, vivencia um sentimento ambivalente, que o move, de um lado, para as conquistas que almeja, e, por outro, aos comportamentos agressivos e de subjugação, na justificativa de que as motivações humanas se voltam aos interesses individuais anteriormente aos interesses do bem-estar da coletividade.

Dessa forma, a prática da ação arentiana, na perspectiva da prática política voltada aos assuntos das necessidades sociais e do bem-estar comum, são imprescindíveis para a manutenção do convívio social e da saúde mental das pessoas.

No sistema capitalista, a ação humana constituída por meio da política, como espaço de negociação e manutenção da vida e voltada ao interesse coletivo, é limitada devido à plena produção e o pleno consumo, que gera o individualismo, além de produzir também aquilo que Bauman (2010) denomina como refugos humanos – seres humanos descartáveis, que não conseguem participar da esfera da plena produção e do pleno consumo.

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os excessivos e redundantes, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar, é um produto inevitável da modernidade, é um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população, como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência) (BAUMAN, 2005, p. 12).

O modo de produção capitalista tem como objetivo a produção e o consumo, e não o compartilhamento dos bens e a preservação dos interesses públicos. Assim, pode-se considerar, então, que a economia em Bauman (2010) é caracterizada pelo constante estímulo ao consumo e descarte de produtos. Nesse sentido, portanto, assim como produtos são descartados, muitos seres humanos também ficam ou estão à margem da sociedade – os refugos humanos –, que se constituem perante a desigualdade econômica, a falta de oportunidades e de formação humana, e são como os descartes de produtos, ignorados pela sociedade.

Para Arendt (2007), a economia vigente também se caracteriza pela ausência de reconhecimento e exercício da dimensão política, a qual é suplantada pela lógica hegemônica do capital, que resulta na redutibilidade de uma existência marcadamente consumista a serviço do capital.

E para Freud (1996), a economia manifesta os instintos, tanto de vida e de morte, os quais conduzem os seres humanos a formarem uma sociedade organizada economicamente, mas com a vivência do mal-estar civilizatório.

1.2 RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E ECONOMIA

No entendimento de que a sociedade humana é formada a partir das relações sociais, políticas, culturais e principalmente econômicas, reconhece-se que a economia é determinante na formação da subjetividade humana.

⁸ *Eros* é o deus grego da paixão, do amor e do erotismo utilizado metaforicamente por Freud (1996) ao se referir ao instinto de vida.

Com isso, o estudo das obras de autores como Freud (1996), Arendt (2007) e Bauman (2010) nos permite conjecturar o que constitui a subjetividade humana, e como os seres humanos se organizam mediante sua visão de mundo e modo de vida, a partir das múltiplas relações estabelecidas nos contextos social, político e, principalmente, econômico.

Em seu escrito *O mal-estar da civilização*, Freud (1996) discorre sobre as discrepâncias existentes entre os pensamentos das pessoas e suas ações, assim como a diversidade de seus impulsos plenos de desejo e sobre como todos estes aspectos incidem na constituição do tecido social.

Nessa perspectiva, Arendt (2007) se utiliza de três atividades fundamentais dos seres humanos – labor, trabalho e ação⁹ – para descrever a condição humana. Segundo a autora, é por meio do trabalho que resulta a construção da humanidade.

Esta condição prévia de liberdade eliminava qualquer modo de vida dedicado basicamente à sobrevivência do indivíduo – não apenas o labor, que era o modo de vida do escravo coagido pela necessidade de permanecer vivo e pela tirania do senhor, mas também a vida de trabalho dos artesãos livres e a vida aquisitiva do mercador. Em uma palavra, excluía todos aqueles que, involuntária ou voluntariamente, permanente ou temporariamente, já não podiam dispor em liberdade dos seus movimentos e ações. Os três modos de vida restantes têm em comum o fato de se ocuparem do “belo”, isto é, de coisas que não eram necessárias nem meramente úteis: a vida voltada para os prazeres do corpo, na qual o belo é consumido tal como é dado [...] (ARENDR, 2007, p. 20-21).

Arendt (2007) explica que todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos. Assim, levando-se em conta as considerações da autora acerca da tendência dos homens de se apresentarem como animais gregários, fica claro que estes, de alguma forma, procurarão meios de ocupar um lugar nesta condição. Por este viés, Freud (1996) adverte que todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo, ou seja, ocupar o seu lugar neste contexto.

Freud (1996) menciona que a liberdade está relacionada ao mecanismo da sublimação¹⁰ posta em prática. A sublimação do instinto constitui um aspecto do desenvolvimento cultural, que torna possíveis as atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, ocupando – o desempenho – um papel importante na vida civilizada.

Ao analisar as forças, os impulsos e os desejos constitutivos da subjetividade humana, Freud (1996) nos permite considerar variáveis da economia psíquica implicadas na condição humana, que se desdobram no conjunto de relações que os seres humanos estabelecem consigo mesmos, com os outros e com a sociedade em sua totalidade. Dito de outra forma, a economia psíquica que subjaz a existência individual se torna determinante na conformação da economia e das relações humanas e sociais.

Para Freud (1996), portanto, se a propriedade privada fosse abolida, possuída em comum toda a riqueza e permitida a todos a partilha de sua fruição, o individualismo daria lugar aos interesses coletivos, pois isso possibilitaria que as necessidades de todos fossem satisfeitas.

9 O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, isto é, a produção do necessário para a subsistência. O trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana pois, com o uso de ferramentas o homem transforma sua atividade de produção bem como o meio ambiente. A ação se refere ao exercício da prática política.

10 Segundo a *Psicanálise Clínica* (2019), a sublimação é um mecanismo de defesa que transforma algum desejo ou energia inconsciente em determinados impulsos aceitos e úteis na sociedade. O intuito é amenizar inconscientemente a dor, a angústia, a frustração e os conflitos mentais. Em resumo, a sublimação transforma impulsos indesejados em peça construtiva de trabalho.

O individualismo torna os seres humanos insaciáveis e insatisfeitos, com a tendência de, na sociedade capitalista, expressar sua insatisfação, tanto na subjugação dos outros – por meio das relações de poder – quanto na própria expressão da agressividade: agressões físicas, psicológicas, sexuais, espancamentos, tráfico de pessoas, cárcere privado, violência de gênero e doméstica e outros que se manifestam de forma não incomum na sociedade. Esses fenômenos sociais são o mal-estar civilizatório de Freud (1996) e a infelicidade universal de Arendt (2007).

Tanto Freud quanto Arendt afirmam a necessidade de os seres humanos viverem organizados em sociedade. Como seres relacionais, estes buscarão formas estruturadas para manter a vida comum, na qual, com o trabalho e a produção, moldarão um modo de vida, tanto para garantir a subsistência e a segurança, quanto para o pertencimento à dinâmica da sociedade em curso. Nesta direção, é preciso considerar que a vida direcionada para o consumismo, que molda a subjetividade capitalista, além de não garantir a segurança, também não garantirá a felicidade, pois o próprio sistema capitalista, com sua produção em massa, incitará novos desejos de consumo, com os quais os seres humanos nunca poderão se equiparar no quesito do binômio consumo e saciedade.

No entendimento de Freud (1996), as premissas psicológicas em que o sistema econômico da civilização se baseia seriam uma ilusão insustentável. A civilização constitui um processo a serviço de Eros (instinto de vida), cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, posteriormente, raças, povos e nações numa única e extensa unidade, a da humanidade.

O pai da psicanálise, Freud (1996), lembra que o natural instinto agressivo do homem (instinto de morte), a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. O instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte; está lado a lado de Eros, e é com este que divide o domínio do mundo.

Assim, o significado da trajetória civilizacional representa a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como esta se elabora na espécie humana. Dessa forma, o desenvolvimento da civilização pode ser simplesmente descrito como a luta da espécie humana pela vida. E para que o instinto de vida esteja na regência da organização social e econômica, ou seja a economia voltada à vida, o exercício da ação política deve ocupar um espaço de destaque na sociedade, conforme a teoria arentiana.

Para Arendt (2007), no mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si, pelo fato de que a política é apenas uma função da sociedade em que a ação, o discurso e o pensamento são fundamentalmente superestruturas assentadas no interesse social.

A ascensão da sociedade com o declínio da família indica, no pensamento da autora, que o que ocorreu foi a absorção da família por grupos sociais correspondentes, sendo que um fator decisivo para este acontecimento é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva da esfera pública. A sociedade espera que cada um dos seus membros tenha certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas tendentes a normalizá-los e fazê-los comportarem-se, abolindo a ação espontânea ou a reação inusitada.

Com isso, constitui-se a sociedade de massas, indicando que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, a qual abrange e controla, igualmente, todos os membros da comunidade.

Para Freud, esta capacidade psíquica de massa é:

[...] extremamente excitável, impulsiva, passional, inconstante, inconsequente, indecisa e ao mesmo tempo disposta a ações extremas, acessível apenas às paixões mais grosseiras e aos sentimentos mais simples, extraordinariamente sugestionável, leviana

em suas reflexões, violenta em seus juízos, receptiva apenas às conclusões e aos argumentos mais simples e mais incompletos, fácil de conduzir e de comover, desprovida de consciência de si e de sentimento de responsabilidade, mas disposta a se arrastar pela consciência de sua força a todas as atrocidades que só podemos esperar de um poder absoluto e irresponsável. Portanto, ela se comporta antes como uma criança malcriada ou como um selvagem passional e não vigiado, numa situação que lhe é estranha; nos piores casos, seu comportamento é antes o de uma manada de animais selvagens que o de seres humanos (FREUD, 2011, p. 65-66).

Segundo o raciocínio de Arendt (2007), não seria difícil suportar o número de pessoas que a sociedade de massas abrange, mas, sim, o fato da negação do mundo como um fenômeno político, o qual pode arruinar uma sociedade.

Uma sociedade de massa se torna vulnerável à ideologia capitalista, e a subjetividade formatada neste sistema econômico, segundo Oliveira e Aragão (2014), traz diversas consequências, incluindo o sofrimento psíquico:

A sociedade de consumo marcada por publicidades fascinantes, prometendo um bem-estar conquistado pela aquisição de produtos da moda, gera insegurança e infelicidade. Os indivíduos que entram nesse jogo acabam por prosperar particularmente dessa forma – material (p. 125).

Além da insegurança e infelicidade, a forma como a economia é concebida atualmente é geradora de muitos outros sintomas, como a depressão e a ansiedade, acarretando em transtornos mentais e, ainda, o adoecimento físico. Nesse sentido, novas relações entre os seres humanos e a economia devem ser pensadas e instituídas, para que haja a promoção do bem-estar subjetivo e da saúde mental.

1.3 ECONOMIA E A SUBJETIVIDADE

Compreender a economia e como a mesma interfere ou influencia na formação da subjetividade e, conseqüentemente, como isso reflete nas condições de vida das pessoas, é importante, senão necessário, para perceber e conhecer as relações e contradições da sociedade humana atual.

O tripé sociedade, política e economia constitui o dispositivo formador da subjetividade, que caracteriza as percepções e o relacionamento das pessoas entre si e com o mundo. O dispositivo da economia, o qual produz técnicas de saber, de poder, de produção e de estímulo ao consumismo, impõe sobre as pessoas um conjunto de formas e relações em que a visão de mundo é determinada de acordo com o gozo sem limites, com o consumo desenfreado, com as relações excessivamente pragmáticas e utilitárias no contexto das sociedades contemporâneas.

O consumo de bens naturais sempre foi necessário para a sobrevivência humana, porém, atualmente, na sociedade capitalista, o consumismo, devido à abundância da produção, atinge escalas inimagináveis. Um dos exemplos da dimensão do consumo é o culto ao corpo humano, que mobiliza as atividades econômicas propagadas pela rede discursiva das grandes mídias, onde são criadas concepções de saúde intimamente ligadas ao mercado de consumo voltado ao corpo (SANTOS *et al.*, 2019).

Assim, no mundo pós-moderno, de acordo com Santos *et al.* (2019), o indivíduo se insere como pleno consumidor, e o movimento produtivo cria e recria nichos de mercado por meio da padronização das formas de relações entre os sujeitos, graças aos discursos subjetivantes. A padronização fomenta o consumo massificado, ou seja, o consumo que exige uma padronização de relações e a entronização de certos discursos sobre si.

A mídia torna-se a grande produtora e propagadora dessas identidades temporárias. Por meio dos discursos inflamados que a mídia espalha de forma endêmica, os indivíduos são persuadidos a adotar determinadas práticas e a consumir produtos que estão em conformidade com tais signos-mercadorias. Produtos que são consumidos porque agregam ao consumidor marcas identificatórias. O sentimento de pertencimento a uma comunidade, ainda que provisório, faz-se por meio do consumo desses símbolos (p. 246).

O consumo massificado tem conexões imaginárias e simbólicas que causam fascínio, fazendo com que os produtos e serviços oferecidos pelo mercado sejam atraentes, tornando-os mercadorias-signo, que valem mais pela diferenciação que marcam em relação aos outros signos do que pelo uso possível que involucram (SANTOS *et al.*, 2019).

Em relação à subjetividade capitalística, Reishoffer e Bicalho (2009 *apud* SILVA; ALEXANDRE, 2019) afirmam que esta se trata de uma produção de sujeitos serializados, normatizados e modelizados de acordo com os padrões econômicos dominantes. Um dos fatores resultantes desta nova produção de subjetivação, como observam Silva e Alexandre (2019), é a ideia de liberdade individual, que possui relação muito próxima com a defesa de uma liberdade de mercado, ou seja, a ideia de liberdade individual sugere que o indivíduo pode alcançar aquilo que almeja (trabalho, ascensão social, sucesso e realização profissional e pessoal) sem depender de outrem (incluindo aqui o Estado). Com o desdobramento da propagação desta concepção de liberdade individual, tem-se a ideia de empreendedorismo, amplamente difundida na atualidade.

Dessa forma, a economia caracteriza-se pela transformação da competição das atividades de produção, com a expansão e a intensificação da concorrência pela mundialização do capital, seja pela exploração de bens naturais ou pela comercialização de produtos.

Essa intensificação da concorrência, de acordo com Dardot e Laval (2016), se dá por meio da inovação, na qual um número crescente de atividades se encontra submetido à competição e à concorrência de preços. Ainda nesta direção, os autores (2016) afirmam que, para pôr e manter os indivíduos em concorrência, e obter deles o máximo desempenho, é preciso estabelecer um preço sobre o que eles fazem e sobre o que eles são, mediante a avaliação quantitativa, que é uma forma de controlar os indivíduos, fazendo com que os mesmos pensem que os objetivos, que estão a cumprir, se originam de seus próprios desejos e não como algo externo que lhes tenha sido atribuído.

A inovação é inseparável da concorrência, é sua forma principal, porque a concorrência diz respeito não apenas aos preços, mas também, e sobretudo, a estruturas, estratégias, procedimentos e produtos. [...] A inovação tornou-se rotina, não provoca mais rompimentos. Burocratiza-se, automatiza-se. De modo mais geral, o capitalismo, não tendo mais o benefício das condições sociais e políticas que o protegem, está ameaçado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 151).

A existência do sujeito *assujeitado* à lógica econômica em curso, caracterizada por sua relação com o que o excede por seu impulso ao excesso e por estar fora de seus limites, que não para de causar estresse, depressão, drogadição, suicídio, ataques de pânico e outros sintomas, são fatores que impactam a vida dos indivíduos na sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Esses impactos, que advêm do sistema econômico e que estão relacionados com a formação da subjetividade humana, têm íntima relação com fatores sociais e políticos. Afinal, é da relação que se estabelece em uma sociedade que os sujeitos se desenvolvem socialmente e, conseqüentemente, que as mudanças que envolvem esta dinâmica refletem nos modos de vida dos indivíduos.

Diante da análise do sistema político, econômico e social em curso e sua relação com os seres humanos inseridos neste contexto, pode-se compreender como seria a subjetividade para Freud (1996), Arendt (2007) e Bauman (2010), ou seja, o estudo das obras destes autores permite conjecturar o que constitui os seres humanos – na questão da subjetivação – e como estes se organizam na sociedade.

Arendt (2017), como já descrito anteriormente, pondera a condição humana em três aspectos: labor, trabalho e ação. Bauman (2010) caracteriza a sociedade atual pelo consumo excessivo e, em complemento de outras obras, se aprofunda na questão da perda da identidade de cada sujeito em substituição a uma identidade hegemônica capitalista. Freud (1996), por sua vez, apresenta o mal-estar – a angústia humana –, procedida da relação do homem com o mundo frente aos reclamos dos instintos, necessária para manter uma organização social, significando que, em seus escritos na obra *O mal-estar da civilização*, Freud (1996) discorre sobre as discrepâncias existentes entre os pensamentos das pessoas e suas ações, assim como a diversidade de seus impulsos plenos de desejo e como tais questões refletem na sociedade.

A constituição da subjetividade, então, para Freud, está relacionada à dinâmica inconsciente que se dá entre os instintos de vida e de morte e com as relações sociais, em que, de acordo com a organização da sociedade, essa dinâmica se utilizará de outros mecanismos para se manifestar – como o mecanismo da sublimação.

Dessa forma, a maioria dos seres humanos procura o convívio com outros seres humanos, formando grupos e estabelecendo regras de convivência, na qual sua subjetividade irá se constituir.

Segundo a abordagem arentiana, a subjetividade humana está vinculada à condição humana, na relação dinâmica entre trabalho e consumo. Nesta condição, a subjetividade do ser humano irá se constituir a partir da necessidade de consumir que, com o artificialismo do trabalho, excede o que é necessário para a sua subsistência.

Por seu turno, Bauman (2010) se refere aos indivíduos como seres individualistas e que formam a sua identidade segundo o sistema capitalista. Este individualismo resulta na desigualdade social, quando muitos humanos são considerados como “refugos” – isto é, são aqueles que não participam do sistema econômico e que são refugados por este mesmo sistema. Tal como o lixo é produzido e descartado em qualquer lugar, os refugos humanos, de forma similar, são despejados na sociedade, tornando evidente a desigualdade social, na qual alguns poucos têm recursos suficientes para a sua sobrevivência e outros nem o mínimo, como o alimento.

A constituição da subjetividade em Bauman (2008) é o que permeia a vida do ser humano, que está voltada ao consumo para pertencimento do sistema de plena produção e de pleno consumo, incorporando em si a identidade hegemônica de mercado que reforça a permanência do sistema capitalista. Segundo o autor,

Aparência é tudo de que dispomos, e isso não revela qualquer realidade profunda, fundamentada, em termos do que realmente somos. Aparências são fabricadas, ativadas e desativadas na sedução que acompanha o consumo permanente. Com tantas alternativas amplamente disponíveis e em crescente popularidade, o esforço exigido pelo ímpeto de resolução do problema de identidade própria por meio do amor recíproco tem uma possibilidade ainda menor de sucesso (p. 101).

Assim, o que aproxima Arendt (2007) de Bauman (2010) é, sobretudo, essa condição de um pleno consumidor que tem uma relação destrutiva com o mundo. Consequentemente à essa condição, estão os instintos da abordagem freudiana como fatores inerentes dos seres humanos que os impulsionam ao consumismo.

Na abordagem freudiana, de acordo com a obra *Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (FREUD, 2010), essas características apontadas por Arendt e Bauman constituem um sujeito narcísico. A relação do ser narcísico na sociedade de consumo é explicada por Oliveira e Aragão (2014, p. 124):

[...] o narcisismo na sociedade de consumo não está essencialmente ligado ao outro, do mundo exterior, nesse caso há uma regressão, a libido é redirecionada ao eu. Outras características marcantes desse narcisismo são: valorização da autorrealização, egocentrismo, eficiência, particularismo, hedonismo, busca por viver intensamente o presente, sedução e criatividade, fascínio pelo espetáculo e busca por novas realizações. Instala-se, ainda, um sentimento de desprezo e apatia pelo coletivo, buscando apenas a própria vantagem e só necessitando do outro como instrumento de confirmação do próprio eu.

O ser narcísico é aquele voltado a si mesmo e aos seus próprios interesses; a ele carecem as relações mais profundas, visto que não há interesse no bem-estar do outro. O egoísmo e o individualismo despontam como suas principais características. Este ser narcísico é o fruto do sistema econômico capitalista que aos poucos vai cedendo lugar à era do narcisista, na qual

Os indivíduos encontram-se dominados pela fluidez de valores, são focados somente em si próprios e na sua autopromoção, vivem isolados socialmente e ignoram a relevância da empatia. Esses comportamentos, por sua vez, ultrapassam os limites da normalidade e devem ser verificados como possíveis quadros patológicos, uma vez que se aproximam das condutas narcísicas, em virtude de uma sequência de atos que vão desde a falta de empatia ao exagerado investimento e promoção da própria imagem por meio das redes sociais (ULLRICH; ROCHA, 2019, p. 49-50).

Assim, é imperativo que estudos e debates sobre a formação constitutiva subjetivante, resultado do sistema econômico capitalista, tenha espaço na ação política, para que as consequências advindas desta formação humana possam ser repensadas.

1.4 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E SUBJETIVIDADE

O cenário atual que configura a economia dominante e nosso modo de vida se caracterizam como uma sociedade do mal-estar. O adoecimento físico e mental das pessoas e a desigualdade social geram o mal-estar na civilização e também impactos negativos ao meio ambiente, o qual, para manter a civilização e a economia, sofre intensa exploração humana e dos bens naturais. São vários os danos ambientais causados, desde aqueles em escala local até a devastação dos biomas, por exemplo. Isto gera consequências, como o efeito estufa, a extinção de animais e a proliferação de vírus, como o novo Coronavírus, Covid-19¹¹, que se espalhou pelo mundo a partir de 2020 (BRASIL, 2020).

Estes impactos consequentes da economia capitalista influenciou a vida psíquica das pessoas, pois mostra o quanto os seres humanos, apesar do avanço da ciência e tecnologia, não conseguem controlar as transformações da natureza, principalmente quando fazem uso abusivo dos bens naturais, não para sobreviver, mas para ostentar um modo de vida capitalista de acumulação e descarte, tornando a sociedade frágil e de risco.

¹¹ De acordo com o pesquisador Allan Carlos Pscheidt, doutor em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente e professor das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, o novo coronavírus se alastrou pelo mundo devido à ação destrutiva e invasora do ser humano contra a natureza (GIMENES, 2020).

Segundo Krenak (2020a), exploramos a Terra, como se tirássemos pedaços, removendo montanhas, fazendo intenso uso da água, do solo, por meio de atividades econômicas extremamente extrativistas. Por outro lado, o mesmo autor apresenta a perspectiva dos povos indígenas, pautada no modo do Bem Viver¹², definido como a experiência de manter o equilíbrio com a natureza e o que dela podemos obter, mantendo assim relações de sustentabilidade.

Da mesma forma, Bauman (2010), em seu livro *Capitalismo Parasitário* (2010) afirma que o sistema capitalista se destaca por criar problemas e não por solucioná-los, e assim o caracteriza como um sistema parasitário e destrutivo das relações da sociedade humana entre si e desta com a natureza. Assim, como todos os parasitas, estes podem prosperar durante certo período, desde que encontrem um organismo ainda não explorado que lhes forneça alimento, porém não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.

O Bem Viver, para Krenak (2020a, p. 15), remete ao estado de estar equalizado com o corpo da Terra, vivendo com inteligência, na seguinte explicação: “[...] nesse organismo, que também é inteligente, fazendo essa dança, que já me referi a ela como uma dança cósmica”. O autor lembra, ainda, que a vida não é somente no Planeta Terra, mas para além dela, denominando esse conceito de cosmovisão, citado pelos Yanomamis e Guaranis (povos indígenas), sendo essas tradições referentes a uma narrativa de criação de mundo. Assim, o autor considera que a Terra é um organismo vivo, e isso distingue o que é bem-estar do que é Bem Viver.

Krenak (2020a) nos alerta sobre a relação que estabelecemos com a natureza, e a forma como esse “organismo vivo” reage diante das nossas ações. Se a sociedade humana continuar a se relacionar com o Planeta Terra da forma como o faz hoje para manter a civilização, baseada na economia capitalista, não apenas ela sofrerá com o adoecimento, mas também a Terra o sofrerá. E neste processo, sabemos da capacidade de regeneração e sobrevivência da Terra, no entanto, os seres humanos, sendo os mais frágeis, com a escassez e a poluição dos bens naturais, estão ameaçados em sua existência.

Afinal, o que torna tão difícil aos seres humanos mudarem sua vida neste modelo capitalista? Bauman (2010) contribui, explicando que a produção contínua de novas ofertas e o volume sempre ascendente de bens oferecidos reacende, constantemente, o desejo dos indivíduos de substituírem seus bens por outros novos e diferenciados, reforçando o estilo consumista de vida.

Para poder se manter neste estilo consumista de vida, os indivíduos necessitam e passam a viver do crédito, que gera dependência. Inseridos neste contexto capitalista, os indivíduos se veem emaranhados em um sistema que lhes tira a liberdade, mas que, ao mesmo tempo, facilita-lhes o crédito por meio de empréstimos, financiamentos e outros, e que, por hora, proporciona aos mesmos certa satisfação do consumismo. Por outro lado, estes mesmos indivíduos se veem presos a uma armadilha, a qual faz com que se emaranhem cada vez mais para conseguir mais crédito, para pagar seus débitos e perpetuar este ciclo sem fim do sistema capitalista.

Dessa forma, as pessoas tornam-se visceralmente vinculadas ao modo de vida do consumismo deste sistema capitalista, na sociedade do mal-estar, que, muitas vezes, gera certa satisfação momentânea e passageira, obrigando a todos a consumirem mais para garantir o mínimo de satisfação e, assim, explorar cada vez mais a si mesmos, aos outros e ao Planeta, para, num ciclo sem fim, produzir mais. Para Arendt,

¹² Segundo Krenak (2020a), o bem viver é um modo de estar no mundo, mantendo um equilíbrio entre o que podemos obter da vida, da natureza, e o que devolvemos à natureza. O bem viver, então, não é incidir sobre a Terra, mas estar equalizado com ela.

Em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam, já não podemos nos dar ao luxo de usá-las, de respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos que consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossos móveis, nossos carros, como se estes fossem as “boas coisas” da natureza que se deteriorariam se não fossem logo trazidas para o ciclo infundável do metabolismo do homem com a natureza. É como se houvésemos derrubado as fronteiras que distinguem e protegem o mundo, o artifício humano, da natureza, do processo biológico que continua a processar-se dentro dele, bem como os processos cíclicos e naturais que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando a eles a já ameaçada estabilidade do mundo humano (2007, p. 137).

Esse ciclo perpetuado pelo capitalismo pode gerar um desastre sem proporções, e levar ao fim a existência humana, ou à queda – termo utilizado por Arendt e Freud.

Nessa perspectiva, Krenak (2020a) destaca que o ser humano é apenas um dentre os bilhões de outros seres que habitam o Planeta Terra, sendo que já foi extinguiu significativo número de espécies. Apenas os seres humanos não entraram na lista, ainda; porém, pela maneira como se relacionam com o Planeta, estão reivindicando o direito de brevemente entrar nessa lista.

Na análise de Krenak (2020b), as pessoas na atualidade vivem reféns desse sistema econômico, que as prende e lhes tira a liberdade. A mudança do modo de vida, para aqueles que estão inseridos neste sistema econômico, se torna difícil, como um caminho sem volta. Poucos seriam os corajosos dispostos a sair desse sistema e mudar completamente seu estilo de vida.

É neste contexto que a subjetividade se apresenta como a constituição de cada ser humano, na relação que estabelece consigo mesmo e com os outros e que irá caracterizar a forma de ser no mundo: a expressão dos pensamentos e comportamentos, que moldam as formas de vida na sociedade.

A economia, para Krenak (2020b), é uma atividade inventada pelos humanos e que depende dos próprios seres humanos. Nesta direção, a economia deve servir e ser útil aos seres humanos e não estes estarem a serviço de um modelo de economia financeirizada e especulativa, controlado por uma minoria de capitalistas.

Em relação a este sistema econômico, Krenak (2020b) aborda a questão de que, para os governantes, a perda daqueles que representam gastos seria um ganho econômico, no sentido de deixar morrer os que integram os grupos de risco (referência às perdas das pessoas contaminadas pela Covid-19). Essa referência do autor ilustra os excluídos em Bauman (2010) – os refugos humanos – na base competitiva do sistema econômico, em que a desigualdade é uma das características da sociedade humana atual.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões propostas neste artigo analisam as relações sociais, políticas e econômicas que permeiam a sociedade atual e seu impacto na subjetividade humana. Os interesses humanos apresentados nas análises de Freud, e as perspectivas sociais históricas presentes nas visões de Arendt auxiliam na compreensão dessas relações entre o ser humano e a economia.

Além disso, Bauman propõe o pensar sobre o outro, e este, por sua vez, pode não conseguir equiparar-se num sistema econômico, o que reflete em atitudes, por vezes, inesperadas ou até agressivas. Dentre as demais contribuições expostas, Krenak percorre a relação do ser humano com o estado de Bem Viver, e o associa com a dependência que este tem à natureza.

A sociedade atual, portanto, está pautada no sistema capitalista financeirizado – que abriu as fronteiras de mercado –, internacionalizando a economia. Neste sistema, os seres humanos estão cada vez mais competitivos e dependentes do mesmo. A dependência toma uma dimensão

cada vez maior, devido às possibilidades e à comodidade para a realização de empréstimos e empreendimentos, até mesmo em longo prazo, com o objetivo de tentar conquistar um modo de vida mais confortável, com a aquisição de bens (imóveis, veículos, objetos, planos de saúde e outros). A base deste sistema é o da plena produção e do pleno consumo. Essa tentativa humana em alcançar o conforto e a segurança e produtos os tornam reféns deste próprio sistema.

De outra forma, tais desejos lhes tira a liberdade e geram consequências do sofrimento psíquico e físico: o cansaço, as doenças crônicas e os transtornos mentais, que conduzem esse indivíduo a sua própria armadilha – à dependência do Estado para o tratamento da sua saúde e, com isso, a necessidade de se manter neste sistema para poder ter o acesso ao tratamento. Esse cenário gera um ciclo vicioso e sem fim, pois a procura de maior segurança (acesso ao conforto) leva as pessoas a terem menor liberdade.

Essa situação, como muitas outras, reflete no comportamento das pessoas, que pode se apresentar pela insatisfação, agressividade e violência. A agressividade e a violência podem tomar duas dimensões: aquela voltada ao próprio indivíduo ou aos outros. Desse modo, é comum na sociedade o relato de violência praticada entre os indivíduos, levando-os ao homicídio ou também ao suicídio.

A agressividade e a violência se manifestam de várias formas: desde a violência física, a qual deixa marcas no corpo, como também o assédio moral, caracterizado pela comunicação violenta – o desrespeito, a injúria e a calúnia – com demonstrações de intolerância que escondem a satisfação de algo que oprime, que leva o indivíduo a seu limite e que dificulta o seu autocontrole no relacionamento social, familiar e profissional.

Assim, a economia capitalista hegemônica impacta psicologicamente nas pessoas, no sentido de torná-las limitadas em suas escolhas e no direito de participação na sociedade.

A condição humana atual, moldada no sistema econômico capitalista, conduz a sociedade humana não apenas a um adoecimento físico e psicológico, mas também à destruição das relações da própria sociedade, e, ainda, dos bens naturais.

Diante desse cenário, há a necessidade premente de compreender a história da sociedade humana, bem como, de sua organização social, política e econômica para, então, ao rever as atuais condições humanas, propor e construir um novo sistema econômico que seja voltado ao bem-estar da sociedade, diferente do sistema econômico atual, que opera a serviço do mercado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, Francimar Duarte. A intersubjetividade contemporânea: os desvalidos de Eros. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 389-403, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10342/9620>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ARTHMAR, Rogério; BRADY, Michael Emmett and SALLES, Alexandre O. T. Dos clássicos aos hereses: Keynes e a economia de seu tempo. **Rev. econ. contemp.** 2010, vol.14, n.2., pp. 359-393

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre o que é a doença**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CRUZ, P. S. Subjetividade, bem-estar subjetivo e saúde mental. **A Gazeta Tresbarrense**. Publicado em 5 março de 2022a. Disponível em: <https://gazanortesc.com.br/subjetividade-bem-estar-subjetivo-e-saude-mental/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CRUZ, P. S. Implicações do capitalismo na formação subjetiva dos seres humanos. **A Gazeta Tresbarrense**. Publicado em 18 abr. de 2022b. Disponível em: <https://gazanortesc.com.br/implicacoes-do-capitalismo-na-formacao-subjetiva-dos-seres-humanos/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista o Olho da História**, n. 22, abr. 2016. ISSN 2236-0824. Disponível em: <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DINIZ, Leidiane Francisco; CAMPOS, Maurício. O Trabalho contemporâneo e a subjetividade do trabalhador. **R. UFG**, Goiânia, v. 17, n. 21, p. 104-128, ago./dez. 2017. DOI: 10.5216/revufg.v17i21.51672 Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/51672/25902>. Acesso em: 2 fev. 2021.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. V. 12. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIMENES, Erick Gimenes. Ação humana contra o meio ambiente causou a pandemia do coronavírus, diz pesquisador. **Brasil de Fato**. Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/18/acao-humana-contr-o-meio-ambiente-causou-a-pandemia-do-coronavirus-diz-pesquisador>. Acesso em: 9 set. 2021.

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.3.32368>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/32368>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. Rio de Janeiro: Ailton Krenak, 2020a. Disponível em: <http://www.culturadobemviver.org/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está a venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%2C%20Ailton%20-%202020%20-%20O%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

OLIVEIRA, Patricia Jesus de; ARAGÃO, Livia. O narcisismo e sua representação na sociedade de consumo: uma análise do filme delírios de consumo de Becky Bloom. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 122-127, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/download/68542/41291/239347>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PENSAMENTO LÍQUIDO. Eros e Thanatos: “Instintos” de vida e morte de Freud. Publicado em 2018. Disponível em: <https://pensamentoliquido.com.br/eros-e-thanatos-instintos-de-vida-e-morte-de-freud/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PSICANÁLISE CLÍNICA. Sublimação: significado em Psicanálise. **Psicanálise Clínica**, Campinas, 3 fev. 2019. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/sublimacao/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PSICANÁLISE CLÍNICA. O que é Subjetividade? Diferença para Subjetivismo e Subjetivação. **Psicanálise Clínica**, Campinas, 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/subjetividade/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SANTOS, Manoel Antonio dos *et al.* Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 239-252, 2019. DOI 10.1590/S0104-12902019170035.

SILVA, Rafael Bianchi; ALEXANDRE, Ana Clara Siena. Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, MG, v. 13, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2019. ISSN 1982-1247. DOI: 10.24879/2019001300123784. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>. 2019.

ULLRICH, Amanda; ROCHA, Guilherme Aparecido. A era do narcisismo: condutas narcísicas na sociedade contemporânea. **Cadernos da Fucamp**, v. 18, n. 36, p. 35-50, 2019. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2040/1274>. Acesso em: 17 abr. 2022.

A CIDADANIA DESVIRTUADA: um estudo da memória social de um modelo à brasileira

The disappointed citizenship: a study of social memory of Brazilian model

Talles Garcia Santana¹

RESUMO: O presente artigo buscou evidenciar os principais fatores presentes na memória social que contribuíram para o desvirtuamento da cidadania no Brasil, um tema que deve ser amplamente discutido e estar sempre na agenda pública nacional. Estudar a cidadania no Brasil e suas especificidades requer um acerto de contas com a história do Estado Brasileiro em seus diversos períodos que, cada um a sua maneira, tiveram influência direta no processo de desvirtuamento capaz de desacreditar a participação política e o efetivo papel sociedade civil nas decisões de seu interesse. Os métodos para busca de respostas à problemática proposta se resumiram ao campo bibliográfico e documental, tendo sido os dados obtidos analisados de forma qualitativa. Em síntese, os resultados obtidos evidenciaram a existência de sequenciada de questões que desconstruíram a cidadania no Brasil ano após ano em doses virulentas, formatando assim uma nova identidade para ela de maneira a colocá-la na condição de subcidadania recheada de códigos sociais hierárquicos complexos que enfraquecem a democracia no âmbito nacional, deixando-a vulnerável para rompantes populistas ou até mesmo para discursos de retomada de ditadura.

Palavras-chave: Cidadania. Democracia. Estado. Memória.

ABSTRACT: This article sought to highlight the main factors present in social memory that contributed to the distortion of citizenship in Brazil, a topic that should be widely discussed and always be on the national public agenda. Studying citizenship in Brazil and its specificities requires a reckoning with the history of the Brazilian State in its various periods that, each in its own way, had a direct influence on the distortion process capable of discrediting political participation and the effective role of civil society in the decisions of your interest. The methods for seeking answers to the proposed problem were limited to the bibliographic and documentary field, with the data obtained being analyzed qualitatively. In summary, the results obtained evidenced the existence of a sequence of questions that deconstructed citizenship in Brazil year after year in virulent doses, thus formatting a new identity for it to place it in the condition of sub-citizenship filled with complex hierarchical social codes that they weaken democracy at the national level, leaving it vulnerable to populist outbursts or even to discourses of resumption of dictatorship.

Keywords: Citizenship. Democracy. State. Memory.

INTRODUÇÃO

Por séculos e séculos da história mundial, especialmente da brasileira, o conceito de cidadania recebeu várias conotações e teorizações que fizeram da sua compreensão algo bastante situacional de acordo com o momento político vivido em cada época. Por outro lado, uma concepção mais persistente ou mais hegemônica é a do direito ao voto advinda desde as democracias atenienses chegando à estabelecida na sociedade brasileira que limita o conceito de cidadania a meros ditames morais ou jurídico-constitucionais em detrimento do sociológico.

A grande questão nesse caso não é nem desconsiderar os construtos teóricos ou se são persistentes ou não e sim estabelecer uma justa e adequada concepção de cidadania como realmente deveria ser, ou seja, uma cidadania emancipadora, capaz de encorajar o empoderamento social em todos os estratos, fortalecendo assim a democracia. No entanto, o estudo de memória nos traz a compreensão que a construção política e sociológica da cidadania foi completamente desvirtuada especialmente nos países ibero e latino-americanos como o Brasil, considerados como capitalistas periféricos e de modernidade tardia e de efeitos devastadores.

¹ Doutorando e Mestre em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle/RS, Bacharel em Administração em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar, discutir e contextualizar os elementos existentes na memória social brasileira, levando-nos a crer que a noção de cidadania no Brasil vem em franco e contínuo processo de desconstrução e desvirtuamento, resultando no surgimento de subcidadãos e enfraquecendo o estado democrático de direito. A pergunta que se pretende responder ao longo do artigo é quais foram os principais desvirtuadores que contribuíram com esse processo e qual a perspectiva para os próximos anos e gerações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, entendemos ser necessário estabelecer a compreensão do termo “desvirtuar” que é central para o estudo proposto. Desvirtuar remete a depreciar a virtude, o valor de algo ou mesmo torcer o sentido, ou seja, uma inversão de valores, uma desacreditação.

Assim, a investigação dos principais desvirtuadores inseridos no curso da história política e social do Brasil somente é possível através do estudo da memória social que é muito mais do que uma mera repetição linear de acontecimentos e vivências, mas um processo de reconstrução revestido de um conjunto de relações sociais. Nesse sentido, o estudo da memória social do processo de desvirtuamento da cidadania no Brasil vai mais do que recapitular fatos, mas associá-los ao contexto e inscrevê-los no presente justificando os acontecimentos.

O estudo da memória social é capaz de evitar o desaparecimento de referências e até mesmo a diluição das identidades comum com o passar do tempo, uma vez que a memória se caracteriza como uma reconstrução atualizada do passado baseada na relação dialógica com o outro (alteridade), reforçando a sua coletividade. Nesse caso, a teoria de Candau nos convida a refletir sobre a importância da memória social brasileira além da teoria de Halbwachs, uma vez que a relaciona com a identidade que nos remete ao sentido de pertencimento que só é possível quando conhecemos as nossas origens, o nosso passado etc.

Mesmo que não tenhamos vivido todos os acontecimentos, eles têm, de certa forma, influência na nossa cotidianidade atual, e tomam proporção na vida dos indivíduos ou até mesmo da coletividade como se fosse uma memória herdada indissociável da memória construída. A relação estabelecida por Pollak nos motiva ainda mais a querer compreender o que não vivenciamos, remetendo-nos a não acreditar como verdade tudo que se conta sem antes promover uma reflexão, fazendo assim um acerto de contas consistente com o nosso passado.

A compreensão da memória social como construção adquire mais sentido quando a relacionamos com a cotidianidade, ou seja, o que se sabe sobre cotidianidade é sustentável e não menos óbvio, pois se trata dos modos de fazer alguma coisa, o agir dos indivíduos em uma sociedade que, por vezes, acabam se reafirmando no esteio social por meio de costumes impostos por classes hegemônicas, por exemplo. Nesse sentido, fica fácil compreender o porquê de alguns fenômenos cotidianos persistentes como a exclusão social e o racismo, por exemplo.

A memória social é estratégica para a identificação das raízes históricas do preconceito, trazendo à luz o ou os pontos nevrálgicos nos quais os ideais preconceituosos ganharam forma, sejam por equivocados juízos de valor ou por questões hegemônicas estruturais que se perpetuaram na sociedade. Assim, a libertação dos valores preconceituosos depende muito disso, proporcionando a reflexão, o debate e a ressignificação de ideias, chegando-se, assim, em um “amadurecimento social”.

Em relação ao conceito de sociedade, recorreremos ao ensinamento de Bonavides (2000), que nos diz que podemos compreendê-la a partir da concepção de um complexo de relações do homem com seus semelhantes, podendo assumir um caráter mais mecanicista (indivíduo centralizado como sujeito da ordem social) ou organicista (indivíduo não pode existir descolado

da ordem social vigente). Em complemento, Dallari (2011) nos instiga a pensar que a vida em sociedade é uma espécie de “contrato social”, o qual os indivíduos transferem direitos como a melhor alternativa para a organização social como o estado, por exemplo.

Para Souza (2012), a explicação para algumas das muitas deficiências nas relações sociais está no conceito de *habitus*, que implica a forma como são introjetadas e incorporadas percepções das coisas pelos atores sociais, uma espécie de esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas que tendem a gerar uma série de comportamentos “razoáveis” e de “senso comum”, fazendo com que, inconscientemente, os acontecimentos sejam vistos como normais e que precisam ser simplesmente aceitos. Outro fator determinante é a existência de uma hierarquia valorativa opaca que comanda as relações sociais no Brasil, resultando na assimetria de acesso aos recursos disponíveis na sociedade e fortalecendo a lógica das relações baseadas no poder econômico ou político.

Para Teixeira (2002) são os fenômenos da desigualdade e da concentração de riqueza que, de certa forma, impedem a constituição de sujeitos políticos capazes de reivindicar sua inserção na esfera pública, difundindo valores individualistas e de consumo que solapam as possibilidades de construção de vínculos sociais que transitem e superem a fratura urbana brasileira. No mesmo viés, Zaluar (1997) afirma que a exclusão, ao contrário da pobreza, é que questiona e ameaça a organização social, a autoridade política e o projeto econômico, ou seja, o fato de parte significativa da população não estar incorporada à comunidade social e política representa a negação sistemática de seus direitos de cidadania e conseqüentemente seu acesso à riqueza produzida no país, implicando a construção de uma normatividade que separa os indivíduos, impedindo sua participação na esfera pública e num processo relacional e cultural que regula a diferença como condição de exclusão.

Tanto Carvalho Franco (1997) quanto Bourdieu (2004) apontam para a existência de um fetichismo político na delegação de poder, especialmente sobre os mandatários ou delegados em tomar as decisões em nome de uma população, deixando clara a existência de uma idolatria política na personagem política, sobretudo entre as classes mais despossuídas, condição *sine qua non* que explica o fato dos mandantes (povo) passarem um “cheque em branco” ao mandatário ou mesmo aos representantes (legisladores) independentemente da condição destes de responderem questões básicas as quais o povo demanda soluções.

Nesse sentido, faz-se importante compreender em que ponto a cidadania se articula na relação política e sociedade, nos remetendo aos preceitos advindos da Grécia Antiga que tratava a política como uma comunidade organizada pelos cidadãos. No entanto, o que pesa é que a concepção de cidadania foi sempre muito restrita de um lado ou de outro, a começar pela sua origem na própria Grécia.

Para Marshall (1973), pensar cidadania e democracia plenas é impossível se não houver a consolidação do que ele chamava de “Pirâmide dos Direitos” começando pela integralização tácita dos direitos civis em qualquer sociedade, para assim atingir os direitos políticos e somente por último, os direitos sociais. No entanto, Giddens (2005), ao contrário de Marshall, entendia que isso só seria possível por meio de uma arena de lutas, o que não subestimaria nem desconsideraria a força das classes hegemônicas nesse processo.

Para Carvalho (2002), o caso brasileiro remonta à inversão da Pirâmide de Marshall, priorizando-se os direitos sociais na arena de lutas e rifando os direitos civis e políticos na contramão desse processo, desvirtuando qualquer noção de cidadania e comprometendo a democracia e sua lenta e tênue retomada, o que, na visão de Valente (2013) torna o processo de construção da cidadania complexo e atrasado especialmente pelas questões ligadas a modernidade periférica brasileira que resultou na profunda assimetria de direitos e dissimulação das desigualdades. De acordo com Tavolaro (2009), a modernidade periférica instituída nos países

latino-americanos, como o Brasil, contribuiu significativamente para o surgimento de duas classes de cidadãos: os “subcidadãos”, que ficam à margem da sociedade moderna e à espera das migalhas do estado e os “sobrecidadãos” que gozam dos privilégios especialmente oferecidos pelo estado.

Para Mouffe (1992), a verdadeira cidadania só pode existir por meio de uma democracia radical que implicaria uma concepção ativa da cidadania, onde os cidadãos sejam constantemente estimulados a participar da vida pública, reivindicando e implementando seus direitos, mas isso só será atingido quando houver a mínima satisfação das necessidades básicas que, por serem objetivas e universais e independem das preferências de cada um, são condições essenciais em qualquer civilização no mundo. Por outro lado, DaMatta (1997) nos diz que esse espírito coletivo perde espaço para o individualismo presente no contexto brasileiro e converge para ir contra as leis que consolidam a igualdade e a totalidade dos membros, fazendo com que a noção de cidadania sofra uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador.

Assim, a relação estabelecida entre cidadania e democracia encontra ponto de convergência significativo, uma vez que uma depende da outra, mas que, segundo Bobbio (1988), para que isso de fato aconteça é preciso o fortalecimento das garantias civis defendidas por Tocqueville e do desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade social. Nesse sentido, parece apropriado consignar a teoria de Robert Dahl apresentada em 1989 sobre as poliarquias, podendo ser compreendidas como os graus de democratização de uma sociedade. A Figura 1, a seguir, ilustra a teoria da poliarquia de Robert Dahl, demonstrando um modelo ideal de democracia e os modelos que podem se sobrepor dependendo do contexto político e social.

Figura 1. Sistemas poliárquicos de Robert Dahl



Fonte: adaptada de Dahl (1989)

De acordo com a visão de Dahl (1989), é possível de ter pelo menos quatro graus de democratização em uma sociedade, sendo que o maior deles são as sociedades poliárquicas, tanto pela ampla participação social quanto de candidatos em disputa, remetendo a um sufrágio praticamente perfeito de reduzida assimetria especialmente na questão competitiva. No entanto, de acordo com Reis (2014), o persistente ranço autoritarista brasileiro impede a construção social da cidadania fazendo com que a democracia no Brasil seja simplesmente uma fábula bem contada, pois a intolerância e as tendências autoritárias perpassam com vigor a sociedade brasileira

evidenciadas claramente com as elevadas taxas de homicídio e feminicídio, violência policial, graves violações a liberdade de imprensa, uma assustadora homofobia, e prática disseminada de tortura e sua aceitação por amplos segmentos da sociedade. Da mesma forma, a assimetria de competição pelos espaços políticos tanto do Legislativo quanto do Executivo retrata fidedignamente esse panorama brasileiro.

METODOLOGIA

O artigo aqui apresentado decorre de uma pesquisa iniciada em 2013 em meio à efervescência dos movimentos de rua que viriam a culminar no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Na época, resultou na construção do trabalho de conclusão de curso limitado aos fatos ocorridos até aquele ano. A pesquisa foi retomada em 2022 com propósito de atualizar os fatos que permearam a memória social nesses últimos anos e com a ideia de acrescentar o que mudou de lá para cá.

O recorte amostral não se resumiu a apenas um período da memória nacional e sim a um apanhado de fatos relevantes que só se agravaram desde a colonização. No entanto, mesmo sabendo que cada período da história merece uma análise mais aprofundada, esse não é o propósito central da pesquisa e sim por meio de poucas evidências acumuladas demonstrar que a cidadania no Brasil se desvirtuou e se recriou com nova roupagem de “subcidadania” ou “semicidadania”.

Em linhas gerais, a pesquisa assumiu uma postura dialética, sendo um dos métodos mais aplicados nas pesquisas qualitativas, de interpretação dinâmica, onde os fatos que serão apresentados não poderão ser considerados fora de um contexto social e político. Por se tratar de um estudo sobre memória social, isso confere uma responsabilidade adicional à condução da pesquisa, pois se buscou estabelecer um elo das relações memória-identidade com as conexões que se pretende elucidar por meio do resgate dos fatos históricos da realidade social e política nacional.

Os materiais de pesquisa se limitaram ao campo bibliográfico e documental, buscando investigar a problemática por meio do tanto de informações que fossem possíveis de extrair de livros, artigos, reportagens, vídeos, dados oficiais etc. A seleção dos materiais de pesquisa como livros e artigos se deu com base em autores que dialogam permanentemente sobre a história social e política brasileira, permitindo que os fatos vividos não deixassem de ser discutidos e apresentados, o que, para a memória social brasileira é essencial, uma vez que não se perde no tempo, não cai no ostracismo e ressignifica a cada abordagem discursiva. Buscou-se fazer uso das plataformas digitais para pesquisa tanto de livros quanto artigos, com foco na base de periódicos da Capes, SciELO e bibliotecas virtuais. Algumas obras foram adquiridas para leitura e consulta no *Kindle*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, precisou-se formatar um projeto de nação para comportar a corte obrigada a viver aqui. Os efeitos, para a sociedade, não foram quase nada positivos, uma vez que se ampliaram as desigualdades por meio de um estapafúrdio elitismo e agenciamento social e a escravidão se institucionalizou com mais intensidade. Para Bueno (2012), a sociedade e a política dos tempos imperiais e monárquicos eram compostas pelos "homens-bons", os ricos proprietários da “casa grande” que definiam os rumos políticos das vilas e cidades excluindo o povo, sobretudo as mulheres e os negros da participação na vida pública, em meio a uma sociedade patriarcal, conservadora e predominantemente aristocrática.

Para Carvalho (2002), a tradição cívica do Brasil era pouco encorajadora em 1822, pois tinha-se uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata e um absolutismo crônico instaurado, ampliando as desigualdades sobretudo pelo instituto da escravidão. As relações políticas e a sociabilidade do período imperial eram dotadas de especificidades que existem até hoje na sociedade brasileira, a começar pela disputa acirrada pelo poder político, a malandragem eleitoral, os votantes menos conscientes curvados ao patronato, a barganha por votos, uma boa parte da população escravizada, não existindo assim uma comunidade de cidadãos. O que a memória nos apresenta até a queda da Monarquia no Brasil em 1889 é que o modelo de cidadania estabelecido era bem parecido com o da democracia ateniense, restrito a classes, patriarcal e repleto de valores equivocados, originando muito do que se observa até os dias atuais.

Nem mesmo a chegada da República foi capaz de aplainar a desigualdades dos tempos da monarquia tampouco de trazer o frescor do civismo e do senso de pertencimento da população brasileira. Segundo Carvalho (2002), o ideal republicano jamais conseguiu aproximar o governo do eleitorado mais desvalido e sim das elites, dando início às sólidas oligarquias estaduais e ao coronelismo. O exercício da soberania popular à época era uma “fantasia” e ninguém levava a sério muito em função do voto de cabresto, visto que até 1930 não se testemunharam movimentos populares exigindo maior participação eleitoral, exceto pela inserção do voto feminino. Para Bueno (2012) todos os descaminhos da política e da economia brasileiras se materializaram plenamente nos dez primeiros anos da República como clientelismo, oligarquia política, coronelismo, repressão a movimentos populares, confronto entre civis e militares, estado de sítio, crimes políticos, fechamento do congresso e alternâncias cada vez mais equivocadas de governo.

Diferentemente da Europa, o surgimento do Estado Liberal entre a metade do século XIX e o século XX nos países ibéricos e latinos, se caracterizou pelo desalinhamento das forças democráticas e progressistas, resultando em práticas espúrias como o clientelismo e o populismo. Isso explica a formação da chamada “sociedade de notáveis” que empoderou as elites do coronelismo e os militares em uma só voz institucionalizando o autoritarismo e um estado capaz de atender aos interesses e objetivos da classe dominante (JAGUARIBE, 2000).

Para Carvalho (2002) o manifesto da cidadania ativa pelas camadas mais populares da sociedade iniciado nos movimentos abolicionistas ainda no período monárquico dava a impressão de que o povo tinha ligeira consciência do seu voto, mas abriu precedente para o surgimento das práticas populistas. Nesse sentido, a emergência de práticas assistencialistas imprimira uma estranha concepção de cidadania, chamada de concedida em troca de subserviência pessoal (SALLES, 1994).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1930, os institutos do populismo e do caudilhismo se introduziram de vez no seio da sociedade brasileira referendado por um golpe de estado (BUENO, 2012). No entanto, o primeiro período de Vargas a frente do governo brasileiro, de certa forma, representou alguns avanços sociais significativos como a criação de uma legislação trabalhista, revoluções no campo da educação básica, ligeira inclusão das mulheres na sociedade e fortalecimento de muitos outros direitos sociais, mas um prejuízo gravíssimo às liberdades civis e políticas (CARVALHO, 2002).

De acordo com Villa (2011), a edição de uma nova Constituição em 1946 referendou com força a retomada das liberdades individuais e coletivas, mas a liberdade de expressão que consignava já se apresentava com ressalvas e a participação popular através do plebiscito só foi assegurada através de Emenda Constitucional redigida mais adiante. Para Bueno (2012), o novo governo de Getúlio Vargas, em 1951, se instaurou sob outro tom, desta vez respeitoso aos valores democráticos e com um presidente preocupado ainda mais com os direitos sociais, tal qual sua última passagem. A sua recondução se deu muito em função do anseio de parte da

população pela sua volta e pelo discurso carregado de populismo, o que o aproximou significativamente das massas que praticamente ignoraram o seu histórico ditatorial e repressor. Os períodos subsequentes, de JK a João Goulart, representaram a onda desenvolvimentista no país, das reformas de base, mas com populismo fortalecido e forte apelo às massas e instabilidade democrática.

Para Carvalho (2002), a ascensão de João Goulart ao poder poderia ter representado um capítulo bem importante para o avanço da cidadania no Brasil, já que sua condução ao poder, ainda que de forma conturbada, se deu por meio de um dos maiores levantes sociais e democráticos presentes na memória social brasileira, a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. No entanto, para Bueno (2012), a oposição ao governo era ferrenha, as elites temiam que as reformas de base como a agrária e da educação, por exemplo, promovessem avanço e mobilidade social efetiva das classes mais pobres e fortalecimento da esquerda política.

Para Carvalho (2002), não há dúvidas de que o período de 1930 a 1964 representou um avanço ao instituto da democracia no Brasil, ainda que com sérias restrições como as limitações do direito de votar e ser votado, à medida que se evoluiu no sentido de se ter eleições mais limpas (eliminando boa parte dos ranços do coronelismo), porém não menos vulnerável aos apelos populistas. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 arrefeceu qualquer empoderamento popular e se manteve assim até a redemocratização. A ideia era de promover um ajustamento da ordem social e uma reabertura democrática, o que não aconteceu. Havia um sentimento muito perverso das classes hegemônicas de frear a mobilidade social e com ela o avanço das massas no cenário político e somente a ditadura envolta de valores morais convergentes ao da elite conservadora da época era capaz de conduzir esse processo.

Para Rodrigues (1999), as grandes condições para organização e mobilização da sociedade patrocinadas pelos últimos presidentes, então populistas, eram vistas como riscos para a governabilidade pelos setores conservadores e por isso para eles era vital a instalação de uma nova ordem para restauração legítima dos meios governativos ameaçados justamente pela usurpação de massas mobilizadas pela ação do populismo irresponsável. No entanto, a ditadura militar de 1964 se inscreveu na memória nacional como o golpe mais duro para a democracia do Estado Brasileiro, tanto por sua longa duração de mais de vinte anos, pelos problemas sociais que foram piorados por ela e sobretudo por se tratar de uma “revolução” patrocinada pela sociedade civil contra si própria, ainda que a maioria burguesa e que se incomodava e muito com a figura do progressismo que as reformas de base institucionalizariam no país (BUENO, 2012).

Para Carvalho (2002), do ponto de vista da cidadania, o período militar pode ser perfeitamente dividido em três períodos: de 1964 a 1968, com períodos de repressão e sinais de abrandamento; de 1968 a 1974, com o capítulo mais duro especialmente para os direitos civis e políticos com repressão violenta, porém com efetivos direitos sociais para desviar os holofotes da repressão na sociedade à medida que com o avanço do regime até mesmo a elite empresarial se via prejudicada por ele; e de 1974, ao fim do período com a reabertura à democracia, porém lenta e gradual e com os reflexos dos desastres econômicos do período também. Durante esse período, toda e qualquer oposição ao regime era combatida pelo governo, sendo que o único movimento da sociedade civil organizada que se manteve de pé foi o da Igreja Católica, e com isto a alternativa era formar grupos de esquerda paramilitares originando as guerrilhas como a do Araguaia. O Congresso, que poderia representar um sopro de democracia e pluralidade enquanto aberto por curtos períodos, era composto por apenas dois partidos, sendo que a Arena defendia ferrenhamente os interesses da ditadura e detinha a maioria.

Para Gallego (2019, p. 137), “à luz de seus próprios objetivos, a ditadura foi um sucesso”, não economicamente uma vez que a modernização se deu em parte e o crescimento foi pífio e incipiente com larga concentração de renda. Do ponto de vista político, tudo saiu melhor do que a encomenda, uma vez que a oposição que poderia simbolizar a resistência foi dizimada, presa ou exilada, a cultura silenciada, a imprensa cerceada e os movimentos sindicais desidratados ou mesmo desmantelados.

A Ditadura Militar começa a perder força a partir do momento em que perde apoio de seus patrocinadores e mantenedores a partir dos anos 1980, sempre seguindo a lógica do interesse e do benefício, ou seja, já não era mais algo vantajoso como foi em 1964. Os primeiros sopros de redemocratização ocorreram somente em 1982 quando foram realizadas eleições nos estados e retomado o multipartidarismo, mas tudo muito incipiente e desencorajador. As eleições legislativas eram frequentemente manipuladas a favor dos políticos de direita da Arena, enquanto crescia o número de eleitores nesse período, porém sem qualquer poder e sem qualquer significância para a democracia e para o exercício dos direitos políticos. Nesse sentido, se estabeleceu a linha de hegemonias inclusivas descrito por Robert Dahl, criando um falso sentimento de retomada que, de certa forma, favoreceu o desencorajamento da sociedade com a redemocratização. Para Tavolaro (2009), o ensaio da redemocratização e a fraca efervescência política da época foram provas suficientes da subversão da timidez e superficialidade da cidadania entre todos.

No entanto, os movimentos organizados da sociedade civil simbolizaram algo bem mais esperançoso para a retomada como a “Greve Geral do ABC Paulista”, em 1979 e o “Diretas Já” em 1984 (Bueno, 2012). Para Carvalho (2002) ambos os movimentos, além de encontrarem ressonância nas massas e na ampla cobertura da imprensa, já não podiam ser contidos pelos militares que se viam cada vez mais acuados pela retomada do poder em favor do povo.

Os primeiros anos da redemocratização ficaram marcados pela eleição indireta para a Presidência da República que elegeu Tancredo Neves para a missão. No entanto, com o seu súbito falecimento, assume o poder o seu vice, José Sarney, uma espécie de simpatizante do período militar recente. Segundo Carvalho (2002), praticamente nada mudou durante o governo Sarney, uma vez que problemas remanescentes dos anos de chumbo foram agravados e a corrupção se acentuou com mais força no seio estatal. No entanto, o que chama atenção nesse período foi a proposital desacreditação das instituições democráticas, mais precisamente do Poder Legislativo, “pavimentando” um novo caminho para a recondução dos militares ao poder. Mesmo com a edição da Constituição de 1988, a mais liberal e democrática que o país já teve, e eleições diretas em 1989, isso, por si só, não garantiu estabilidade democrática desejada, uma vez que os primeiros anos da retomada da democracia ainda não estava apresentando soluções para os problemas sociais mais graves.

Segundo Carvalho (2002), com relação aos direitos civis e sociais, a Constituição de 1988 representou avanços significativos na proteção aos mais vulneráveis e a retomada das liberdades individuais e restrição da arbitrariedade conduzida pelos ditadores. No entanto, isso foi insuficiente para frear as mazelas sociais históricas, a violência urbana, entre outros, que carecem de políticas públicas concretas especialmente dos governantes federais. Para Cremonese (2007), a Constituição Federal de 1988 não garantiu avanços significativos especialmente no campo da democracia social (igualdade étnica, emprego, saúde, lazer, moradia, entre outros) que ainda é utopia para milhões, prevalecendo uma democracia eleitoral sobre a social que seria realmente cidadã, o que vem conferindo um alto descrédito aos políticos e suas instituições políticas através da opinião pública e demonstrando que a cidadania no Brasil é incipiente à medida em que predominam a exclusão social e econômica, a desigualdade social e a violência difusa na sua sociedade civil.

No campo dos direitos políticos retomados fez-se emergir a escatologia messiânica nascida no século XX. A população vinha amargando problemas sociais uma economia catastrófica na década de 1980, fazendo com que mais de 70 milhões de brasileiros inflamados pelo populismo galopante fossem às urnas na Eleição Presidencial Direta de 1989, motivada e determinada a eleger uma espécie de “salvador da pátria”, Fernando Collor de Mello (CARVALHO, 2002). Aqui, mais uma vez, vale pontuar sobre a tese de Dahl (1989) que, para esse caso específico, nos faz constatar o aparecimento de uma sociedade poliárquica pela primeira vez no Brasil, ainda que carente de maturação.

Para Chauí (1994) e Laclau (2006), tanto a eleição de Collor quanto de Vargas, baseadas nos elementos mágico-religiosos que permeiam a dinâmica política brasileira, retratam a imagem de um brasileiro fragilizado por tanta instabilidade e sem saber em quem acreditar, sobretudo as classes populares que se afundam no autoengano e condizem o jargão de “massa de manobra”. No entanto, a imagem de messias se desmantelou completamente quando Collor se mostrou um gestor despreparado e recheado de traços autoritaristas coincidentes com os vistos nos anos ditatoriais, deixando vir à tona graves escândalos de corrupção que inflaram os ânimos da população jovem que, mais revestida de suas liberdades, foram às ruas e pressionaram o Congresso pela saída de Collor que acaba renunciando antes da conclusão do processo de *impeachment* (CARVALHO, 2002).

Com a renúncia de Collor, assume Itamar Franco, seu vice, que nada mais fez do que pavimentar ainda mais o caminho para o neoliberalismo, uma camada ideológica do liberalismo originário que defendia ferozmente, entre outras coisas, a redução do tamanho do estado e o compartilhamento enganoso das responsabilidades estatais para a sociedade civil no chamado terceiro setor. Essa corrente ideológica se mostrou bastante hegemônica nos países latino-americanos, muito em função da fragilidade do modelo capitalista neles introduzido, incluindo o próprio Brasil. No entanto, entre o período em que esteve Presidente e o do seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, o processo democrático parece ter se estabilizado sem maiores rompantes ou ameaças.

Para Carvalho (2002) o governo de Fernando Henrique Cardoso representou o fortalecimento dos ideais do neoliberalismo e, com isso, os direitos sociais se viram praticamente transferidos para a esfera do terceiro setor, mas as liberdades civis e políticas se mantinham preservadas e fortalecidas. No entanto, para Dagnino (2003) e Kliksberg (2005), a expansão do neoliberalismo, que deu protagonismo ao terceiro setor como fio condutor da promoção dos direitos sociais no Brasil, gerou um certo sentimento de desilusão na população mais pobre causando debilidade de confiança na democracia.

Para Montano (2002), o projeto neoliberal queria uma sociedade civil dócil, sem confronto, completamente alienada e reificada de tal maneira que se ocupassem completamente com atividades não criadoras e tampouco transformadoras, porém voltadas para dar resposta às suas demandas individuais e por ela julgada urgentes, sendo que o legítimo cotidiano de uma verdadeira sociedade civil deveria estar situado em uma arena de lutas, representando uma atitude emancipadora e que superaria o imediatismo e a alienação, procurando assim a defesa e a ampliação dos direitos e conquistas sociais e trabalhistas.

Pode se dizer que o saldo dos governos da década de 1990 para questões de inclusão social e dignidade foi assombroso, uma vez que o Brasil amargava um flagelo social de mais de 25 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e figurando no mapa da fome mundial, mesmo com bons programas de transferência de renda e uma sensível mobilidade social. Esse cenário resultou em maior vulnerabilidade social e política da população, implicando em mais assimetria e exclusão social de um povo cada vez mais carente de políticas públicas consistentes para resolver problemas nem tão emergentes assim (BUENO, 2012).

Segundo Carvalho (2002), o acesso à cidadania até o final do governo FHC mostrava-se altamente complexo, visto que as classes mais baixas tinham grandes dificuldades de acesso à justiça e ao sistema de segurança pública, os poucos cidadãos pobres que tinham consciência dos seus direitos muito pouco conseguiram fazê-los valer, o sistema jurídico era por muitas vezes inacessível e lento, contando com poucos defensores públicos para fazer a manutenção dos direitos dos menos favorecidos e o único setor do judiciário que funcionava mesmo com mais celeridade ainda era a Justiça do Trabalho.

Para Miguel (2019), mesmo com a fragilidade da transição democrática ocorrida em 1984, o Estado Brasileiro, sob o comando de FHC, consolidou a instituição da democracia e, de certa forma, neutralizou os ânimos. A maior prova disso foi que a partir do seu segundo governo, FHC colocou o poder militar sob o comando civil no Ministério da Defesa, esmaecendo o protagonismo das Forças Armadas na cena política e aniquilando qualquer tipo de intento golpista ou de rompimento com o estado democrático de direito.

Para Bueno (2012), a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 inaugurou um novo ciclo na política brasileira com a ascensão dos ideais de esquerda que, inicialmente, causaram temor de instabilidade política como experimentado em 1964 com as pretensões das reformas de base bastante progressistas. No entanto, nada disso aconteceu e Lula conseguiu implementar suas políticas progressistas de ampliação de políticas sociais até então debilitadas e incapazes de retirar o Brasil do mapa da fome e acabou tendo sucesso na empreitada. O resultado foi positivo, registraram-se significativos índices de mobilidade social, maior democratização do acesso à educação, à justiça, ao sistema bancário, entre outros, e com isso uma significativa redução na assimetria e vulnerabilidade social com o país deixando de figurar no mapa da fome mundial¹.

Para Bueno (2012), em matéria econômica, tanto os governos de Lula (2003-2010) quanto de sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2016), promoveram verdadeiras reformas sociais, aproximando do Estado todas as classes produtivas e até mesmo de setores conservadores, mesmo investindo pesado em projetos de mobilidade e empoderamento social como poucas vezes se vira no país, e mesmo se evidenciando escândalos de corrupção por todos os lados, com a diferença que as instituições estavam mais livres para apurar e responsabilizar, revelando que os traços autoritaristas do passado haviam perdido e muito sua força expressiva. Para Miguel (2019), o período do lulopetismo no Brasil, apesar de pouco radical como se imaginava, representou uma mudança de ares bem expressiva para o estado democrático de direito, especialmente com os movimentos sociais ganhando mais protagonismo e centralidade.

O saldo dos governos petistas, interrompidos pelo processo de Impeachment em 2016, foi bastante positivo especialmente pelo fortalecimento das instituições, independência dos três poderes constituídos e pelas políticas públicas progressistas que, de certa forma, ainda incomodavam uma parcela elitista da sociedade inconformada com a ampla mobilidade social e potencialização da cidadania de consumo predominante nos 13 anos de permanência. Nesse período, a emergência de políticas afirmativas, tão importantes quanto a mobilidade social para o fortalecimento da cidadania e da democracia, mostrou-se predominante no cenário nacional, tendo a Lei Maria da Penha (combate ao feminicídio), as políticas de cotas para negros, a Lei das empregadas domésticas, a Comissão Nacional da Verdade, entre outras, como seus principais marcos simbólicos. Na mesma linha, o controle social ganhou ainda mais protagonismo com a instituição da política nacional de participação social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) no Estado Brasileiro. Por outro lado, o Brasil, no campo civil e político, durante o governo de Dilma Rousseff, atravessou uma profunda crise de representatividade que culminou com os manifestos populares de junho de 2013, já que o Brasil vinha assolado por repetidos escândalos de corrupção em várias instituições governamentais e nos demais poderes.

¹ Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) divulgados em 2014.

Para Antunes (2013) e Freixo; Pinheiro-Machado (2019), os movimentos observados entre 2013 e 2015 expuseram a existência de um grande fosso entre sociedade civil e sociedade política, revelando que os poderes constitucionais não estavam necessariamente nas mãos do povo como deveriam. Além do mais, as ruas foram tomadas não mais apenas pela juventude tradicionalmente de esquerda, mas também pela nova direita que viu como vantajosa e estratégica essa ocupação para retomar o poder perdido com a ascensão do lulopetismo.

Ao passo que, com a ampla mobilidade social promovida pelos governos petistas, as classes mais desvalidas e menos hegemônicas provaram sua força por meio do voto e da ascensão de governos populares, a nova direita e sua cosmovisão sempre se viu incomodada com esse empoderamento, o que se viu plenamente refletido nas eleições de 2014 com a apertada margem de vitória de Dilma Rousseff contra Aécio Neves, em que mais uma vez a direita não ascendia pelo voto. Havia um levante significativo contrário a tudo que aos ideais progressistas dos governos petistas instituídos na sociedade que modificaram o perfil dos eleitores e da classe média. Para Miguel (2019, p. 153), “a democracia ‘desconsolidou-se’ quando grupos-chave concluíram que o jogo eleitoral não lhes servia mais”.

Para Freixo; Pinheiro-Machado (2019), o *impeachment* de Dilma Rousseff travestido de ressoar das vozes das ruas que clamavam pela sua saída, nada mais foi do que um golpe jurídico-parlamentar patrocinado pelos conglomerados de mídia, elite empresarial, bancadas conservadoras do congresso que precisavam emplacar suas pautas reformistas que jamais seriam patrocinadas por meio do voto popular e, de certa forma, frear o progressismo instituído pelo lulopetismo. A partir de então, o que se viu, em peso, nesse período foram verdadeiras agressões às liberdades individuais com toques surreais de golpismo sustentados por parte do Judiciário e do Ministério Público que levaram à prisão do ex-presidente Lula, consagrando a prática do *Lawfare*² no Brasil. O surgimento da chamada “escola sem partido” também foi outra prática espúria implementada que levou ao silenciamento de professores e alunos que defendiam ideais de esquerda contrariando a nova direita, além da desidratação dos sindicatos, tidos como fontes de poder da esquerda. No campo das liberdades e da fragilização da democracia agravados após o *Impeachment* de 2016 está ainda a “policialização” das Forças Armadas em operações de segurança pública e a intervenção do Estado do RJ em 2018, representando não a garantia da lei e da ordem, mas um meio indireto para repressão de protestos de rua e ocupação de comunidades pelo exército, restringindo veladamente as liberdades civis. (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Para Freixo e Pinheiro-Machado (2019), o cenário construído no pós-*impeachment* foi decisivo para pavimentar o caminho de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto nas eleições de 2018, acompanhado de uma verdadeira alavancagem da extrema-direita no Congresso Nacional. Um dos fatos que mais chamaram atenção no processo eleitoral de 2018 foi a ampla abstenção de eleitores e votos em branco (só abstenções foram 23,15% do eleitorado), o que, pode ser atribuído a uma significativa desilusão dos jovens com a política e simbolizando a formação de oligarquias competitivas. A participação cidadã pelo voto em 2018, com isso, mostrou-se drasticamente reduzida, uma vez que na disputa de 2014 o cenário foi completamente diferente, constatado, sobretudo, pela diferença entre Dilma e Aécio e entre Bolsonaro e Haddad. Isso prova que o processo de descrédito na principal eleição do país vinha em franca expansão desde 2014.

² Expressão popularizada durante a defesa do ex-Presidente Lula nos processos da Operação Lava Jato. Trata-se de uma estratégia de utilização dos meios legais para perseguição política por meio de acusações pouco prováveis como meio de pressão dos investigados. O *lawfare* resultou na prisão do ex-Presidente Lula em 2018 e sua inelegibilidade no pleito presidencial de 2018, que liderava as pesquisas (ZANIN *et al.*, 2019).

A campanha de Jair Bolsonaro no ano de 2018 resgatou velhos elementos da política brasileira, mas um em especial, o populismo. O Brasil vinha amargando altos índices de violência, vinha em descrédito com as instituições, o *impeachment* de Dilma Rousseff, a Operação Lava-Jato e uma onda conservadora de direita que ganhava ressonância cada vez maior desde 2015, incomodada, especialmente, com a mobilidade social e com as pautas afirmativas. O tríduo neopentecostal, do ruralismo e das Forças Armadas brasileiras praticamente catapultaram Bolsonaro ao poder, que trazia em mãos a intenção de moralizar o país e afastar de vez o lulopetismo e suas pautas progressistas.

Por outro lado, segundo Freixo e Pinheiro-Machado (2019), movimentos como o *#ele-não* ganharam as redes sociais em contraponto ao derramamento de *fake news* promovido justamente pelos apoiadores da candidatura de Bolsonaro e por integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL). No entanto, o movimento pouco prosperou em meio a disparada de *fake news* em todas as redes sociais afirmando que se o PT vencesse a eleição seria a retomada do comunismo, o fim da família tradicional, a violência seguiria em crescimento, entre outras inverdades, comprovando que a pauta de Bolsonaro era puramente moral e pouquíssimo de enfrentamento aos assuntos mais urgentes da agenda nacional como saúde, educação, emprego etc., além de dedicada a revogar ações e políticas que conferiram algum empoderamento aos mais desvalidos e que perturbava a elite que compunha a nova direita.

Para Freixo e Pinheiro-Machado (2019) e Messenberg (2019), Bolsonaro se apresentou como o verdadeiro *anti-establishment*³ e ganhou a confiança de parte do eleitorado descontente com os governos petistas, já que se propunha a dar ainda mais subsídios ao combate à corrupção e relaxar a política de desarmamento no país. O que realmente assustava era a sua estreita proximidade corporativista com os militares, que deu ainda mais aporte as suas pautas e transcendeu a sua própria figura, representando uma visão ultraconservadora e assumindo uma retórica patriótica e nacionalista, tudo que não era prioridade na agenda petista e da esquerda.

A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder inicialmente representou mais do que um simbolismo à nova direita e sua cosmovisão, pois havia grande expectativa de revogação de políticas públicas progressistas e afirmativas duramente conquistadas nos governos petistas. De igual forma, o sentimento dos apoiadores do governo de apoio a pautas antidemocráticas ganha um representativo espaço na agenda de discussões, obrigando o STF a intervir com mais frequência e rigor no combate às ações com intuito de enfraquecer as instituições e assim pavimentar um novo casamento com uma possível ditadura e com o autoritarismo.

Por outro lado, o judiciário, liderado pelo STF, promoveu, entre 2019 e 2021, o que se pode chamar de contramão aos interesses estabelecidos e simbolizados pelo governo, uma vez que reforçou as ações afirmativas como a criminalização da homotransfobia, um assunto indigesto para os apoiadores do governo que cada vez mais se viram pressionados por um rompimento com o estado democrático de direito e com isso o fechamento do STF e a retomada das pautas conservadoras e moralistas que haviam bancado Jair Bolsonaro em 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver, ao longo do exposto, a cidadania no Brasil se caracterizou muito mais como um processo de desconstrução, complexo, assimétrico e com doses virulentas de desvirtuamento desde a Monarquia. Quando se pensou que as coisas fossem, de fato, engrenar, parecia que o túnel ficava ainda mais longo e sem luz à vista.

3 Rompimento com a ordem estabelecida de forma a reinventar a roda. O discurso de Bolsonaro sustentava que ele jamais faria qualquer aliança com o chamado “Centrão” do Congresso, o núcleo duro de deputados e senadores com forte presença política no cenário nacional e com as maiores bancadas, prefeitos e governadores no Brasil.

Isso tudo foi possível de trazer à tona graças ao estudo de memória desenvolvido que revelou narrativas sobre as nossas particularidades associadas às mais variadas escatologias políticas e sociais disseminadas. O estudo não apenas promoveu o acerto de contas com os acontecimentos e os inscreveu no tempo presente como vivos e latentes, mas revelou que as causas são ainda mais profundas como um imenso *iceberg* de onde só se enxerga o cume, mas que pode causar um estrago devastador.

É assim que podemos enxergar a cidadania no Brasil e infelizmente relacionar essa construção tipicamente brasileira com contornos ibero-latino-americanos com a fragilidade da nossa democracia que, desde 1808, quando a Família Real instituiu a Monarquia até os dias atuais, só foi vista de uma forma ligeiramente firme por pouco mais de 50 anos. Os demais 214 anos foram puramente experimentos malsucedidos de autocracias, repressões a liberdades, cidadanias concedidas, cidadanias limitadas a classes e muito abuso de poder político e econômico. No entanto, esses pouco mais de 50 anos de convivência episódica com a democracia foram recheados de ameaças, de rompimentos de ordem, de populismo, de autoritarismo e de toda má sorte de governos neoliberais que, ao invés de emancipar a população e lhe fortalecer a legitimidade do poder, fizeram exatamente o contrário, a favor dos próprios interesses e projetos espúrios de poder. Enfim, se experimentou de tudo um pouco e quase tudo convergiu para desvirtuar a cidadania plena.

Para deixar isso mais brando, a solução mais encantadora encontrada foi a de inverter a chamada Pirâmide de Marshall, potencializando e priorizando a arena dos direitos sociais e do assistencialismo, mas nem tanto, dado que o reformismo se fez pujante e devastador nos últimos anos, retirando qualquer expectativa da população com relação ao seu empoderamento cívico, ampliando a assimetria e a desigualdade social e com isso minguando a cidadania e expondo a fragilidade da democracia.

Por outro lado, a percepção que a memória nos traz a compreensão sobre o decurso histórico da cidadania e da democracia é de que as tradições advindas dos mais remotos períodos da Monarquia, passando pela República e períodos subsequentes foram cuidadosamente mantidas acesas pelas classes hegemônicas a fim de desidratar qualquer senso de pertencimento à população, reduzindo a cidadania à termo deixando-a em posição passiva frente a legitimação do poder que deveria emanar do povo. Em outras palavras, os efeitos do autoritarismo, do neoliberalismo, dos períodos de repressão e de cerceamento das liberdades, por exemplo, ainda estão latentes e se introjetaram na cultura social e política por meio do *habitus*. Da mesma forma, a segregação e marginalização social produzida por meio das hierarquias valorativas formataram o que podemos chamar de subcidadania, explicando bastante a inversão do modelo de Marshall e neutralizando qualquer reação contundente e expressiva em arena de lutas.

Por fim, a construção de cidadania, ainda que completamente equivocada no curso dos acontecimentos, vem resultando na formação de subcidadãos, precisando, assim, ir além do voto e de códigos de sociabilidade passivos, visto que o primeiro já não vem estimulando boa parte da sociedade desiludida com o processo político e com a debilidade da democracia e o segundo praticamente condena a sociedade, sobretudo os mais desvalidos, a aceitar passivamente os mandos e desmandos e ficar à mercê da caridade por algo que legitimamente lhe pertence e nunca deixou de pertencer, simplesmente lhe foi vergonhosamente subtraído ao longo de vários anos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. As manifestações e a luta por outro modelo de democracia. **Revista IHU – on-line**. Ano XIII. n. 434. São Leopoldo, 2013.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BONAVIDES, P. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUENO, E. **Brasil em história: cinco séculos de construção**. São Paulo: Leya, 2012.
- CARVALHO FRANCO, M. S. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CHAUÍ, M. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, E. (org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense 1994.
- CREMONESE, D. A difícil construção da cidadania no Brasil. **Revista Desenvolvimento em questão da Universidade de Ijuí/RS**. Ano/vol. 5, n. 9, jan./jun. 2007.
- DAGNINO, E. **Cultura, ciudadanía y democracia: los discursos y prácticas cambiantes de la izquierda latinoamericana**. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E. (Orgs.). Política cultural & cultura política. Uma Nueva Mirada sobre los movimientos sociales latino-americanos. Bogotá: Colombia: Taurus/ICAHN, 2001.
- DAHL, R. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989. [Tradução livre do autor].
- DALLARI, D. A. **Elementos da teoria geral do estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 306 p.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. [e-book].
- GALLEGO, E.S. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. [e-book].

-
- GIDDENS, A. **A terceira via**. São Paulo: Record, 2005.
- JAGUARIBE, H. **Brasil, homem e mundo**: reflexão na virada do século. Topbooks. Rio de Janeiro, 2000.
- KLIKSBERG, B. Hacia un nuevo perfil del Estado en América Latina: los cambios en las percepciones y las demandas de la ciudadanía. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. n. 32. Caracas – Venezuela, jun. 2005.
- LACLAU, E. **La razón populista**. Tradução de Soledad Laclau. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- MARSHALL, T. H. Citizenship and social class. *In*: **Class, citizenship and social development**. Westport, connecticut: Greenwood Press, 1973.
- MESSENBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. *In*: FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. [e-book].
- MIGUEL, L. F. Há solução sem uma revolução? *In*: FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. [e-book].
- MONTANO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOUFFE, C. Preface: democratic politics today. *In*: **Dimensions of radical democracy**: pluralism, citizenship, community. London: Verso, 1992.
- OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.
- REIS, D. A. **Entrevista concedida à Revista Época**, n. 825. São Paulo, mar. 2014.
- RODRIGUES, A. T. Democracia e mobilização social: participação autônoma e instituições políticas na transição brasileira. **Revista Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) on-line**. n. 12. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- TAVOLARO, S. B. F. Para além de uma “cidadania à brasileira”: uma consideração crítica da produção sociológica nacional. **Revista de Sociologia e Política**. v. 17 n. 32 fevereiro de 2009 – Curitiba/PR.

TEIXEIRA, S. M. F. A expansão da cidadania. **Anais do VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal, 8-11 out. 2002.

VALENTE, V. V. Ciudadanias globales y sociedades civiles: pistas para el análisis. **Anais do III Seminário sobre Pensamiento y educacion critica para la cooperación internacional al desarrollo**. Madrid 4 -5-10, Diciembre, 2013.

VILLA, M. A. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35. São Paulo, fev. 1997.

ZANIN, C.; MARTINS, V.; VALIM, R. **Lawfare**: uma introdução. São Paulo: Contracorrente, 2019.

O OUTRO LADO DA ADOÇÃO: relato de experiência

The other side of adoption: experience report

Adriana Prado Santana Santos¹

Resumo: A construção dos vínculos na adoção é um processo muito complexo, pois em geral vem com momentos de fragilização emocional para a família que adota e crianças e adolescentes que estão neste processo. A adoção possui pontos de vista e significados diferentes para cada família, porém muitas coisas se repetem no que diz respeito às dificuldades, acessos a suporte de apoio pós-adoção entre outras situações. Assim, o presente relato de experiência tem a pretensão de fazer uma análise sobre a adoção no Brasil do ponto de vista da legislação, como a Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a chamada lei de adoção, a Lei nº 12.010/09. Buscar-se-á discutir o processo de adoção entendida como aquele que observe todas as garantias de um processo legal. Além disso, nos resultados traz narrativas da experiência vivida por uma família que adotou duas irmãs consanguíneas mostrando o outro lado da adoção, que nos dá clareza de que durante todo esse processo não fica apenas no entusiasmo inicial, onde tudo são “flores”, mas se vive muitos sentimentos de incertezas e desafios a serem superados no dia a dia, principalmente, se uma das crianças faz parte do grupo de adoção tardia, ou seja já veio acima do sete (7) anos, se tornando um desafio maior. De modo que, o objetivo geral encontra-se em: demonstrar os principais aspectos sobre adoção para as famílias, profissionais e a sociedade em geral, a fim de contribuir com adoções futuras. Como objetivos específicos têm-se: entender o conceito de adoção e as leis aqui no Brasil; refletir no ponto de vista da família e crianças adotadas. A pesquisa é de cunho qualitativo e reúne informações coletadas por meio de pesquisas bibliográficas sobre o tema, conforme Andrade (2010). E como aponta, Doxsey e De Riz (2002-2003). Ela é também de caráter colaborativo segundo Bortoni-Ricardo, (2008), e Ibiapina (2008), pois acontece a interação entre a família adotante. Não obstante, a importância do estudo está no fato de que poderá ser utilizado para futuras pesquisas, contribuindo e apontando possíveis soluções para efetivar mudanças quanto à aplicabilidade das leis vigentes sobre a adoção e a convivência com as novas famílias, proporcionando melhores condições materiais e sociais, tanto para quem adota como para quem é adotado.

Palavras-chave: Adoção. Família. Legislação.

Abstract: Building bonds in adoption is a very complex process, as it usually involves moments of emotional fragility for the family that adopts and children and adolescents who are in this process. Adoption has different points of view and meanings for each family, but many things are repeated with regard to difficulties, access to post-adoption support, among other situations. Thus, this experience report intends to analyze Adoption in Brazil from the point of view of legislation, such as the Brazilian Constitution (1988), the Child and Adolescent Statute (ECA), the so-called adoption of Law 12.010/09. It will seek to discuss the adoption process understood as one that observes all the guarantees of a legal process. In addition, the results bring narratives of the experience lived by a family that adopted two consanguineous sisters, showing the other side of the adoption, where it gives us a clarity that throughout this process is not only in the initial enthusiasm, where everything is “flowers”, but there are many feelings of uncertainty and challenges to be overcome day by day, especially if one of the children is part of the late adoption group, that is, they are already over seven (7) years old, becoming a greater challenge. So, the general objective is: to demonstrate the main aspects of adoption for families, professionals and society in general, in order to contribute to future adoptions. The specific objectives are: to understand the concept of adoption and the laws here in Brazil; reflect on the point of view of the family and adopted children. The research is qualitative and gathers information collected through bibliographic research on the subject, according to Andrade (2010). And as pointed out by DOXSEY & DE RIZ (2002-2003). It is also collaborative according to BORTONI-RICARDO, (2008), and IBIAPINA (2008), as the interaction between the adopting family takes place. However, the importance of the study lies in the fact that it can be used for future research, contributing and pointing out possible solutions to effect changes regarding the applicability of the current laws on adoption and coexistence with new families, providing better material and social conditions, both for those who adopt and for those who are adopted.

Keywords: Adoption. Family. Legislation.

¹ Adriana Prado Santana Santos – Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Supervisora de disciplina, (adripsico2@gmail.com). Indaial – SC.

INTRODUÇÃO

Quando falamos de adoção, inicialmente nos referimos a uma das formas de solucionar o problema de casais que não podem procriar. Além disso, a adoção também é vista como um ato de amor. Mas não podemos deixar de mencionar que a adoção também é uma forma de auxiliar o sistema governamental e a sociedade com na demanda de crianças e adolescentes que, de alguma forma foram abandonados pelos seus genitores e estão em abrigos.

Quando buscamos pesquisas sobre a temática da adoção, encontramos autores como Maldonado (1997), Berthoud (1997) e Paiva (2004), que concluem que no fato de serem "bons" ou "maus" pais independe da condição de serem pais biológicos ou adotivos; mas depende, sim, da motivação que leva homens e mulheres a buscar um filho. Nesse contexto, Schetinni Filho (1998), considera que os filhos (sejam biológicos ou adotivos), precisam sempre ser adotados pelos pais, mas em que sentido? No sentido do afeto, do cuidado. "É o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós a postura de pais" (SCHETINNI FILHO, 1998, p. 48). Assim, entendemos que, sejam pais biológicos ou adotivos, é necessário construir uma relação que deve se estreitar entre pais e filhos.

Um dos principais problemas para quem quer adotar continua sendo a burocracia e o excesso de documentos, além da falta de estrutura física nas varas da infância e da adolescência para atender à demanda das famílias interessadas, tudo isso faz com que o processo de adoção seja moroso, e muitas famílias acabam desistindo do sonho de serem pais. Posto isso, sabemos que, a adoção legal é o caminho mais seguro, pois evita a ilegalidade e conseqüentemente problemas com as leis.

O desenvolvimento de uma criança está embasado em uma família que ofereça conforto, afeto e amor, e a adoção destaca-se como um direito de todo indivíduo a ter uma expectativa de futuro em família (GONDIM *et al.*, 2008). De fato, para ser um adulto bem-sucedido, a fase da infância deve ter uma base familiar sólida.

Pressupõe-se então que, quando são adotadas, todas as crianças são inseridas em uma nova família e incluídas no convívio desta para dar um novo rumo na vida dessas crianças.

O tema em foco, do presente artigo, trata, brevemente, do conceito de adoção e algumas leis brasileiras sobre o assunto, culminando com um relato de experiência e reflexão sobre o outro lado da adoção, ou seja, a visão não tão glamorosa assim, por parte das famílias adotivas. Dentro dessa perspectiva de análise, como objetivo geral pretende-se demonstrar os principais aspectos sobre adoção para as famílias, profissionais e a sociedade em geral, a fim de contribuir com adoções futuras. Como objetivos específicos têm-se: entender o conceito de adoção e as leis aqui no Brasil; refletir no ponto de vista da família e crianças adotadas.

As etapas deste trabalho se deram em uma breve introdução, e a escolha dos objetivos. Contextualização sobre o conceito de adoção e algumas legislações sobre a temática. Sobre a metodologia, buscou-se a que mais se adequava aos objetivos. Além disso, houve uma breve investigação por conteúdos sobre a temática, por meio de artigos, livros, entre outros materiais, com o apoio das redes sociais.

Em seguida, trazemos recortes do relato de experiência, com os resultados e as discussões, trazendo as concepções da família adotante com falas das crianças adotadas. E, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas na realização desta pesquisa.

ADOÇÃO – CONCEITO

Hoje, dentro da área do direito brasileiro, podemos encontrar diversos conceitos de adoção. Entre eles trazemos Rodrigues (2002, p. 380), que diz que, “a adoção é um ato do adotante pelo qual traz, para sua família e na condição de filho, pessoa que lhe é estranha”. Segundo ele, o termo adoção não reflete o comportamento do adotante, mas um desejo e iniciativa para ter um filho. E em muitos casos é assim mesmo, o casal quer experimentar os sentimentos de serem pai e mãe, de cuidar com carinho afeto e atenção, fazendo tudo o que puder para que essa criança ou adolescente venham a se tornar um adulto com qualidades e virtudes desejáveis para viver em sociedade.

Para Diniz (2002, p. 154), “a adoção é uma ficção jurídica que cria o parentesco civil. É um ato jurídico bilateral que gera laços de paternidade e filiação entre pessoas para as quais tal relação é inexistente naturalmente”. Ou seja, aqui se vê a adoção apenas no contexto jurídico/legal perante as leis com a visão de assistencialismo. Entretanto, o termo “assistencial” não é visto muito bem por alguns autores. Liberati (2003, p. 20). Ressalta que,

A adoção não admite ter “pena” nem “dó”, “compaixão”; a adoção, como a entendemos nos dias de hoje, não se presta para resolver problemas de casais em conflito, de esterilidade, de transferência de afetividade pelo falecimento de um filho, de solidão etc. ela é muito mais que isso; é a entrega de amor e dedicação a uma criança que, por algum motivo, ficou privada de sua família.

Algumas pessoas na sociedade dizem “coitadinhos, que bom que foram adotados”. Mas, quem disse que os adotados gostam que sintam pena deles? Ou a expressão, a família adotou para substituir o seu filho biológico. Em todos os casos prevalece uma compreensão de que a adoção significa dar assistência à criança adotada, e que a família que a adotou precisa ser admirada por esse feito.

Nessa mesma linha de pensamento, porém com pequena divergência, aponta Costa (1998, p. 47) que “Adoção é o ato solene pelo qual se admite em lugar de filhos quem por natureza não o é” ou “adoção é o ato legítimo pelo qual alguém, perfilha filho que não gerou”. Ou seja, a adoção atribui o sentido de assumir alguém legitimando como seu. Isso deve acontecer não só por meio dos sentimentos mútuos como já falado como se fosse uma “simbiose”, mas, ao se colocar o sobrenome da família adotante.

Diniz (2002) acredita que “mais do que suprir as necessidades de casais impossibilitados de gerar filhos biológicos, a adoção é um “instituto de solidariedade social” onde há “simbiose”, entre adotante e adotado, “um auxílio mútuo, um meio de repartir por maior número de família os encargos de prole numerosa” (DINIZ, 2002, p. 156). Neste caso, a adoção contribui para resolução dos problemas socioeconômicos vividos pela população de baixa renda.

Percebemos que o conceito de adoção é visto de muitas formas por diversos autores, passando por muitas similaridades e contrastes, trazendo discussões importantes, que merecem atenção dos governantes e da sociedade em geral.

LEIS BRASILEIRAS SOBRE ADOÇÃO

Antigamente, a finalidade da adoção em todo o mundo era de atender apenas aos interesses religiosos dos adotantes. Com os avanços das leis e mudanças na sociedade, entende-se a adoção sob o prisma principalmente dos interesses dos adotados, objetivando dar-lhe um lar, uma família, segurança e uma perspectiva de uma vida melhor. Nesse sentido, é interessante relembrar o processo de adoção, aqui no Brasil. Segundo Sousa (2011), p. 30,

o ato de adoção era concedido inicialmente a pessoas casadas com idade superior a 50 anos de idade, já quase sem nenhuma possibilidade de ter filhos biológicos como dispunha o Código Civil de 1916. [...], a partir de 1957, para pessoas com idade superior a 30 anos, o direito de adotar.

Observamos aqui que inicialmente as preocupações para acontecer o processo de adoção eram, com respeito à idade dos adotantes, e após findar a possibilidade de ter filhos. Com o advento da Constituição Federal (CF) de 1988, também conhecida como nossa carta Magna a estrutura familiar ganhou uma conotação mais humanista e preocupada com o maior reconhecimento da dignidade de seus membros. A partir de sua promulgação, se promoveu uma inovação dentro do nosso ordenamento jurídico, ao eleger o respeito à dignidade da pessoa humana como princípio fundamental do sistema jurídico brasileiro.

Sobre a legitimidade e direito depois da adoção as nossas crianças brasileiras são bem protegidas, pois a nossa Constituição de 1988 deixou bem claro que não se pode mais fazer distinção entre filhos, legítimos ou não, os dois gozarão do mesmo direito. Conforme art. 227, inciso 6º, “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Em 1990, entrava em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13-7-1990), que permite adoção plena para os menores de 18 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi elaborado visando dar um lar e uma família para as crianças e adolescentes abrigados. O capítulo III, traz a visão de que os menores têm “o direito à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

Mas sem dúvida um marco para os processos de adoção, foi a aprovação da Lei Nacional da Adoção, de 12 de outubro de 2009), pois resolveu muitas problemáticas trazendo à tona muitas discussões, para as famílias biológicas e famílias adotantes. Entre elas, o art. 39 da Lei mostra que, “A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa” [...] (BRASIL, 2009).

Aqui se encontra uma controvérsia, pois há muitos casos que a família adotante, por motivo de força maior, ou seja, quando esgotadas todas as possibilidades, em uma ação entre as famílias e a justiça, a criança ou o adolescente acabam sendo restituídas em sua família de origem depois de um tempo. Mas, aqui não vamos adentrar na temática, pois não é nosso objetivo. Assim, a adoção não se torna tão irrevogável ainda que a justiça entenda que, a família adotante e a criança ou adolescente adotados tenham que passar por algum processo.

Ainda, o art. 28, inciso 4º, da mesma lei, trouxe uma mudança que até certo ponto faz sentido, pois se entende que a melhor maneira de preservar a família é não dividi-la, quando diz que, “Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, [...], procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais” (BRASIL, 2009). Neste contexto, esse artigo da lei se aplica na experiência aqui relatada, pois os irmãos não foram separados de estado ou país. Ficaram no mesmo estado e cidade, porém em famílias diferentes, que o sistema governamental chama de “adoção casada”.

Assim, percebemos que, as novas legislações favorecem principalmente os adotados, ou seja, as crianças e os adolescentes que estão nos abrigos, pois primeiro precisam ser esgotadas todas as possibilidades da criança ou adolescente viver em sua família natural/biológica ou extensa para posteriormente ir para uma família adotante. Por família extensa, segundo o Art. 25 da ECA, entende-se que é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 1990).

Dessa forma, embora houvesse muitos avanços na questão da legislação, reconhecemos que há muitos debates teóricos e práticos acerca da legislação sobre adoção, que, já houve muitos avanços, porém, há muito a ser trilhado, pois a cada ano aqui no Brasil e no mundo novas situações vão surgindo nos contextos familiares no lar biológico e no lar adotante e que precisam de soluções.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo e reúne informações coletadas por meio de pesquisas bibliográficas de estudiosos sobre o tema, conforme Andrade (2010, p. 25), que nos diz:

Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Ainda trazemos Doxsey e De Riz (2002-2003 p. 35), que mostram que, “A pesquisa ou levantamento bibliográfico é um importante estágio na elaboração do quadro inicial [...]”. Além disso, a metodologia se torna também de caráter colaborativo, segundo Bortoni-Ricardo, (2008), pois acontece a interação entre a família adotante relatando sua experiência junto às filhas adotadas.

Destaca-se que, uma pesquisa colaborativa tem algumas características que devem ser atendidas para legitimar o processo, entre as quais se destaca a participação voluntária dos sujeitos envolvidos, pois, se não for assim, o trabalho perde seu caráter colaborativo, centrando-se apenas em ações estabelecidas pelo pesquisador (IBIAPINA, 2008). Por isso, a relação entre teoria e prática se torna fundamental para que se efetive um trabalho colaborativo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Uma adolescente de quinze anos, adotada aos nove e uma criança, hoje com nove anos, foi adotada com três, são irmãs consanguíneas e têm mais dois irmãos consanguíneos, que também foram adotados por uma família que moram na mesma cidade. Mas o foco aqui são as meninas e a família que a adotou. Os pais adotivos, na época, o pai com quarenta e sete de idade, hoje com cinquenta e três e a mãe, na época, com quarenta e três anos de idade, hoje com cinquenta.

RELATOS

Segundo o abrigo, os pais de biológicos eram usuários de drogas, portanto, tanto elas como seus irmãos sofreram negligência, física e emocional. O pai morreu de overdose e posteriormente as crianças foram para o abrigo. A família vivia em uma casa tomada por ocupação, na qual circulavam muitas pessoas usuárias de drogas.

Antes de serem inseridos nas famílias adotivas, os irmãos ficaram em torno de oito meses no abrigo. Como as famílias adotivas moravam em outro município, onde ficava o abrigo, o juiz autorizou que eles pudessem ser imediatamente inseridos nas novas famílias logo no primeiro encontro no fórum, ato que hoje as famílias tendo mais informações, entendem que, não

houve o período que chamam de “namoro”, ou seja, um tempo considerável para um estágio de convivência pelo fato de uma das crianças já ter quase dez anos, entrando para o processo de adoção tardia.

Sobre o estágio de convivência, a Lei nº 13.509/2017, que dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Explica no Art. 46, o que significa esse estágio de convivência. “A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso” (BRASIL, 2017).

Assim, na época, os pais adotivos foram tomados pela emoção de serem pais, de cuidar de seres que necessitavam de amor, carinho, respeito e dignidade como qualquer pessoa, não questionando essa convivência. Os irmãos foram adotados por duas famílias que moram no mesmo estado e mesma cidade, cujo objetivo foi de não separarem os irmãos, mesmo que não fosse para a mesma família, conforme a Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/09) é o que a justiça chama de “adoção casada”.

Devido à criança ter maior idade entre os irmãos, foi lhe informado, que ela e seus irmãos seriam adotados, e que, ela teria a opção de escolher com qual irmão gostaria de ficar. Ou seja, diferente dos irmãos, o abrigo considerou que, ela por ser mais velha e entender melhor a nova situação a qual ela e seus irmãos se encontravam, ela teria o privilégio de ficar com o irmão que ela mais sentia afeto, já o irmão que estava na época com sete anos, nada foi lhe perguntado, só explicado que seriam adotados por outra família.

Foram quatro meses, até as novas certidões de nascimento com os sobrenomes dos pais adotivos chegarem, na época uma ocasião muito esperada e comemorada. A criança mais velha passou por um luto pela família originária quando adentrou à família adotiva: *“Lá bem no início, a gente sentia que ela teve um sofrimento, e nos rejeitou fortemente, não aceitando o prato de comida que fazíamos, ela jogava fora e fazia outro, as roupas lavadas e dobradas em sua cama, ela desdobrava e dobrava tudo de novo, dizia para a irmã menor que aquela senhora não era sua avó de verdade, e que suas tias não moravam ali, entre outras situações”* (mãe adotiva).

Já a criança de três anos, na época, ao ser adotado, não se lembrava muito dos genitores, embora nunca fosse lhe escondido que não era filha biológica e sim do coração, demorando em compreender o que se passava. *“A assistente social ao falar conosco pelo telefone, nos orientou a levar algum presente, levamos duas bonecas, emocionada lembro-me do rostinho assustado da pequena no meu colo segurando a boneca, sem entender de fato o que estava acontecendo”* (mãe adotiva).

Ainda os pais destacaram que, a mais velha veio com muitas dificuldades de aprendizagem, inclusive sem estar totalmente alfabetizada com quase dez anos de idade, mas com auxílio diário em casa e da escola, hoje não há problemas em acompanhar e fazer as atividades da escola. Algo que chamou atenção dos pais adotivos, e chama atenção até hoje, é o fato da criança mais velha enaltecer sempre o pai em detrimento à mãe. Em suas palavras ela se refere com carinho ao pai enquanto que pela genitora guarda muito rancor.

Pelos relatos da criança mais velha, ela era responsável pelos seus três irmãos mais novos enquanto os pais se drogavam, *“eles deixavam agente em uma barraca de praia com bolachas e salgadinhos e iam se drogar, não lembro por quanto tempo, mas eu tinha que trocar as fraldas e dar bolachas para meus irmãos”* (irmã mais velha). Nesse sentido, um dos maiores desafios enfrentados pelos pais adotivos, logo no início foi mostrar à menina que ela não necessitava mais assumir o papel de responsável pela irmã mais nova, visto que agora possuíam pessoas responsáveis para cuidar delas, e que ela podia assumir, então, o seu real papel de filha.

A mãe adotiva relata que, logo que elas chegaram conversava bastante sobre esses acontecimentos, o que deixava a mais velha relaxada ao desabafar. Nestas conversas, a mais velha revelou que, muitas vezes, ela ia buscar droga para os pais, mas, na época, acreditava que era o certo a se fazer, e logo em seguida culpou somente a mãe. Mas, após muitas conversas, a mãe adotiva percebeu que nos seus relatos, havia muitas falas e informações que pareciam ser fantasiadas, ou seja, inventadas, pois logo em seguida ela desconstruía o que havia dito e trazia outras informações e com muitos detalhes não ditos antes, o que levou a mãe adotiva a ficar preocupada com essas atitudes e a desconfiar se tudo o que ela falava realmente aconteceu.

A irmã mais nova relata que gostava de brincar com a irmã mais velha no abrigo então parecia que havia uma cumplicidade entre as duas. Bem diferente dos dias de hoje, pois os pais adotivos relatam que, nunca existiu uma boa convivência entre elas, se agridem muito verbal e até fisicamente. *“Em uma das conversas com a mais velha, ela revelou que os pais biológicos a enganaram, pois havia prometido que ela seria filha única, e que sua vida virou um inferno depois do nascimento dos irmãos”* (mãe adotiva).

Segundo os pais, percebe-se nas atitudes e falas da adolescente, hoje, muita raiva pelo fato que, sua irmã mais nova tem uma vida diferente da qual ela tinha enquanto estava na família de origem que gera muita animosidade entre elas. A irmã mais nova, por outro lado, diz que gostaria que sua irmã mais velha voltasse a ser como era antes como ela mesma disse: *“queria que ela tivesse a “voz dócil” comigo de novo”* (irmã mais nova). Por outro lado, a irmã mais velha diz que, não quer saber de cuidar de criança nunca mais na vida, e continua a culpar a mãe biológica e seus irmãos pelo seu sofrimento.

Os pais adotivos destacaram que percebem que a irmã mais velha ainda não confia plenamente neles, mesmo após já terem passados quase seis longos anos de convivência, e que cria problemas a partir de questões que poderiam ser solucionadas rapidamente. No início era como uma forma de testá-los para ter a certeza de que estava sendo aceita. Mas, com o tempo se agravou e existe uma dificuldade em seguir regras em escutar conselhos, buscando sempre uma mentira como desculpa pelo erro.

Ao perceber essas atitudes constantes da filha mais velha, os pais adotivos a levaram para uma psicóloga, que fez uma anamnese e constatou que ela tem o Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), que segundo o APA (2014), “estão agora agrupados em três tipos: humor irritado/irritável, comportamento argumentativo/desafiador e vingativo” (APA, 2014, p. 815).

Foi encaminhada para atendimento com o profissional psiquiatra que também constatou outro transtorno de personalidade “Bordelaine”, que tem a ver com a história na infância de negligência e abandono. Conforme APA (2014), a característica principal desse transtorno, “é um padrão difuso de instabilidade das relações interpessoais, da autoimagem e de afetos e de impulsividade acentuada que surge no começo da vida adulta e está presente em vários contextos” (APA, 2014, p. 663).

Nesse sentido, é importante ressaltar o período de adaptação da criança que vivenciou o processo de adoção e passa por fases, sendo que, em um primeiro momento, há um encantamento, porque se encontra feliz por sair da instituição e por sentir que os pais/responsáveis estão apaixonados por ela (ANDREI, 2001). Mas, também pode surgir um período de falso sentimento que pode não ser superado se a criança não sentir confiança para se mostrar verdadeiramente. Logo, é possível assinalar que, por ter convivido mais tempo com a família de origem do que sua irmã mais nova apresenta maiores marcas dessa convivência, e por isso maiores dificuldades em confiar plenamente no ambiente, isto é, em sua família atual. Porém, como esse período pareceu não passar os diagnósticos veio, com muita apreensão para todos os envolvidos. E até hoje continua a fazer terapia e toma medicação para controlar os acessos de “fúria” como ela mesma diz.

Os pais adotivos ainda relatam sobre a filha mais velha, que, nos primeiros meses, conforme ia conhecendo a comunidade (família/amigos) que a cercava, buscava sempre agradar outras pessoas fora do convívio familiar. *“Ela esnobava a nós três, nos tratando mal com palavras e ações, como se não precisasse mais de nós, e nos perguntávamos o porquê daquilo”* (pai adotivo). Nesse caso, a criança sente que necessita adaptar-se àquilo que acha que o ambiente espera dela, não podendo desenvolver sua personalidade nuclear e verdadeira, fazendo com que a parte impulsiva não se integre à estrutura psíquica (LEVINZON, 2006).

Talvez para testar a nova família, fato que é corriqueiro na segunda fase da adoção, quando surge a raiva e a decepção, o período em que a criança diz "não" na tentativa simbólica de refazer e controlar sua vida. E, dependendo da maturidade destes, esse período pode ser superado, ou, em casos extremos, levar à devolução da criança (ANDREI, 2001). São situações que torna difícil a convivência na nova família.

Algo relatado também pelos pais adotivos é o desejo que a filha mais velha tem em reencontrar a família de origem, o que buscam tratar o assunto com muita naturalidade, colocando que, posteriormente, poderá ser feito contato. Mas se percebe que, apesar desse desejo, ela mostra claramente, qual "a família que gostaria de ter", ou seja, é a que onde se encontra agora, a família adotiva, e continua a transparecer a necessidade de ser protegida e cuidada.

Todavia, observa-se que, aos poucos, a filha adotiva se sente pertencente à nova família e comunidade, e mostrando quem deseja ser uma pessoa diferente do que tem sido. Além disso, depois de muitas sessões de terapia, ajuda psiquiátrica e dos remédios, já existem alguns momentos que ela consegue se mostrar mais verdadeira e sensível aos acontecimentos em sua volta. Winnicott (1987/1999) ressalta que quando se constrói um *lar* para a criança, dá-se a ela um mundo em que se acreditar nas ocasiões em que o amor falha, ou seja, em que o sentimento de "estar em família", o relacionamento entre a criança e os adultos (pais/mães) pode sobreviver aos desentendimentos.

A respeito da filha mais nova agora com nove anos, o casal relata que não teve problemas com a adaptação, ela se apegou rapidamente aos pais adotivos as tias e primos, principalmente da avó materna. Até hoje, ela se despede para dormir, com beijos e abraços, pede para ou pai ou a mãe ficar com ela até ela pegar no sono, e ler uma história. Nunca falou dos pais biológicos, talvez pelo fato de ter ido para o abrigo ao dois (2) anos de idade. A única vaga lembrança a qual se refere é enquanto estava no abrigo, de brincar de bonecas. *(Às vezes de tanto a irmã mais velha repetir alguns acontecimentos, como por exemplo, as três vezes em que a mãe foi visitá-los no abrigo, ela repetia a mesma fala, mas não porque estava lembrando-se de algo) (mãe adotiva)*. A mãe adotiva lembra que nos seus desenhos da pré-escola, ela se desenhava dentro da barriga de sua mãe, fato que, a mãe reflete hoje que, talvez ela quis entender dentro de seu mundo o que estava acontecendo naquela época.

Porém, os pais adotivos também destacam que, sua filha mais nova também apresenta episódios relacionados não querer se alimentar corretamente, querendo se alimentar somente de pão e bolacha. E ao chegarem e ser feitos exames de laboratório foi constatado uma anemia, provavelmente pela má alimentação desde que nasceu, e que já estava sendo tratada no abrigo,

Sobre seu comportamento principalmente a partir dos cinco anos de idade a família adotiva começou a perceber episódios de enfrentamento, de não aceitar regras facilmente, mas ainda não tão arraigado quanto é em sua irmã mais velha. Sempre que se conversa com ela lhe explicando o porquê desse comportamento ela diz que não consegue se segurar, e que não queria fazer assim.

Assim a irmã mais nova, embora nunca se mostrasse fora do contexto da nova família se integrando rapidamente, tem mostrado um comportamento difícil no dia a dia, com muitos “nãos”, com padrão persistente de impulsividade em tudo que faz. Precisa ser lembrada

constantemente de suas tarefas, quadro que aos seis (6) anos, foi diagnosticada com Déficit de Atenção e hiperatividade (TDAH), e faz uso de medicação para não causar prejuízos escolares e sociais.

O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade. Desatenção e desorganização envolvem incapacidade de permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Hiperatividade-impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de aguardar. (APA, 2014, p. 32).

Assim, a filha mais nova tem, seus altos e baixos, mas ainda assim, volta atrás quando erra, e, tem grande apego aos pais, com muito medo de desagradá-los. “*Ela é muito intensa, faz tudo com muita alegria e gosta de colocar sua opinião em tudo, e nós que somos adultos temos que colocar limite*” (mãe adotiva). Sobre esse contexto Paggi e Guareschi (2004), diz que, é na relação parental que primeiramente se estabelece a noção de limites, o respeito à autoridade e a capacidade de se colocar no lugar do outro. Assim, a construção de limites implica na capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa reconhecer e considerar os próprios limites e os dos demais.

Assim, o processo de adoção muitas vezes enfrenta muitos entraves e descontroles com sentimentos controversos, em que as vidas das crianças e adolescente passam por uma mudança radical, onde tentam se adaptar ou se ajustar a nova situação. Mas, destacamos que, durante esse processo há muitos momentos de alegria e cumplicidade. Além disso, uma vez que os pais adotivos que são os adultos se responsabilizam em transformar as vidas dessas crianças e adolescentes, assumem o compromisso de cuidar, orientar e dar afeto e direcionar para que sejam adultos com valores e princípios corretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato deixa claro que, mesmo que já se passou alguns anos à filha mais velha ainda se encontra em processo de adaptação na família adotiva, não se sentindo ainda totalmente pertencente e integrada. Nesse contexto, Winnicott (1999) evidencia que uma criança que não experimentou o cuidado pré-verbal, a confiabilidade humana, é uma criança carente, que carece de amor e de manejo adequado. Isso se torna ainda mais delicado, pois os cuidadores podem até conseguir fornecer cuidados domésticos visando superar essa falta de amor/confiabilidade, entretanto, provavelmente, isso não será suficiente, pois eles têm a necessidade de testar os pais adotivos todo o tempo, de verificar se esse amor suporta a destrutividade ligada ao amor primitivo. Como aconteceu e ainda acontece no caso da filha mais velha conforme vimos no relato.

Entendemos então que, no contexto da adoção, existem muitas variáveis com muitos acertos e muitos erros, e é de extrema importância que os pais/mães adotivos compreendam que poderão vir a ser válvulas de escape dos impulsos da criança, e que o amor e ódio da criança serão direcionados para eles, para garantir que sobreviverão apesar dos ataques (MACHADO; FERREIRA; SERON, 2015).

Nesse sentido, os pais adotivos das crianças relatadas aqui, já passaram e ainda passa por muitos momentos de tristeza, decepção como se eles tivessem que levar a culpa de tudo que a família de origem fez, como se fossem essa válvula de escape mencionada pelos autores, e chegam a pensar que, se tudo que passaram e ainda passam valerá a pena. Se no futuro as filhas serão adultas que valorizarão a vida, e se serão pessoas confiáveis e felizes por tomar decisões corretas.

Também observamos no relato a importância de a criança ir se integrando à família e encontrando um ambiente que a acolha e ofereça segurança ao vazio de rejeição que tem dentro dela, e o pai adotivo tem grande responsabilidade para que isso aconteça. É natural que os filhos adotivos se conscientizem de que eles também precisam fazer sua parte.

É preciso destacar que é mais difícil adotar uma criança de mais idade do que uma criança com menos idade. Isso se dá principalmente devido à personalidade que já está no processo de formação de maturação. Em geral, crianças adotadas com mais idade já têm seus pensamentos mais estruturados junto aos desafios e dificuldades enfrentados no passado com a família de origem. Mas, ao receber ajuda necessária tem a oportunidade de buscar a superação.

Por fim, os pais relatam que, esperam chegar à terceira fase da adoção, quando o adotado entende que encontrou uma família e refaz os pedaços de vida. E, ocorre o momento do "insight amoroso", em que a criança percebe que aqueles são seus pais/responsáveis e estes vislumbram que a criança irá crescer, viver e se tornar um adulto (ANDREI, 2001). Assim, é possível observar que a adoção embora cheia de desafios, pode ter a capacidade de modificar a condição psíquica do adotado advindas dos sofrimentos com os pais biológicos, tornando o processo ainda mais leve para aos adotados e a família adotante.

Por fim, este artigo aponta que, embora se acredite que a família é a base de tudo, e que o ato de adoção resolve muitos problemas da sociedade, existe uma linha divisória muito extensa, a da visão que não é tão encantadora e que a maioria das famílias adotivas não relatam, por medo de serem julgados pelos seus familiares, amigos e sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDREI, E. Uma promessa de realização: os desafios da adoção no Brasil. *In*: Freire, F. (org.). **Abandono e adoção: contribuições para uma cultura de adoção III** (p. 105-118). Curitiba: Terra dos homens, 2001.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do coração**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2022.

BRASIL. 1990. **Lei nº 8.069, de 13 de agosto de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 1 out. 2022.

BRASIL. 2009. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Nova Lei Nacional da Adoção, Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. 2017. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: <https://cutt.ly/i84NqfZ>. Acesso em: 2 out. 2022.

COSTA, T. J. M. **Adoção transnacional**: um estado sócio jurídico e comparativo da legislação atual. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

DINIZ, M. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. São Paulo, Saraiva, 2002.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil**. 2002-2003. Apostila.

GONDIM, A. K.; CRISPIM, C. S.; FERNANDES, F. H. T.; ROSENDO, J. C.; BRITO, T. M. C.; OLIVEIRA, B. T. 2008. **Motivações dos pais para a prática da adoção**. Boletim de Psicologia, 58 (129):161-170.

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

LEVINZON, G. K. (2006). **A adoção na clínica psicanalítica**: o trabalho com os pais adotivos. Mudanças – Psicologia da Saúde, 14(1), 24-31.

LIBERATI, Wilson Donizete. **A adoção internacional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MACHADO, L. V.; FERREIRA, R. R.; SERON, P. C. 2015. **Adoção de crianças maiores**: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 6(1):65-81. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2015v6n1p65>. Acesso em: 9 out. 2022.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração**: pais e filhos adotivos. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAGGI, K.; GUARESCHI, P. (2004). **O desafio dos limites**: um enfoque psicossocial na educação dos filhos. Rio de Janeiro: Vozes.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significado e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RODRIGUES, S. **Direito civil**, vol. 6, 27. ed., São Paulo: Saraiva 2002, p. 380.

SCHETTINI FILHO, L. **Compreendendo o filho adotivo**. Recife: Bagaço, 1998.

SOUZA, A. A. **Adoção no Brasil e as principais mudanças com a Lei 12.010/09**. 2011.
Disponível em: <http://ww2.faculdaescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/DIR/ADOCADO%20NO%20BRASIL%20E%20AS%20PRINCIPAIS%20MUDANCAS%20COM%20A%20LEI.pdf>> Acesso em: 9 out. 2022.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A FLUIDEZ EM BAUMAN E A DURAÇÃO BERGSONIANA: Um Diálogo Sobre Educação

Fluidity In Bauman And Bergsonian Duration: a Dialogue On Education

Luciana Fiamoncini Frainer¹

Resumo: Este artigo visa provocar um diálogo entre Henri Bergson e Zygmund Bauman acerca dos conceitos de duração e fluidez relacionados à educação. Mobilizando os conceitos de fluidez de Bauman e duração de Bergson, o artigo discute a adequabilidade dos processos educativos, sob a perspectiva da fluidez e da duração. O estudo é de caráter qualitativo e bibliográfico, de análise conceitual de algumas das obras de ambos os autores, bem como de estudos sobre suas obras. Os resultados demonstram que, embora a sociedade seja fluida, os processos educativos focam na transmissão de conceitos de maneira enrijecida e pouco flexível, o que torna os sujeitos, por vezes, desprovidos de criticidade. Enquanto o conceito de fluidez de Bauman reclama alguma duração, o conceito de duração em Bergson contém nele mesmo o devir. O método bergsoniano da intuição pode ser pensado como uma possibilidade de repensar a educação em tempos de Modernidade Líquida.

Palavras-chave: Duração. Fluidez. Educação. Sociologia da educação.

Abstract: This article aims to provoke a dialogue between Henri Bergson and Zygmund Bauman about the concepts of duration and fluidity related to education. Mobilizing the concepts of fluidity by Bauman and duration by Bergson, the article discusses the adequacy of educational processes, from the perspective of fluidity and duration. The study is qualitative and bibliographical, with a conceptual analysis of some of the works of both authors, as well as studies on their works. The results show that, although society is fluid, educational processes focus on transmitting concepts in a rigid and inflexible way, which makes the subjects, at times, devoid of criticality. While Bauman's concept of fluidity claims some duration, Bergson's concept of duration contains in itself becoming. The Bergsonian method of intuition can be thought of as a possibility to rethink education in times of Liquid Modernity.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em educação é uma atividade que há muito vem sendo exercida por estudiosos que se dedicam à compreensão dos fenômenos que nos atravessam diariamente. Muitos pesquisadores contemporâneos ainda mergulham em teorias propostas por autores que nos ajudam a compreender nas teorias de hoje fenômenos já descritos há muito tempo. Nos dias atuais, o desafio de se pesquisar a educação torna-se ainda maior, frente às grandes mudanças pelas quais a sociedade vem passando, o que acaba impactando significativamente nos processos educacionais. Pensar a educação implica pensar a sociedade na qual ela se desenvolve.

¹ Fundação Universidade Regional de Blumenau – (FURB), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Blumenau – SC – Brasil. Link do OrCid: <https://orcid.org/0000-0001-5798-1557>. E-mail: luciana.fiamoncini@hotmail.com

A Sociologia da Educação é posta como base para que possamos compreender de onde falamos, sobre o que falamos e para quem falamos. Também nos faz refletir sobre como a sociedade funciona, e assim, como os saberes destinados à educação são alocados e com que finalidades. Ela, por si, não é garantia de uma educação transformadora, mas nos dá a possibilidade de ampliar a compreensão da realidade social e de ver a educação a partir de diferentes ângulos. Ela, por nos permitir ampliar estes horizontes, serve como uma ferramenta para a transmissão da herança cultural das ideologias, o que apresenta estreita relação com a realidade de acordo com cada contexto histórico.

A partir do exposto, justifica-se o uso da Sociologia da Educação para apoiar uma pesquisa cujo objeto é primordialmente filosófico. Pensar Sociologia é, de certa maneira, render-se à Filosofia. Tomá-la a partir do seu aspecto questionador é pensar a sociedade e de que maneira a educação a transforma com responsabilidade intelectual. A evolução do conhecimento é a chave para que possamos compreender a ligação de ambas as ciências, desde que haja um consenso epistemológico entre elas.

Zygmund Bauman e Henri Bergson trazem à tona os conceitos de fluidez e duração: objetos deste estudo. Pretende-se analisá-los paralelamente, buscando identificar possíveis contribuições para discutir educação. A discussão é qualitativa e baseada na análise de conceitos expressos em bibliografia. Os principais livros de Bergson são: *A Evolução Criadora* (1979), *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência* (1927), *Matéria e Memória* (1999) e *O Pensamento e o Movente* (2006); e de Bauman são: *A sociedade individualizada* (2008), *Modernidade e Ambivalência* (1999), *Modernidade líquida* (2001) e *Sobre Educação e Juventude* (2001). Contribuem ainda com o estudo Lima, Leopoldo e Silva e Saviani.

Desde o Iluminismo, ou talvez desde Sócrates, a função da educação foi tirar o homem da ignorância. Foi com este propósito que a escola moderna foi organizada neste modelo enciclopédico. Ele manifesta o desejo de emancipar intelectualmente os indivíduos pela transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados. Isto constituiria o sujeito esclarecido, arrancando-o da ignorância. Apesar de todas as mudanças que ocorrem desde então, será que ela cumpre sua missão?

Atualmente encontramos-nos diante de um cenário fragmentado no que diz respeito à teoria, à cultura, à sociedade e, conseqüentemente, à educação. Os novos modelos de educação escolar, com a implementação de novas tecnologias pedagógicas e digitais parecem destituir da estabilidade e da continuidade dos discursos pedagógicos, sejam eles conservadores ou progressistas.

Zygmund Bauman é um crítico do conceito de pós-modernidade. Ele entende que as transformações das antigas estruturas sociais e antropológicas começaram a ocorrer no renascimento, momento no qual os ideais racionalistas começavam a despontar com força ante o pensamento tradicional, provocando rupturas com o modelo anterior de sociedade. Assim, os ideais firmados na pré-modernidade acabaram criando condições para novas maneiras de organização social. As leis civis e uma racionalização da ética passaram a ocupar o espaço da religião, por exemplo.

A racionalização, essa busca pela ordem, disseminou-se pelos mais diversos espaços sociais, institucionais e intelectuais, no período moderno. Bauman caracteriza aquele momento do pensamento moderno com a metáfora da solidez. A “modernidade sólida” ainda se apresenta estável, fixa, tanto nas relações sociais entre as pessoas quanto com as instituições. Nesta fase sólida da sociedade, os valores transformavam-se lentamente e de modo previsível. Havia mais certezas e a sensação de ordem e controle sobre a sociedade, economia, cultura, e outros segmentos (BAUMAN, 2001).

Porém essa “ordem”, palavra-chave da civilização moderna, era fictícia, e acabou produzindo um efeito rebote quando esta se liquefez. Ao invés do cumprimento da “ordem”, o que ocorreu foi justamente a desordem e o caos na sociedade, inclusive no campo da educação, ao longo do século XX.

Bauman (1999) também analisa a linguagem, em seu esforço por sustentar a ordem e negar o acaso. Ocorre a desordem, chamada por ele também de ambivalência, quando os instrumentos linguísticos usados pela linguagem não possibilitam mais a classificação de uma situação, por ela não pertencer mais às classes já anteriormente descritas, pois, em sua fluidez, pode encaixar-se em qualquer uma delas. A ambivalência é, portanto, a impossibilidade da segurança, lançando a própria linguagem na contingência.

Quando ocorre a transição para o século XXI, a modernidade adequa-se a uma nova condição, da liquidez. Assim, a modernidade sólida, submissa ao disciplinamento, ordenada, punível, passa a ser líquida, ou seja, fluida. De acordo com o autor, não houve ruptura completa na transição da modernidade sólida para a líquida (BAUMAN, 1999), mas sim, uma continuidade.

O conceito de fluidez em Bauman tem como principal característica a noção de que, em nossa modernidade, as coisas se transformam em velocidades tão aceleradas que é impossível às pessoas identificarem elementos mais estáveis, de duração. Por outro lado, um dos conceitos fundamentais de Bergson é a duração. Mas a duração, em Bergson, não se refere a elementos estáticos, imutáveis. A duração é, nela mesma, processo, é devir. É neste sentido que um diálogo entre Bergson em Bauman pode ser profícuo para se pensar a educação em nossas sociedades.

A MODERNIDADE LÍQUIDA E A SUA FLUIDEZ

“Tudo é temporário, a modernidade [...] – tal como os líquidos – caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma” (BAUMAN, 2001). Quando a Modernidade supera a rigidez de sua mecânica racionalista, ela se torna cada vez mais líquida. Com isto altera-se toda a estrutura construída sobre a base fixa e sólida. Com isto as relações passaram a ser voláteis, os parâmetros de classificação esvaíram-se (BAUMAN, 2001). Esta nova modernidade fez com que cada sujeito se sentisse livre para buscar o que quer, a partir de seus próprios esforços.

Com a passagem dos modelos rígidos da “sociedade da disciplina” (FOUCAULT, 2002) para a “sociedade de desempenho individual”, nutre-se da “cultura de afundar ou nadar sozinho” (BAUMAN, 2016). Na modernidade líquida, a liberdade, pela falta de padrões produz maior instabilidade social (BAUMAN, 2001). Sem os “universais” da modernidade clássica temos a sensação de que

[...] estamos passando de uma era de 'grupos de referência' predeterminados a uma outra de 'comparação universal', em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual [...] não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosa e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo. (BAUMAN, p. 14, 2001).

Passamos por uma desconstrução dos parâmetros modernos de sociedade, o que já estava em germe no movimento que desconstruiu os paradigmas na pré-modernidade (BAUMAN, 2001). Mas, em nosso contexto, a reconstrução de novos paradigmas não adquire mais forma sólida, ou seja, permanece na liquidez. Em sua fluidez os paradigmas, assim como a água preenche os mais recônditos vazios, vão tomando seu lugar de acordo com o que cada momento determinar.

O sujeito líquido caracteriza-se pela manifestação de inúmeros “eus” em sua “identidade”, de acordo com os acontecimentos, com a tendência, com o momento. Um homem que é advogado, por exemplo, porta-se diferente quando está diante do tribunal, quando está pai, quando está esposo, quando está torcedor, quando está dirigindo em um trânsito caótico. Embora conflitantes, estes vários “eus” constituem a identidade de um único sujeito.

A modernidade líquida, portanto, traduz-se como o oposto da modernidade sólida, cuja característica era a durabilidade das relações e do conhecimento (BAUMAN, 2013). Vivemos a época do efêmero, do agora, da transitoriedade, a instantaneidade das coisas, das relações e, conseqüentemente, do conhecimento.

Ao que se tem observado, a liquidez da sociedade tende a ampliar-se, sem sinais de retomar-se a solidez. Ao contrário, o consumo como base das relações, o individualismo, a competitividade, as crises políticas são os elementos que impulsionam o atual modelo social e econômico. Assim, a firmeza do terreno que outrora pisávamos esvaiu-se, “somos tão modernos como nunca, ‘modernizando’ de modo obsessivo tudo aquilo que tocamos. Um dilema, portanto: o mesmo, embora diferente, a descontinuidade na continuidade” (BAUMAN, 2001, p. 83). Quais impactos isto causa na educação?

A DURAÇÃO EM HENRI BERGSON

O conceito de duração já foi pensado metafisicamente como essência, como Ser, como Bem, como Verdade. Nas filosofias metafísicas a duração foi pensada como algo separado, imutável. Neste sentido, a metafísica de Bergson produz um duplo deslocamento no pensamento filosófico. Por um lado, trata-se de “uma filosofia que vê na duração o próprio tecido de que a realidade é feita” (BERGSON, 1979, p. 191). Por outro, a duração não é imutável, mas devir.

Na filosofia bergsoniana, por trás de uma aparente imobilidade, no conceito de duração, existe o movimento. Sem esse movimento, a vida não existiria como ela é. O tempo, tal qual o conhecemos, dividido em segundos, minutos, horas, é uma das maiores invenções humanas (BERGSON, 1979). O tempo não é. Ele não se divide em passado como o ido, presente como o agora e futuro como o que virá. Não há antes e depois.

Assim, Bergson propõe uma das suas principais problemáticas filosóficas: como pensar o tempo sem fragmentá-lo? Através da duração pura, que é um conceito simples, que pode ser observado em nós o tempo todo. A duração é movimento, o tempo indivisível. Bergson afirma que “é justamente essa continuidade indivisível de mudança que constitui a verdadeira duração” (1979, p. 36).

Para simplificarmos, o tempo é contínuo, e a consciência, por viver esse tempo, também é contínua. Nossa consciência atravessa o tempo sem a delimitação do tempo em pequenos espaços, mas como uma continuidade. O fluxo da nossa consciência não é feito de momentos separados, pois ela não obedece aos padrões que, embora úteis à nossa prática, por serem mensuráveis, são divisíveis. A vida é, portanto, uma continuidade de movimentos diferenciados que nunca se interrompem. A separação da duração em momentos é criada por nós para facilitar o acesso a ela.

A duração é movimento que se acumula (BERGSON, 2006). O tempo, portanto, não é passageiro, como erroneamente pensamos, mas se prolonga. O passado não é o que foi, pois perdura no presente. Para compreender o presente é preciso que o passado seja acessado constantemente. O presente é, portanto, feito de passado.

A noção de tempo como duração é o motivo pelo qual ele critica a divisão do tempo em “espaços”, passado, presente e futuro. Caso o tempo fosse realmente espacializado, a duração não faria sentido. Nossa consciência seria como um grande gaveteiro no qual os momentos seriam apenas acumulados, sem serem reaccessados. Nós só somos o que somos hoje porque constantemente nosso passado bate à porta do que vivemos no agora.

A materialização do tempo causa o problema conceitual que dificulta a compreensão da duração. Em nossa maneira de pensarmos o tempo, assim como colocamos uma caixa na frente de outra, colocamos um momento antes do outro. Com isto perdemos a essência do tempo: trata-se de uma duração pura do passado no presente, do prolongamento de um momento no outro, e não da ordenação de um momento após o outro.

Bergson pensa duas multiplicidades. A primeira é extensiva, refere-se ao espaço, ocorre no domínio da inteligência, na elaboração dos conceitos, na análise de um objeto espacialmente, a partir de diferentes ângulos. Ela pode ser medida: metros, quilos, horas, anos. Esta multiplicidade é o movimento quantificável, cartesiano. A segunda multiplicidade refere-se ao tempo. Esta multiplicidade é duração e não pode ser quantificada. Caso seja dividida, transforma-se. Para ser pura, precisa ser indivisível.

Em suma, a pura duração bem poderia não ser senão uma sucessão de mudanças qualitativas, que se fundem, que se penetram, sem contornos precisos, sem nenhuma tendência a se exteriorizarem umas com relação às outras, sem nenhum parentesco com o número: seria a heterogeneidade pura (BERGSON, 1927, p. 67).

Bergson estabelece uma diferença entre os conceitos, fruto da inteligência (racional) e a intuição. Ele “afirma que a inteligência, ao elaborar conceitos e ao trabalhar analiticamente, fragmenta, espacializa e fixa a realidade que, nela mesma, é contínua mudança qualitativa, puro tornar-se” (LEOPOLDO E SILVA, 1984, p. 10). Esta é uma necessidade intelectual típica do “eu superficial”, e está voltada para o útil e para o cômodo. Entretanto, o conceito faz com que a natureza do objeto escape. O conceito “retém do objeto apenas o que é comum a esse e a outros objetos” (Op. Cit. p. XI).

A atividade analítica do intelecto pensa a realidade a partir do quantitativo, espacial. Mas a filosofia de Bergson pensa o qualitativo, enquanto duração. Ela constitui uma forma de olhar o tempo de maneira pura, sem fragmentações. Sem engessamentos. O tempo não flui como água, mas se preserva como garrafa que, posta à chuva, vai enchendo. Todo o passado vai crescendo à medida que o tempo dura. Nós somos o passado que insiste no presente. “Diante do espetáculo dessa mobilidade universal, alguns de nós serão tomados de vertigem. Estão acostumados à terra firme; não conseguem se acostumar com o caturro e a arfagem. Precisam de pontos ‘fixos’ aos quais amarrar as ideias e a existência” (BERGSON, 2006, p. 88).

O tempo e o espaço, como estamos acostumados a vê-los, não passam de ilusões humanas, segundo o pensamento de Bergson. Ficar presos à ideia de que a vida está assegurada por modelos universais, essências imutáveis, segundo Bergson, nos afasta de sua natureza que é movimento, portanto, mudança. A realidade, na dimensão quantitativa, enquanto espaço, admite formas relativamente estáveis. Elas são necessárias do ponto de vista prático do nosso entendimento. Entretanto, em sua dimensão qualitativa, enquanto tempo-duração, ela é essencialmente movimento.

Não é necessário, porém, afastar-se da realidade. A intuição é, segundo Bergson um método capaz de apreender a duração, sem que caiamos no misticismo. A inteligência, que opera por conceitos, não dá conta de compreender por si a duração pura. Esta só pode ser compreendida pela intuição.

Bergson e Bauman podem ser confrontados nos conceitos de fluidez, duração e movimento: não ganhamos mais tempo quando vamos mais rápido. A liquidez da modernidade faz com que já estejamos rápido demais. O tempo, na modernidade, passou a ser aquilo que vai, mas o conhecimento se apreende a partir do que dura. O tempo, na modernidade líquida, faz com que sejamos vários “eus”. Mas se analisarmos pela ótica bergsoniana, ele nos arremessa em um mundo onde cada um, de modo particular, encontra sua duração.

UM DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO A PARTIR DA FLUIDEZ E DA DURAÇÃO

Pensar o sujeito em uma sociedade líquida, caracterizada pela efemeridade, transitoriedade e liquidez e, ao mesmo tempo, pensá-lo como duração, parece paradoxal. Outro nível, talvez ainda mais complexo, é analisar estes conceitos sob o prisma da educação.

De acordo com Bauman (2016), “desde que os antigos sábios gregos inventaram a noção de Paideia foi preciso mais de dois mil anos para transformar a ideia de ‘educação permanente’”. Porém, as evidências dessa transformação aconteceram nos últimos anos, por conta de uma acelerada mudança na visão da sociedade. A história da pedagogia sempre foi, portanto, atravessada por momentos nos quais as estratégias usadas perderam espaço com relação à realidade e precisaram ser reformadas.

As diversas metodologias de ensino, porém, sempre trabalham com o conhecimento de maneira fragmentada, por áreas de conhecimento, por disciplinas, dividindo o tempo em horas-aula, semestres ou anos letivos. Assim como o sujeito é, por sua essência, duração, também o conhecimento é duradouro. Ele não pode ser talhado, mas deve ser visto como uma continuidade. Os métodos educativos, sempre pensados dentro de uma fragmentação, vão contra o princípio da duração proposto por Bergson.

Bauman (2008) aborda a educação sob dois prismas: no primeiro, influenciado por Foucault, ele se debruça a demonstrar como a escola foi essencial para o estabelecimento da ordem como objetivo da modernidade. Foi erigida como um local no qual as ambições do Estado se concretizaram. A escolarização foi um projeto no qual a formação dos sujeitos passou a ser responsabilidade da sociedade, especificamente do governo.

A escola passou a ser regida por conhecimentos e valores universalizados, a partir da noção burguesa de ‘ordem’. Os professores, a serviço dos interesses burgueses e do Estado foram investidos como os únicos capazes de governar os indivíduos em sua suposta ignorância, impondo-lhes a visão burguesa e eurocêntrica de vida moral. Bauman (2008) descreve a educação escolarizada como uma fábrica de ordem, cujo objetivo era a produção de corpos dóceis, eficientes e disciplinados. É por este motivo que, segundo Bauman, a escola está em crise: porque houve, na passagem da modernidade sólida para a líquida, uma decadência da filosofia herdada.

No segundo prisma ele amplia seu olhar sobre a educação escolarizada e afirma que a escola, tendo sido concebida para um mundo no qual a ordem imperava e que, o que era sólido se desmanchava, sempre com a promessa de algo ainda mais sólido, tinha por objetivo o conhecimento para longa duração, com base em uma educação que tinha o intuito de fazer com que os aprendizes levassem o conhecimento por toda a vida. Assim, o conhecimento tinha valor estável num mundo sólido.

A educação formaria um sujeito que duraria a vida inteira. Com a passagem da sociedade sólida para a líquida, esta garantia esvaiu-se. A solidez, a imutabilidade e a estabilidade não fazem mais parte do mundo no qual vivemos. A sociedade mudou muito e a escola estagnou, não está preparada para atender às demandas da atual sociedade. O “preparar para a vida” proposto na sociedade sólida ganhou outros contornos.

De acordo com Bauman (2016), “a cada dia, o volume de novas informações excede milhões de vezes a capacidade do cérebro humano de retê-las. A mudança da sociedade moderna de sólida para um estágio líquido coincide [...] com a passagem da ‘sociedade da disciplina’ para a ‘sociedade de desempenho’”. A partir dessa afirmação, pode-se fazer um paralelo referente ao que Bergson propõe como duração. Para que possamos compreendê-la, ele instaura o método da intuição.

Este método é uma apreensão direta da nossa consciência. É um método distinto daquele que o conhecimento científico e do conhecimento comum proporcionam, e que geram, por assim dizer, conhecimento útil para uma “sociedade da disciplina”, que não condiz com a que vivemos hoje.

Bauman (2001) compreende na modernidade líquida a transitoriedade, afirmando que “tudo nasce com a marca da morte iminente e emerge da linha de produção com o ‘prazo de validade’ impresso ou presumido”. Essa afirmação nos remete ao fato de que tudo o que é pensado de maneira fragmentada, sem levar em consideração a sua duração, torna-se volátil.

Assim, Bergson (1984, p. X) trabalha os conceitos, conforme mencionado anteriormente. Segundo ele, “o conceito deixa escapar a natureza mesma do objeto concreto”. A inteligência que se move nesse plano de abstrações, com esse “prazo de validade”, está fadada a permanecer no nível de relações entre as coisas, sendo incapaz de apreender o que cada coisa tem de essencial e de próprio. Assim, a inteligência, segundo o autor, ao criar conceitos, espacializa e fixa a realidade, impossibilitando a compreensão da contínua mudança que ocorre nos processos, ou seja, o “puro tornar-se”.

As reflexões bergsonianas acerca da educação envolvem a temática da moral. Bergson (1979), em seus estudos de educação, suscita uma discussão acerca da educação moral que toma por modelo a mística da educação que tende ao adestramento moral. Para ele, quando há consciência do que é a verdadeira moral, o conhecimento que deve ser ensinado tanto o papel da pressão social quanto a importância da aspiração.

Considerando a educação moral como a maneira de alunos a intuírem que moral e sociabilidade aparecem a partir da evolução da vida, e que por meio desta intuição eles podem ter a possibilidade de “abrir” o que está “fechado” na sociedade, Bergson (1979) não descarta a importância da razão neste processo. Ele reconhece, pelo contrário, que a reflexão inteligente é o que nos possibilita a sistematização dos deveres que são necessários para que a sociedade seja organizada.

Bergson alerta, porém, para o fato de que a educação moral não pode restringir-se somente à razão, mas primordialmente à “vontade que lhe é anterior” (1979, p. 35). Ainda sobre a relação entre a reflexão inteligente e a vontade, ele destaca que:

Não se nega a utilidade, a necessidade mesmo de um ensino moral que se dirija à pura razão, que defina os deveres e os ligue a um princípio do qual siga, no pormenor, as diversas aplicações. É no plano da inteligência, e nele somente, que a discussão é possível, e não há moralidade completa sem reflexão [...]. Mas se um ensino que se dirija à inteligência é indispensável para dar ao senso moral garantia e sutileza; se ele nos torna plenamente aptos para realizar nossa intenção quando nossa intenção for boa, seria preciso que houvesse primeiro intenção, e a intenção assinala uma direção da vontade tanto ou mais que da inteligência” (BERGSON, 1979, p. 128).

Destarte, orientar a vontade faz-se necessário para que a educação moral ocorra, e para isso duas frentes podem ser tomadas: ou a do adestramento, que ocorre a partir da obediência aos hábitos que não nos são pessoais; ou à misticidade, que trabalha sob a ótica de promover uma vida próxima à moral que impulsionará o aperfeiçoamento do eu (BERGSON, 1979).

É na misticidade que o educador deve recorrer à intuição, para que o caminho para esta simpatia se concretize. Bergson, em seus estudos, afirma que na vida em sociedade que estamos, somos quase sempre guiados ao adestramento, pois ele age na impessoalidade. Porém, ele sempre precisará ser complementado pela misticidade para que o homem possa aprimorar-se.

Na modernidade líquida, a durabilidade não é mais vista como uma qualidade, portanto, as relações são úteis somente por um determinado tempo. Assim como propôs Bergson (1979), a educação moral auxilia no primeiro desafio que a pedagogia deve enfrentar na atualidade. O conhecimento hoje é visto como algo descartável, que será de utilização imediata e, caso seja necessário, descartado em seguida.

Quando a educação ocorre a partir da transformação do eu, da intuição, e não a partir do mero acúmulo de conceitos, o sujeito passa a compreender os sentidos mais do que simplesmente usar e “jogar fora”. A ideia de que o ensino é um produto passa a ser descartada a partir do momento em que o sujeito passa a transforma-se a partir da compreensão dos fenômenos.

A durabilidade de conceitos para a qual a pedagogia foi pensada passou a ceder lugar a uma necessidade de conhecimento instantâneo, que só é possível quando ocorre a transformação do eu profundo em contrapartida ao eu superficial, que utiliza-se do uso de conceitos para a apreensão da realidade.

Na fase sólida da sociedade, portanto, a proposta da pedagogia era ensinar os conceitos, fixa-los, para que a quantidade de conhecimento fosse quantificada, sem a necessidade de compreender a sua essência e de refletir criticamente quando utilizá-los. Já na fase líquida da sociedade, cuja demanda é por funções que rapidamente se esvaem, é necessário que se aprenda por analogia, pela linguagem metafórica, que seja capaz de apreender, pela intuição, o verdadeiro sentido do que está sendo aprendido.

Nenhum tempo da história foi tão desafiador quanto este, que nos coloca frente a frente com uma sociedade altamente volátil, e em contrapartida a um ensino conceitual, de formas pré-definidas. A saturação de informações está tomando conta da nossa era líquida, por isso, mais do que nunca, faz-se necessário atuar no campo do eu profundo para compreender a arte de aprender e apreender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Filosofia, assim como a Sociologia, não é caracterizada por conteúdos, mas sim, por atitudes que o homem, na busca constante pelo conhecimento, toma frente à realidade que lhe é apresentada. É o questionamento, a reflexão, o desafio a esta realidade previamente dada. É a partir desta busca por soluções que novas questões vão tomando forma.

Trazer uma reflexão sobre educação a partir de um conceito sociológico, neste caso, de Modernidade Líquida, e pensá-lo junto a um conceito filosófico mostra que a reflexividade do homem frente ao seu tempo faz-se necessária, pois é preciso compreender a sociedade como ela é, para onde ela caminha, e ao mesmo tempo questionar as vontades humanas e analisar o conhecimento como ele é. Não há como pensar em propostas de educação sem pensar a sociedade.

Esta análise não se propôs a classificar verdades ou inverdades postas pela linguagem. A proposta foi analisar a educação à luz dos conceitos de fluidez de Bauman e de duração de Bergson, observando se o acúmulo de conhecimento ainda é a melhor maneira de ter conhecimento. Não é possível pensar em estudar a sociedade e seus indivíduos sem pensar nos sujeitos: seres estes que raciocinam, pensam, transformam.

A sociologia, portanto, pode questionar-se através da reflexão filosófica, sobre este sujeito que a compõe. Estes questionamentos devem ser feitos a fim de fortalecer suas verdades científicas. Há, entre elas, uma reciprocidade. A filosofia tem por função estimular as reflexões que os métodos científicos visam comprovar. Pode-se afirmar, assim, que a filosofia tem ampla contribuição para a observação da sociedade como ela é.

No tempo líquido em que vivemos, como propôs Bauman em sua teoria sobre Modernidade Líquida, as mudanças na sociedade são notáveis e, de certa forma, preocupantes. O próprio significado do conhecimento e a maneira como ele é produzido, assimilado e como será utilizado precisa ser questionado. Assim, faz-se necessário não somente o acúmulo de conceitos, que, conforme Bergson, fragmentam e especializam a realidade, mas sim, mas o pensamento crítico, aquele que apreender o mundo a partir da sua duração, da sua totalidade. Se não for assim, estes conhecimentos adquiridos serão incapazes de dialogar com o momento presente.

A descoberta da duração, por Bergson, bem como do método da intuição para apreendê-lo, transformou a maneira de pensar os conceitos que são, até hoje, ensinados de maneira aleatória, muitas vezes descontextualizados e sem que haja uma finalidade prática para eles. A partir da duração, podemos compreender uma série de equívocos nos processos educacionais, e é a partir dela que se pode empreender uma busca por soluções para estes problemas que, apesar de antigos, nos parecem tão atuais.

Foi a partir da intuição da duração que Bergson apresentou inovadoras concepções filosóficas sobre psicologia, conhecimento, memória, relação entre a matéria e o espírito, evolução da natureza, moral, e muitas outras vertentes. Todas estas vertentes se cruzam com as teorias da educação, pois têm estreita relação com ela.

A maneira com que Bergson aborda a questão da ética, trabalhada anteriormente, pode ser considerada um alicerce à teoria da educação que temos hoje: o objetivo de Bergson sempre foi, conforme ele mesmo afirmava, aproximar sua filosofia da vida (BERGSON, 1999), e é isso que se propõe a partir desta análise: usar a teoria da duração e aplicá-la à educação em tempos de fluidez da sociedade.

Bauman (2001) colabora com esta afirmação dizendo que mesmo que o sistema educacional hoje pareça limitado, há poderes de transformação suficientes para que se possa considerá-lo um dos mais promissores do nosso tempo. A educação ainda é, portanto, uma arma poderosa, porém, é preciso repensá-la.

O conhecimento que hoje é produzido esvai-se com facilidade, os conteúdos aprendidos o são, muitas vezes, com o objetivo de ser aprovado em alguma prova. Bauman (2001) afirma que em nosso mundo volátil, de mudanças instantâneas, os conhecimentos sólidos e a estabilidade outrora apresentada tornam-se desvantagens. Ele vê a reforma das estratégias educacionais como uma grande possibilidade de mudança. O que mudou, segundo Bauman, foi o mundo fora da escola, e não a escola. Bauman afirma que “a arte de viver num mundo hiper saturado de informação ainda não foi apreendida. E o mesmo vale também para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida” (2010, p. 60).

Para ele, aproximar a escola da vida é a chave. Com a saturação de informações, é necessário criar a consciência crítica, cientes de que a educação ocorre também em outros contextos, como as mídias, os espaços públicos, a família, os movimentos sociais, expandindo, assim, a abrangência da educação, que acompanha o sujeito em todas as suas vivências.

Destarte, nota-se que são necessários novas maneira e pensar, novos métodos, novos conceitos para que nossa experiência possa ser transformada em conhecimento. Para que os sujeitos enfrentem os desafios que hoje lhes são propostos, é preciso colocar-se acima dos dados da experiência. A percepção de cada sujeito, para que seja cada vez mais ampliada, precisa da intuição para apreender-lhe o sentido puro.

Os estudos de Bergson, mesmo que não sejam contemporâneos aos de Bauman, podem ser revisitados e aplicados, firmando a sua atemporalidade frente às mudanças que a sociedade enfrenta. A filosofia de Bergson é ampla e aberta à renovação dos seus estudos, que podem contribuir de maneira significativa para a discussão de importantes problemas educacionais da nossa modernidade líquida, na qual nossos sujeitos fluem.

Esta proximidade entre a sociologia e a filosofia permite que surjam novas ideias, e que as já existentes sejam refletidas a partir de novas lentes. A filosofia é uma atitude perante a sociedade. A sociologia é a ciência concreta que visa compreender esta mesma sociedade. Mesmo que cada uma ande por suas estradas, perfazendo sua história, quando, juntas, potencializam-se.

Agradecimentos: ao Uniedu, pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2016, 04 julho). A educação deve ser pensada pela vida inteira. *Jornal O Globo*. <http://www.culturaambientalnasescolas.com.br/noticia/educacao/zygmunt-bauman:-a-educacao-deve-ser-pensada-durante-a-vida-inteira>
- Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Zahar, 2008.
- Bauman, Z. (2018, 10 janeiro). Entrevista à Revista Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/zygmunt-bauman-e-a-escola/>
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Sobre educação e juventude: conversas com Ricardo Mazzeo*. Zahar.
- Bergson, H. (1979). *A evolução criadora*. Zahar.
- Bergson, H. (1927). *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Edições 70.
- Bergson, H. (1999). *Matéria e memória*. Martins Fontes.
- Bergson, H. (2006). *O pensamento e o movente*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Editora Vozes.
- Leopoldo e Silva, F. (1984). *Henri Bergson: Cartas, conferências e outros escritos*. Victor Civita.
- Lima, J. F. L. (2010). A pedagogia e o cenário pós-moderno: sobre as possibilidades de continuar educando. *Educere et Educare: Revista de Educação*, 10(5) 1-12.
- Saviani, D. (1999). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!* Autores Associados.
- Veiga-Neto. A. (2003). *Foucault e a Educação*. Autêntica.